



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA – PPGEHIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

WESLEY DE OLIVEIRA ALMEIDA

MEMÓRIAS DE QUEBRADEIRAS DE COCO DE COQUELÂNDIA-MA: O ensino de
história local e a formação da consciência histórica

Araguaína (TO)
2023

WESLEY DE OLIVEIRA ALMEIDA

MEMÓRIAS DE QUEBRADEIRAS DE COCO DE COQUELÂNDIA-MA: O ensino de história local e a formação da consciência histórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar

Orientador: Prof. Dr.º. Moisés Pereira da Silva

Araguaína (TO)
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A447m Almeida, Wesley de Oliveira .

Memórias de Quebradeiras de Coco de Coquelândia-MA: o ensino de história e a formação da consciência histórica . / Wesley de Oliveira Almeida.

– Araguaína, TO, 2023.

116 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Ensino de História, 2023.

Orientador: Moisés Pereira da Silva

1. Consciência Histórica. 2. História Local. 3. Ensino de História. 4. Quebradeiras de Coco. I. Título

CDD 980

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MEMÓRIAS DE QUEBRADEIRAS DE COCO DE COQUELÂNDIA-MA: O
ensino de história local e a formação da consciência histórica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Tocantins, como requisito obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 08/ 05/ 2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MOISES PEREIRA DA SILVA**
Data: 24/08/2023 14:38:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Moisés Pereira da Silva
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **MOISES PEREIRA DA SILVA**
Data: 24/08/2023 14:39:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Olivia Macedo M. Cormineiro
(Avaliadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 **MOISES PEREIRA DA SILVA**
Data: 24/08/2023 14:40:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Damião de Cosme de C. Rocha
(Avaliador Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter permitido chegar até aqui e por me conceder sabedoria para ter discernimento em concluir mais esta etapa tão importante da minha vida.

Agradeço a minha esposa Cilene Almeida e minha filha Eloah Almeida pelas palavras de força e estímulo durante a produção deste trabalho.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida e contribuíram para que eu soubesse o pouco que sei pois sou um ser totalmente inacabado e vivo numa constante busca pelo aprender.

Agradeço ao Prof^o Dr^o Moisés Pereira da Silva que é uma pessoa muito generosa, paciente e me norteou enquanto orientador para que conseguisse chegar até aqui, vencendo os meus medos e as minhas angústias.

Agradeço a todos os meus colegas da 5^a turma do ProfHistória da UFT, Alberto, Eudaiñy, Fabio, Luana, Phabiana, José Carlos, Luziane, Maycon, Leiliane, Gefferson, Henildes pela parceria, pelos momentos de trocas de experiências e palavras de ânimo onde interagíamos no Whatsapp.

MINHA VIDA É O BABAÇU

Sou uma quebradeira de coco babaçu,
Não tenho vergonha da minha profissão,
Minha vida aqui no interior não tem abajur,
Sou mesma uma quebradeira do capoeirão.

Levanto cedo e caio no mato sem mandriar,
Ouço o bem-ti-vi no alto da palmeira a cantar,
Sou uma trabalhadora e não gosto de panriar,
Ainda sou pobre e não tenho conta a pagar.

Vivo do coco babaçu que a natureza deixou,
Das palhas esverdeadas nascem a bela riqueza,
O Maranhão é um presente que Deus mandou,
Sou feliz quebrando o coco com presteza.

Fico triste quando vejo o povo falar,
Que aqui vai virar campo ou um mar de soja,
Querem plantar girassol pra me acabar,
Um tal de biodiesel com óleo de jojoba.

ERASMO SHALLKYTTON

RESUMO

Essa dissertação busca dar voz aos silenciados e permitir que o grupo da Quebradeiras de Coco, mulheres agroextrativistas que habitam o Norte e o Nordeste possam ser ouvidas e contarem suas versões sobre a história do povoado de Coquelândia-MA, história essa que se confunde com a vivência das mulheres camponesas na localidade. Além de empoderar as quebradeiras de coco da localidade esse trabalho busca por meio da pesquisa participante e da pesquisa de história oral desenvolver estratégias na execução da sequência didática com a turma da para que os alunos do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa, netos das senhoras quebradeiras adquiram a consciência histórica para valorizarem seu local de habitação. Escolheu-se por duas metodologias nesta dissertação para realizar a investigação a contento, assim, seguimos Thompson (2002) e Pimenta (2005) que destacam que ambos os métodos se complementam por dar lugar de fala aos invisibilizados e contribuir com a prática educativa. Contribuíram para sustentar o argumento desta dissertação os estudiosos Rüsen, Bittencourt, Nadai, Fonseca, Freire, Trompson, etc.

PALAVRAS-CHAVE: Quebradeiras de coco, Babaçu, Consciência Histórica, Ensino de História, ProfHistória

ABSTRACT

This dissertation seeks to give voice to the silenced and to allow the Quebradeiras de Coco group, agroextractivist women who live in the North and Northeast of Brazil, to be heard and to tell their versions about the history of the village of Coquelândia-MA. In addition to empowering the women babassu nut breakers, this work seeks, through participant research and oral history research, to develop strategies in the execution of the didactic sequence with the students of the Dorgival Pinheiro de Sousa Education Center, grandchildren of the women babassu nut breakers, to acquire historical awareness and to value their place of residence. Two methodologies were chosen in this dissertation to carry out the investigation satisfactorily; thus, we followed Thompson (2002) and Pimenta (2005) who point out that both methods complement each other by giving a place for the invisibilized to speak and contribute to the educational practice. The scholars Rüsen, Bittencourt, Nadai, Fonseca, Freire, Trompson, etc. have contributed to support the argument of this dissertation.

KEY WORDS: Women Coconut Breakers, Babassu, Historical Consciousness, History teaching, ProfHistoria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	16
1.1 A questão do currículo	18
1.2 A história local ontem e hoje	28
1.3 O trabalho dos alunos e a história local	32
2 CAPÍTULO 2: FALAS SILENCIADAS: a luta das mulheres quebradeiras de coco do povoado Coquelândia/MA	37
2.1 Do babaçu nada se perde, tudo se transforma!	38
2.2 Como tudo começou: os movimentos sociais	42
2.3 A história do movimento das “quebradeiras de coco” no Brasil	45
2.8 Maranhão – a luta pelo coco	50
3 CAPÍTULO 3: O Coco babaçu: uma história de resistência	54
3.1 O babaçu e a economia de subsistência no Maranhão	56
3.2 História e meio ambiente: a proteção no babaçu no Maranhão	61
3.3 A importância do babaçu para a comunidade de Coquelândia/MA	66
4 CAPÍTULO 4: O produto didático-pedagógico como suporte na preservação do povoado	72
4.1 Os alunos pesquisadores e a consciência história	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	87

INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem da disciplina História, embora tenha se mostrado, sobretudo nos últimos tempos, bastante dinâmico, ainda exclui determinados grupos sociais, prevalecendo capítulos de história geral e nacional, avançando pouco em conteúdos curriculares de história local e quase nunca quando se trata de lutas sociais dos povos economicamente minoritários.

Nesse contexto, a referida disciplina curricular, lecionada nas escolas, encontra diversos entraves para cumprimento de seu papel, explicitado pela BNCC, LDB e demais documentos oficiais, que consiste em promover uma aprendizagem significativa, de maneira que o aluno compreenda os fatos históricos e tenha condições de interpretá-los por intermédio da reflexão.

Contudo, verifica-se uma ampla necessidade de estudos sobre a realidade do aluno. A partir da minha prática enquanto professor de história e geografia no anexo da Escola Estadual Dorgival Pinheiro de Souza em Coquelândia, povoado do município de Imperatriz-MA, fui percebendo que, apesar da comunidade ter nascido da luta social das mulheres quebradeiras de coco, esse conteúdo não aparecia em qualquer das disciplinas que eu trabalhava. Faltava aos próprios alunos a valorização da sua identidade enquanto membros daquela comunidade. Eram alheios à história das quebradeiras de coco, muitas suas avós, mães, tias ou vizinhas. É nesse sentido que essa dissertação é resultado não só de estudo, mas também de realização de experiência didático-pedagógica de superação desse estado de alienação em favor da valorização da consciência histórica dos alunos e alunas da comunidade de Coquelândia com quem desenvolvia minha docência.

A ciência histórica, sobretudo depois do movimento que ficou conhecido como Escola dos Anales, inovou em objetos, fontes e métodos avançou o que significou possibilidade de inovação no campo do ensino de história. Em que pese, no entanto, esses avanços, chegamos ao século XXI com o ensino de história reproduzindo práticas mais próximas da ciência histórica do século XIX e, com isso, criando obstáculos na própria escola, e nas aulas de história, ao autorreconhecimento de alunos e alunas frente à sua realidade, ignorada pelo currículo

Sob a ótica de Nadai (1993), a História é tida como disciplina independente, surgida na França, no século XIX, atrelada à árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são “portadoras”, centrando-se na formação do cidadão numa perspectiva eurocêntrica. Além dessa visão eurocêntrica, a História e seu ensino resistem na manutenção daquelas

características fundamentais a serviço da construção de identidades nacionais forjadas no ajustamento, na eliminação dos conflitos e no discurso homogeneizador.

Nesse sentido, Fonseca (2006) infere que a afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos possibilitaram que a História passe a exercer um papel de extrema importância no conjunto das disciplinas escolares em decorrência do passado glorioso da nação e dos feitos dos grandes vultos da pátria. A historiografia comprometida com o Estado e sua respectiva produção chegava aos bancos das escolas através de programas oficiais e dos livros didáticos.

No Brasil o papel atribuído à história enquanto disciplina escolar não foi diferente. Aqui a materialização da História enquanto disciplina escolar se dá, inicialmente, na cidade do Rio de Janeiro, no Centro Educacional Colégio Pedro II, que durante anos foi tido como a escola modelo para o ensino histórico tendo o esse papel de forjador de identidades pela criação e imposição de discursos homogeneizador que, em consequência, já ignorava, naquele tempo, as lutas dos grupos marginalizados. Isso significa que a distância curricular entre a realidade dos alunos e alunas da Escola Estadual Dorgival Pinheiro de Souza e os conteúdos impostos ao professor constituem uma realidade histórica de longa duração sobre um jeito de fazer educação no Brasil, especialmente em vistas aos objetivos do ensino de história.

Percebida essa realidade, e fundamentado nas muitas discussões que advogam por uma educação emancipatória, a exemplo de Elza Nadai, Circe Bittencourt, Maria Auxiliadora Schimidt e, a grande referência, Paulo Freire conjecturou-se a possibilidade de um outro ensino de história fundado na autonomia e no protagonismo discente. A História pode colaborar na formação de um pensar crítico das pessoas, na busca incessante por uma emancipação intelectual em que os seres estejam propensos a racionalizar e buscar melhorias contínuas em diversos ambientes de suas vivências.

Não é tão difícil uma educação histórica no sentido de formação da consciência histórica ou, para falar numa linguagem freireana, educação para autonomia ou para a liberdade. As condições estão dadas, inclusive do ponto de vista legal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida como LDB tornou-se documento importante para educação brasileira, uma vez que abre caminhos possíveis à uma educação democrática. O art. 26, inciso 4º da LDB dispõe que o ensino de história deve ser realizado com contribuições das diferentes culturas e etnias da formação do povo brasileiro. Isso significa dizer que se a educação é plural em termos de reconhecimento dos sujeitos do processo, também pode ser plural em termos de protagonismo e de reconhecimento das lutas e identidades desses povos, que são diversos. Quando a Lei avança no reconhecimento e na imposição da obrigatoriedade do estudo da

história e cultura afro-brasileira e indígena (art. 26-A, incisos 1º e 2º) a sinalização não é apenas de inclusão de dois grupos marginalizados em termos curriculares, mas da inclusão dos grupos marginalizados, o que inclui os povos do campo, e no nosso caso, as quebradeiras de coco de Coquelândia.

Nesse sentido, de abrir caminhos que podem ser aproveitados por professores e professoras comprometidos com uma educação que reconheça a importância do povo, a partir do lugar do povo, importa destacar que algumas ações de iniciativa do Estado na década de 90, quando comparadas aos anos sombrios da ditadura civil-militar, conclui-se que trouxeram dinamismo e significado ao ensino da História, tendo em vista que este ficou renegado por décadas em decorrência do regime militar, quando o país passava por diversas transformações internas e tinha o ensino da História como algo que deveria ser alterado e desmontado para que fosse contado uma nova história no sentido de atender aos interesses do grupo que havia chegado ao poder naquele momento.

Apesar dos avanços, como já se tem indicado aqui, o ensino da História, em diversas realidades, não atende, em sua maioria, a necessidade de determinados povos. Há, ainda, a resistência em trabalhar a realidade do aluno e pelo aluno. É em função disso que o projeto de que essa dissertação é resultado, teve como pano de fundo, o objetivo de estudar, privilegiando o protagonismo discente, a História local da Comunidade de Coquelândia, como forma de quebrar esse processo autoritário de tão longa duração na nossa educação. Estudar a história local, acredita-se, é a melhor maneira de fazer com que o indivíduo conheça sua própria realidade e aprenda as circunstâncias que possibilitam determinadas mudanças históricas na realidade vivenciada.

É indispensável que o aluno estude a história do seu cotidiano, tendo em vista que, por meio dela, é possível a sua identificação enquanto ser histórico e social. Reconhecer-se na cotidianidade da comunidade, e na memória dos mais velhos que contam como tudo começou ou como tudo concorreu para o momento em que se encontram é forjar identidade na descoberta do pertencimento.

Essa história é dita pela memória dos mais velhos e essa é a forma, junto com os cocais, possível de dizer, já que a história oficial, inclusive os documentos, esqueceu esse povo. Por isso é imprescindível a utilização da metodologia da história oral tendo a memória das quebradeiras de coco, que são as mulheres tradicionais da localidade como referência em termos de fontes. Essa não é uma perspectiva de pesquisa meramente acadêmica, distante do objeto e dos sujeitos. É uma pesquisa participante que envolvendo os alunos e alunas, é também uma forma de aprendizagem histórica fundada no reconhecimento e valorização dos saberes dessas

mulheres. A boniteza desse fazer acadêmico-transformador também está no fato de que muitos dos alunos e alunas que participaram desse processo de pesquisa-aprendizagem-produção de conhecimento são descendentes diretos das quebradeiras de coco e puderam, no afeto e na audição, aprender com suas anciãs.

A pesquisa desenvolvida junto às quebradeiras de coco, fez parte de uma das ações do experimento que foi realizado com os alunos do 2º ano “Único” do Ensino Médio, no Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa/Anexo Coquelândia, que funciona no prédio cedido pela prefeitura municipal onde é a sede da Escola Municipal Dom Pedro I, em parceria com o governo do estado do Maranhão no atendimento a oferta de Ensino Médio na modalidade regular para os alunos residentes nos povoados localizados às margens da rodovia MA-386 (liga as cidades de Imperatriz/MA à Cidelândia/MA) da zona rural de Imperatriz, para o estudo pedagógico aprofundado da história do local do povoado, partindo, dos fatos narrados pelas senhoras quebradeiras de coco.

A escolha pela turma do 2º ano do Ensino Médio para que fosse realizado este trabalho, deu-se por considerar que essa é a faixa etária mais pertinente para desenvolver esse trabalho, pois nos currículos de História para esta série, os livros fazem um passeio pela história do Brasil com abordagens isoladas de muitos fatos históricos nacionais, porém, não contemplam a história regional do educando e vendo nesta fissura uma abertura para o aprofundamento do estudo da história local atrelado a história do Brasil, resolveu-se promover esse estudo de maneira que não houvesse divergência com o plano de curso proposto para o bimestre em que houve a ocorrência da pesquisa. “O exercício do ‘fazer história’, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente”. (BNCC, 2018, p.317). É nesse processo de construção e reconstrução que junto com a turma do 2º ano a pesquisa foi realizada buscando sobretudo promover a formação da consciência histórica junto a esta turma.

Acerca da consciência histórica, Rüsen (2015) enfatiza que na juventude esta aquisição de consciência está totalmente vinculada com a moldagem de suas identidades e sua formação porque segundo o estudioso é impossível dicotomizar a resignificação pela qual o indivíduo se reconhece, da aquisição plena de consciência sobre a sua história e de seu povo. Nesse aspecto este trabalho procura compreender como se dá o processo da formação da consciência histórica e sua contribuição na relação que os educandos possuem com sua localidade e com sua própria história.

No que se refere ao método utilizado nesta pesquisa qualitativa, recorreu-se a história oral concordando com Thompson (2002), quando destaca que a mesma tem um poder único de

nos fazer conhecer e reconhecer a história de vida das pessoas excluídas e marginalizadas que tem suas vozes silenciadas, dentre elas a figura da mulher, neste caso são elas o objeto de estudo deste trabalho. Ainda no sentido de trazer significado e fomentar a participação dos educandos no processo investigativo, utilizamos também o método pesquisa participante corroborando com Pimenta (2005) que entende que por intermédio da pesquisa participante, pesquisadores e participantes atuam em conjunto no sentido de contribuir com a melhoria da prática educativa. Como coautores, esses sujeitos constituem-se em pesquisadores e autores das mudanças necessárias nas escolas. A escolha por duas metodologias neste trabalho se deu porque aplicação delas são importantes para fortalecer o processo de construção da consciência histórica dos estudantes.

A dinâmica da apresentação da proposta de trabalho, se deu em primeiro lugar por meio de uma aula inicial de 50 minutos que apresentou a proposta da sequência, bem como seus objetivos, metodologia, fundamentação, justificativa e como os educandos teriam papel preponderante na sua realização participando de maneira ativa em sua execução. Nesse sentido concordando com Paulo Freire quando menciona que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 21). Procuramos por meio deste primeiro encontro explicitar aos alunos que a pesquisa sobre a vida das quebradeiras de coco que se confunde com a própria história da localidade, teria maior significado no aprendizado justamente porque eles seriam os pesquisadores e por conseguinte, atores principais na coleta das informações essenciais para a reflexão do resultado deste trabalho e teriam possibilidades de terem outros olhares de sua história por meio da escuta dirigida diferentemente daqueles que causos que eles conheceram a vida toda sem que fossem agentes da investigação científica.

No segundo momento em que nos reunimos, para dar seguimento a proposta de promoção da formação da consciência história pelos alunos do 2º ano, trouxemos à aula a discussão sobre a importância de se estudar a história local e suas implicações pedagógicas na construção de um indivíduo crítico e ativo nas questões que envolvem a sua comunidade, o seu povo. Inserimos esse momento na sequência por entendermos que é indispensável que os discentes compreendam a relevância da consciência histórica para além dos muros da escola, indo de frente a aquisição de saberes que poderão cooperar na melhoria de vida da comunidade.

A terceira etapa no andamento da sequência didática e na preparação para que os alunos fossem ao campo entrevistarem seus antecedentes, se pautou na elaboração conjunta do questionário que seria aplicado junto ao nosso objeto de estudo. O professor de história, regente da turma criou uma atmosfera pedagógica por intermédio de vários questionamentos dirigidos

aos alunos que tornasse possível que eles montassem as perguntas para o questionário que seriam utilizadas como método de coleta de informações para as mulheres quebradeiras de coco da comunidade.

O quarto encontro com a turma para darmos continuidade na sequência pedagógica, se configurou como um momento, que foi além de orientações escolares para informações sanitárias alertando, principalmente sobre os cuidados com relação ao contato físico. À época, por estarmos em um período pandêmico que motivou a suspensão de atividades presenciais com alunos nas escolas, tivemos de migrar para o ensino à distância por intermédio de aplicativos de videoconferência que possibilitaram aos professores do período, ministrarem suas aulas, mesmo de forma remota, para garantir aos alunos seus direitos de aprendizagens intocados. Assim, a partir da segunda aula da sequência e as demais, ocorreram via plataforma Google Meet com a participação de todos os alunos que estavam fazendo parte desse trabalho onde o professor regente da disciplina de história os treinou para que os mesmos aplicassem a pesquisa em seu ambiente familiar e pudessem extrair informações essenciais para a compreensão da história local do distrito.

Foi a estratégia adotada para a situação, tendo em vista que 95% dos alunos são descendentes de mulheres quebradeiras de coco e a atividade da pesquisa não os estaria expondo a situações que pudessem propiciar contaminação do vírus COVID-19 por não impor nenhum tipo de aglomeração de indivíduos, fator este necessário para a uma possível infecção conforme destacava a OMS. Todo o trabalho de preparação, formação, orientação para os alunos pesquisadores foram realizados de maneira remota sem que houvesse interação física entre o professor pesquisador e os alunos pesquisadores da turma.

Ao final da sequência, na sexta etapa que ocorreu após a realização das entrevistas, os alunos realizaram um bate-papo com a turma contando suas experiências e suas aprendizagens adquiridas durante a realização dessa metodologia de aprendizagem da história local.

É essa experiência de pesquisa participante que é objeto dessa dissertação. Assim, o capítulo primeiro é constituído de uma reflexão necessária sobre como a história local é tratada no currículo e quais são as possibilidades de expandir sua aplicação, sobretudo para os pequenos locais distantes da zona urbana que precisam conhecer sua história dissociada do folclorismo para compreenderem como podem se organizar em grupos sociais para reivindicarem melhorias na localidade.

O segundo capítulo faz uma viagem sobre a luta agrária no país, tendo as quebradeiras de coco como a referência e procurar apresentar a história de lutas e injustiças sociais que esse grupo sofreu ao longo do tempo, sendo impedido muitas vezes de exercer sua atividade por

conta dos grandes proprietários de terras que tentavam subjugar-las para manterem seu poderio e afastando toda e qualquer ameaça de união social para lutarem pelo direito de realizar atividade de extração dos cocos, dentro das propriedades demarcadas como privadas.

No terceiro capítulo, nos dispusemos a mostrar a luta pelas amêndoas de coco babaçu e todo o embate jurídico na garantia da preservação das matas de cocais, bem como no acesso as extensas plantações do fruto nas propriedades demarcadas como privadas pelas quebradeiras de coco que sofrem resistências de várias naturezas tentando impedir que elas exerçam sua atividade milenar lutando pelo “babaçu livre”.

O capítulo quatro deste trabalho trará a consolidação do produto final desta dissertação que foi fruto do trabalho desenvolvido pelo professor pesquisador juntamente com os alunos pesquisadores na perspectiva de promoverem aos moradores do povoado e aos visitantes da localidade condições de terem um documento histórico autoral e empoderador às mulheres quebradeiras de coco porque possibilitou o estabelecimento do lugar de fala para este grupo marginalizado que emprestou sua narrativa na criação de uma cartilha sobre a história da localidade.

Esse é o espírito do trabalho de pesquisa e do envolvimento dos discentes nesse processo. A referida pesquisa objetivou o desenvolvimento de estudos acerca do processo de ensino e aprendizagem da história, considerando as especificidades dos saberes e práticas mobilizados na escola, focalizando condições de formação do estudante e do professor, bem como a plena atividade do ensino de História na escola, local refletido como espaço de produção e transmissão de conteúdos e que atendam as formas de organização e classificação do conhecimento histórico por meio do currículo. A perspectiva foi proporcionar aos alunos participantes da experiência condições adequadas para a formação da consciência histórica tendo seu próprio lugar de vida, lugar-mundo como referência e as narrativas das quebradeiras de coco como estratégia desse encontro.

Não se tratou apenas de uma experiência particular de intervenção didático-pedagógica. Mas também, a partir dessa experiência, ajudar outros professores a pensarem o ensino de história, o que constitui produto dessa minha pesquisa. O produto final deste trabalho consiste na sequência didática que foi realizada para que se pudesse chegar ao denominador comum e atingir os objetivos estabelecidos. Ao longo da pesquisa, foram realizadas entrevistas com mulheres tradicionais pertencentes do povoado que possuam notado saber empírico na narração de fatos históricos locais que geralmente foram descartados pela história formal.

Entende-se que por meio da participação efetiva dos discentes na sequência didática e na elaboração do produto final através das metodologias de história oral e pesquisa participante,

os educandos constroem, reconstróem e transformam a sua consciência histórica adquirindo competências, criticidade, empatia, solidariedade, afeto.

Acredita-se que a produção da pesquisa do presente trabalho através da investigação in loco, bem como a consolidação dos dados extraídos durante o período de aplicação da técnica empregada, ratificados na análise dos resultados finais, serão de grande valia e relevância acadêmica e científica, pois poderão ser utilizados como fonte de conhecimentos históricos e embasamento de pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA LOCAL E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA

Discutir história local é pensar a história na perspectiva micro, nos moldes do que ficou conhecido como micro-história. Nela, o local é um espaço de experiência constituído de diferentes sujeitos históricos e, por isso, segundo Bourdin (2001) apropriado para análises da atuação desses diferentes sujeitos, das suas microrrelações. Outra definição importante é a que apresenta o local como uma multiplicidade de sentidos/espacos/tempo. Assim, para Gonçalves, pode ser de “uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição [...] espaço político administrativo, como distrito, freguesia, paróquia, municipalidades” (2007, p.177). Para Burke, discutindo a partir dos posicionamentos de Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, os trabalhos com a micro-história aspiram “mostrar o mundo em um grão de areia [...] tiram conclusões gerais a partir de estudos locais. Segundo Ginzburg, o moleiro Menocchio é um porta-voz da cultura popular oral tradicional (BURKE, 2002, p. 64). Mas, não se trata do estudo particularizado de determinada dimensão do todo. Não se trata apenas da luta das quebradeiras de coco, mas da luta dos grupos sociais marginalizados no Brasil, de que as quebradeiras de coco constituem, por assim dizer, uma amostra. Como de Giovanni Levi, “a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo” (*apud* BURKE, 1992, p. 133).

Embora a micro-história seja um dos campos que visibiliza as pesquisas locais, a história local se caracteriza por buscar entender o entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos. Sobre isso Samuel (1990, p.220) assegura:

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1990, p. 220)

No contexto do ensino de história, desde o movimento anarquista ao movimento escolanovista que se defende a importância do local para a compreensão do global. E esse esforço avançou, de modo que já aparecia nas orientações curriculares, como foi o caso do Parecer 853 do Conselho Federal de Educação, em 1971, que “privilegiava o estudo do mais próximo e mais simples deslocando-se depois para o mais distante e mais complexo” (Schmidt, 2007, p.188). Nos parâmetros curriculares de 1990 o local é tratado “como um dos eixos temáticos dos

conteúdos de todas as séries iniciais da escola fundamental e como perspectiva metodológica em todas as séries da escola básica” (idem, p.189). A professora Circe Bittencourt entende que esse movimento de valorização da história local se dá por ela “possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (Bittencourt, 2009, p.168).

Fato é que a própria Base Nacional Comum Curricular, BNCC, desde os anos iniciais do ensino fundamental, deu continuidade à valorização do local como perspectiva de compreensão de fenômenos mais gerais. Nesse documento, os estudantes devem começar a aprender a investigar a si próprio e ao mundo que o cerca, partindo dos espaços familiares e seguindo para os espaços sociais mais amplos que vivenciam, como a escola, o bairro e a cidade. A exemplo, para o 3º ano do Ensino Fundamental há a unidade temática “as pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município” que tem por objeto de conhecimento, “O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive”. Para essa Unidade Temática a habilidade EF03HI03 é “Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes”.

É consciente dessas possibilidades da micro-história, e pensando na minha própria experiência docente, que planejei e realizei a pesquisa sobre as quebradeiras de coco de Coquelândia, como forma de reforço à consciência histórica dos alunos e de problematização, nesse processo, das lutas sociais dos povos marginalizados, como são aquelas mulheres. Desde quando ingressei no Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória), no ano de 2020, fui motivados por um sentimento de reflexão sobre como poderíamos enquanto docente das disciplinas de História e Geografia do anexo de Coquelândia do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa adotar estratégias de ensino que através da prática pedagógica contribuísse para que meus alunos e alunas se sentissem protagonistas do processo e se reconhecessem na história e na geografia que lhes eram propostas em sala de aula, o que pressupõe possibilidades de aprendizagens significativas que não se remetessem restritamente ao conhecimento teórico, porém, carregassem sentidos práticos para sua formação enquanto cidadão capaz de intervir no mundo.

1.1 – A questão do currículo

Olhar para o ambiente da sala de aula e enxergá-lo como um espaço de conhecimento, nos ajuda a pensarmos esse universo como algo que nos apresenta uma infinidade de possibilidades que se atrelam ao objeto de pesquisa voltados para o enfoque da busca pelo ensino-aprendizagem e produção de conhecimento. Além, de promover aprendizagem sobre a história com base nos currículos preestabelecidos pelos normativos nacionais, como a BNCC, o ensino de história possibilita aos educandos o despertar para uma consciência crítica e reflexiva sobre o seu papel enquanto ser social e agente promotor de mudanças na realidade que o circunda. Nesse prisma pensamos em abordar a história local nesta dissertação por entendermos que ela é fundamental para que o indivíduo se identifique enquanto homem social e histórico e possa a partir daí ter condições de compreender a história que está aquém de sua existência, que é ensinado no currículo mas que ao menos tempo não apresenta contextualização com seu local de vivência, seu povo, sua família, é a história do geral ou Brasil, não considera as histórias regiões dos indivíduos e são determinantes para que estes alcancem uma consciência histórica.

A História apresenta em sua essência a característica indissociável que é a de normalizar ou de contestar narrativas, uma vez que apresenta em sua retórica a intenção de verdade. Logo, as verdades se apresentam com aspectos cristalizados que permeiam o espaço da sala de aula. É através do ensino de história que essas verdades podem ser revistas e reconstruídas, principalmente quando reverberam a intencionalidade de desvalorização de determinado grupo social, cultura ou localidade, por intermédio de discursos hegemônicos e segregacionistas.

Dessa maneira, a história local se apresenta como uma possibilidade de rupturas com o fazer história convencional que preza por uma categorização de conhecimentos estruturados de maneira vertical, que apregoa no topo o discurso da história nacional remetendo a história local do indivíduo aos degraus menores desconsiderando as características regionais e locais como fatores preponderantes na aquisição da aprendizagem histórica. Nesse sentido, o estudo da história do povoado Coquelândia se faz necessário por não fazer parte das prioridades dos currículos escolares e ser posto de lado por não ser considerado relevante, tendo em vista que a maior parte da população do povoado, não conhece ou conhece de maneira superficial a história de lutas das senhoras quebradeiras de coco pela garantia da subsistência e a manutenção histórica desse atividade que ajudou a caracterizar a localidade e trazer sustento aos moradores do vilarejo, bem como auxiliou na criação de uma identidade histórico-cultural.

Com a proclamação da República do Brasil, em 1889, ficou mais notória a preponderância da História, sobretudo a História do Brasil, para a criação de um determinado tipo de cidadão que atende os anseios do governo. Nadai (2001, p. 24-25) ratifica:

Portanto, o negro africano e as populações indígenas, compreendidas não em suas especificidades etnoculturais eram os cooperadores da obra colonizadora/civilizatória conduzida pelo branco português/europeu e cristão. Em decorrência, instituiu-se uma tradição muito forte que privilegiou, nos estudos históricos, a constituição de uma nação organicamente articulada, resultante de um processo caracterizado pela contribuição harmoniosa das diversas classes sociais, pela conciliação e pela organização de um “bem comum”, processo portanto que privilegiava o passado vivido e recuperado sem conflitos, divergências ou contradições. O passado aparece, portanto, de maneira a homogeneizar e a unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional. A história se apresenta, assim, como uma das disciplinas fundamentais no processo de formação de uma identidade comum – o cidadão nacional – destinado a continuar a obra de organização da nação brasileira.

A partir da década de 1930/40, o discurso racista e o conceito de raça a partir do biológico vão se esvaindo no campo político, institucional e no campo da interpretação do processo de desenvolvimento racional.

Uma estrutura marcante da história dos negros foi a resistência frente à escravidão em meio a tantos maus tratos sofridos. A resistência dos africanos escravizados ocorreu de várias maneiras. Perante tanta violência e injustiça, para tentar escapar desses sofrimentos muitos escravos se matavam e outros partiam para quilombos, no qual tentavam uma nova vida (LIMA; MACÊDO, 2020, p. 523).

A mestiçagem passa a ser disseminada como positiva e garantidora da unidade do povo brasileiro, uma resultante das diferentes raças.

Após a abolição iniciou-se uma trajetória de exclusão social e invisibilidade, que na prática negou direitos aos afrodescendentes e desconheceu os territórios quilombolas na estrutura agrária brasileira. Além de não haver políticas reparatórias ou indenizatórias pelos três séculos de exploração escravista, por meio da construção ideológica do branqueamento vivenciou-se um imaginário de harmonia e democracia racial que buscou apagar da memória social as lutas e as dores da escravidão (CARRIL, 2017, p. 543).

Dito isso, não se diminui a importância histórica e social da organização quilombola, mas para que não se incorra no romantismo interpretativo de comunidades sem conflitos.

A própria noção de grupo, contém uma dimensão específica em cada lugar dependendo do que é compartilhado, daquilo que é considerado, como sendo comum a todos os que de participam. Sobretudo, os conflitos e tensões dentro do próprio grupo decorrentes dessa

concentração social que o convívio comunitário muitas vezes impõe e que em muitos casos contribuem para gerar alternativas do próprio grupo para superar os desafios identificados.

Por isso, a história é feita com o tempo, com experiência do homem, com sua história, com suas memórias e com suas lutas em busca de direitos à educação quilombola que se articulam a outras lutas pelo reconhecimento de suas identidades, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura.

A luta pela terra no Brasil envolve uma trama de relações sociais, culturais e políticas; nasce das determinações objetivas impostas historicamente à produção camponesa. O que se assiste agora é a mobilização de uma pluralidade de sujeitos valendo-se de elementos culturais e étnicos que se expressam nos contextos históricos do desenvolvimento da modernização brasileira, inflingindo-lhes ameaças de expulsão e morte física ou cultural (CARRIL, 2017, p. 547).

A estrutura social brasileira ainda hoje, preserva relações familiares, políticas, do trabalho e propriedade privada da terra voltada para os interesses do mercado impregnados pelo passado escravista, patriarcal, androcêntrico, patrimonialista e de afirmação de superioridade branca. Essa estrutura dificulta com que os direitos de grupos coletivos, tais como os quilombolas em foco nesse estudo tenham seus direitos garantidos dentro de uma perspectiva privatista e legalista do direito.

Acerca da relevância do ensino de História, Garin (1968, p. 251) apud Bittencourt (2018, p. 140) expressa:

O ensino de História tornou-se fundamental para se repensar a cultura humanística sob uma nova concepção de formação científica na qual o conhecimento histórico se inseria “em uma perspectiva não resumida ao passado que paralisa, mas como expressão de um futuro que libera.

Sobre a concepção de Bittencourt (2018), percebe-se que além de meramente ensinar a História, o estudo histórico traz aos indivíduos reflexões sobre as diversas questões que permeiam o passado das coisas, bem como o próprio passado vivenciado pelo ser humano.

Nesse sentido, reflete-se que o papel da História tem colaboração plena na formação de um pensar crítico das pessoas, na busca incessante por uma emancipação intelectual onde os seres estejam propensos a racionalizarem e a buscarem por melhorias contínuas em vários ambientes de suas vivências. Para que o ensino de História fosse sistematizado, organizado e abrangente, foram necessárias as adoções de muitas ações que visassem garantir o ensino e o acesso ao ensino pelo povo.

Sobre a hierarquização do currículo de história, Albuquerque Junior cita:

Há nesta divisão entre o nacional, o regional e o local o reconhecimento de uma derrota e de uma impossibilidade: a derrota das forças políticas e econômicas locais que assumem sua subalternidade e o reconhecimento da impossibilidade do historiador que moram nessas áreas de fazer história nacional ou apenas história, sem mais adjetivos, deixadas para quem seria de direito, aqueles historiadores que vivem no que seriam os centros de produção acadêmica e historiográfica. (ALBUQUERQUE, 2015. p.58)

Em conformidade com a fala do autor, observamos que a história local é desperdiçada e mal utilizada, tornando-se cerceada e colocada de lado no currículo tradicional, sendo preterida pela “história nacional” por esta apresentar conteúdos estabelecido como prioritários, especialmente na sala de aula, em razão do programa curricular da disciplina ou dos prazos estipulados pelas escolas para que seja contemplado dentro do planejamento do docente, objetos de conhecimento predefinidos no plano da componente curricular. Dessa forma, o educador acaba tendo que definir através da seleção o que é “mais importante” para ser ensino e o que pode ser desconsiderado, ou simplesmente não contemplado durante o andamento do ano letivo.

Acerca da formulação e da definição de quais conteúdos deverão ser trabalhados nas escolas para formar o povo pela educação oferecida pelo Estado, Circe Bittencourt afirma que “a história do ensino de História tem se caracterizado por uma longa trajetória de confrontos e disputas entre intelectuais e políticos encarregados da organização e institucionalização do saber escolar.” (BITTENCOURT, 1992/1993, p.193). A outra reforça abaixo que:

O ensino de História não é, entretanto, um caso excepcional. A constituição ou permanência das disciplinas escolares nos diversos currículos tem sido marcada por uma história de tensões entre grupos próximos à esfera do poder educacional. Tais confrontos tornam-se inevitáveis pelo poder que as disciplinas escolares exercem na legitimação de determinados conhecimentos que são difundidos para amplos setores da sociedade. (BITTENCOURT, 1992/1993, p. 193)

Percebe-se com a fala da autora que tanto o ensino de História quanto o ensino das demais componente curriculares, sofrem uma inegável influência política no sentido de nortearem quais são os conteúdos essenciais e quais enfoques deverão ser dados no ensino para que se tenha um aluno formado mediante as necessidades e para atender os interesses do Estado.

A história é um campo de disputa, luta que se manifesta especialmente a partir do seu currículo, como já nos alertara Miguel Arroyo (2003). É nesse sentido que a história local, especialmente o caso de que tratamos, das quebradeiras de coco, fica a margem daquilo que é definido como o currículo de história a ser ensinado nas salas de aula. O currículo é produto de escolhas e essas escolhas se dão a partir de certa narrativa, privilegia certa visão e valores sobre o mundo, imposta às maiorias que, às vezes, não guardam nenhuma relação com esse discurso.

Sobre as intencionalidades na seleção dos currículos para serem ensinados na escola Goodson afirma:

(...) é importante compreender as lutas precedentes em torno da definição pré-ativa do currículo. Nessas circunstâncias é politicamente ingênuo e conceitualmente inadequado afirmar que ‘o importante é a prática em sala de aula’ (da mesma forma que é uma ignorância querer excluir a política da educação). O que importa ainda (...) é compreender os parâmetros anteriores à prática. O que também deveria ser claro, no entanto, é que não são simplesmente as definições intelectuais que emanam do currículo escrito as que possuem força. (GOODSON, 1995, p. 21-22)

Deduzimos pelos estudos de Bittencourt (1995) e Goodson (1995) que o pensamento homogeneizador está sutilmente atrelado na elaboração dos currículos nacionais para atender interesses de grupos dominantes e não oportunizar fala aos povos tradicionais, mormente aqueles formados por indivíduos radicados em comunidades rurais que tem pouco acesso a assistências estatais por estarem geograficamente afastados e em muitos casos serem ignorados como é a situação das quebradeiras de coco de Coquelândia.

Quando falamos das dificuldades para que seja viável o educador ter condições de trabalhar a história, partindo da localidade do aluno para que ele possa então tornar-se consciente do mundo que o rodeia, lembramos de como a disciplina de História foi concebida e qual foi a finalidade dada a ela no processo de dominação e reafirmação das identidades nacionais, sobre isso Nadai e outros estudiosos consideram a História como disciplina independente, surgida na França no século XIX atrelada ao que Furet (1990) apud Elza Nadai (1993, p.145) chama de “a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras”, centrando-se no cidadão através do eurocentrismo.

Contudo, além de uma visão plenamente eurocêntrica, a História e seu ensino traziam consigo características fundamentais que auxiliariam tanto na construção de identidades nacionais locais na Europa, quanto em outros territórios que conquistaram suas independências. Sobre isso, Fonseca (2006, p. 24):

A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram os objetivos da historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sob estreito controle dos detentores do poder. Isso ocorreu na Europa e também na América, onde os países recém-emancipados necessitavam da construção de um passo comum e onde os grupos que encabeçaram os processos de independência lutavam por sua legitimação. Casos conhecidos são, por exemplo, os da Argentina e do México, onde as lutas por hegemonia política implicaram também lutas pelo controle sobre a produção

historiográfica e sobre o ensino de História e do Brasil, sobretudo depois da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira.

Compartilhando de pensamento semelhante, Fonseca (1993, p. 156) externa:

É interessante observar que há uma tentativa de legitimar pelo controle do ensino de História, a lógica política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento da juventude, homogeneizando a imagem destes sujeitos sociais, em torno da imagem do homem que melhor serve aos interesses do Estado e da Nação.

O ensino da História perpassou por vários momentos distintos ao longo do tempo e com a implantação de modelos, ideários, concepções novas, foi ganhando pluralidade metodológica e passou a possibilitar diversas estratégias de ensino-aprendizagem para que os objetivos propostos a esse componente curricular fossem alcançados durante a sua ocorrência.

Trata-se de inserir no currículo e vivenciar nas instituições escolares, mais especificamente na sala de aula, as dimensões do currículo oculto e explícito fazendo com que os (as) educadores (as) possam despir-se de preconceitos que predominam em sua prática pedagógica. O currículo tem se tornado um tema bastante relevante para a educação nas últimas décadas.

Nesse sentido, Mendes (2020) defende que a História constitui-se como disciplina escolar não limitada à transmissão de conteúdos factuais, mas que busca o desenvolvimento de habilidades e competências para formação de cidadãos participativos em uma sociedade democrática.

As aulas de história deveriam discutir valores e atitudes sem abrir mão da explicação e da compreensão dos acontecimentos. Para tanto, é muito importante o diálogo interdisciplinar, buscando superar a fragmentação do conhecimento e se aproximar cada vez mais da realidade dos estudantes por intermédio dos seguintes temas transversais: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo (MENDES, 2020, p. 113).

A aprendizagem através de atividades diferenciadas tem mostrado uma maior significação e eficiência no desenvolvimento e aquisição de conhecimentos, ao mesmo tempo, busca levar os alunos para uma reflexão mais consistente sobre assuntos referente à aprendizagem das disciplinas e eixos educacionais. A educação sem dúvidas é essencial para a formação do indivíduo, para a concepção da vida e a contextualização política e social.

A afirmação dos sujeitos tem se dado em virtude de suas próprias demandas sociais e territoriais, diferenciando-se dos marcos governamentais e das estratégias de planejamento, que muitas vezes desconsideram as singularidades nas políticas públicas. Tais organizações acionam automaticamente os poderes públicos para o

reconhecimento de seus modos de vida e das necessidades para reprodução dos grupos que constroem, assim, uma narrativa de si, de sua história, da coletividade e da relação com os territórios de vida (CARRIL, 2017, p. 543).

Embora seja nítido que o ensino de história ao longo do tempo sofreu implementações que melhoraram sua aplicabilidade metodológica e permitiram aos discentes novas possibilidades no aprendizado dos saberes históricos, a história local não foi contemplada nesta evolução do ensino de história pois continuou renegada sem ter reconhecida a necessidade de sua utilização como currículo indispensável na formação crítica dos alunos do povoado de Coquelândia que ainda hoje, por localizarem-se no perímetro rural e não possuírem o estudo da localidade como fonte permanente de aprendizagens e reaprendizagens recebem o ensino tal qual ocorre na zona urbana sem que se considere o regionalismo do povoado. Geralmente se estuda o povoado em datas comemorativas como no período das festas juninas sem que haja um aprofundamento no estudo inviabilizando os alunos de conhecerem sua real história dissociada do folclorismo que é prática habitual.

No Brasil, a materialização da História enquanto disciplina escolar se deu na cidade do Rio de Janeiro após a independência de Portugal, mais precisamente no centro educacional que durante anos foi tido como a escola modelo para o ensino histórico, Colégio Pedro II. Foi nesse estabelecimento educacional que, conforme Nadai (1993, p. 156), “seu primeiro regulamento de 1938, determinou a inserção dos estudos históricos no currículo, a partir do sexto ano”. Estava assim decretado o ensino de história no Brasil.

Nessa perspectiva, sobre a instauração da História, enquanto disciplina curricular, nota-se conforme Nadai (1993), que havia uma valorização do ensino baseada nas influências europeias, sobretudo, a francesa que serviu como inspiração durante aquele período para que o trabalho se pautasse nas referências europeias, mantendo profundos os laços de ligações entre Brasil e Europa, fazendo com que:

A História da Europa Ocidental fosse apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas (NADAI, 1993, p. 146).

Sobre isso, percebe-se que o projeto de desenvolvimento da História como disciplina escolar ocorre em meados da segunda metade do século 19, no próprio movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, onde se notabilizavam os confrontos entre monarquistas e republicanos e a carência do estabelecimento da construção de uma identidade nacional.

Notamos que mesmo com todas as incorporações ao ensino de história que foram realizadas ao longo tempo, implantando-se a temática indigenista e a quilombola, os aspectos inerentes ao estudo do meio local permanecem escanteados, sugerindo uma clara cortina de fumaça para que se reconheçam os avanços na qualidade do ensino e se esqueçam que os currículos ainda deixam essa lacuna no fomento para que educador trabalhe a história regional do indivíduo.

Há ocorrência de um ensino que seja pautado no reconhecimento da história local e na valorização dos povos tradicionais pode parecer perigoso aos olhos das elites dominantes entre outras coisas, porque irá permitir que os grupos excluídos se identifiquem na mesma situação de exclusão e resolvam unir-se em uma postura de resistência criando movimentos sociais para lutarem mutuamente em torno dos direitos que são bem comum a todos e que devem ser garantidos mediante o cumprimento da legislação.

Frente ao exposto, Pinto (2015) expõe que:

Os movimentos sociais também podem ser entendidos como ações coletivas compatibilizadas à luta por interesses associados à organização social e, principalmente, às mudanças no contexto social e cultural, frutos de uma aspiração coletiva, tornando-se agentes pela defesa da liberdade, igualdade e justiça social, em um mundo de legado de preconceitos para uns e privilégio para outros (PINTO, 2015, p. 51).

Não obstante, percebe-se a possibilidade de um estudo da localidade de modo abrangente soa perigoso ao sistema que visa silenciar, tirando o direito de fala dos grupos que são o retrato da exclusão e marginalização por nunca terem tido a oportunidade de contarem a sua história e terminam por serem compelidos a aceitar a narrativa elitista que é amplamente propalada, falada e disseminada como se houvesse uma ausência de desigualdades e todos vivessem em uma nação próspera, onde os problemas não existem ou se existem são proibidos de serem mencionados.

Ainda refletindo sobre as mudanças que ocorreram ao longo do tempo no sentido de promoverem um dinamismo no ensino da história, mas que não pôde ser perceptível no âmbito da história da localidade, mencionamos que o Estado continuou seu pacote de implementações, sobretudo, promovendo regulamentações legais dos currículos no sentido de validar os conteúdos que foram palco de embates e reafirmações de poder conforme enfatiza Bittencourt (1992/1993) e podemos apontar neste sentido a medida mais notável se deu com a criação da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de número 9.394/96 que é a lei mais

importante da educação brasileira, pois estrutura e orienta os entes envolvidos do sistema educacional do Brasil.

A referida lei, estabelece dois pontos interessantes sobre o ensino de História, o primeiro se refere ao ensino da História do Brasil. Em seu artigo 26, inciso 4º: “§ O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

O segundo ponto trata do exposto no artigo 26-A, inciso 1º e 2º:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Frente ao exposto, compreende-se que em meados dos anos 90, houve por parte da União, tentativas de organizar e nortear ações que assegurassem o ensino de história realmente inclusivo e que compreendessem os indivíduos em suas particularidades, bem como focassem no estudo da construção identitária da população brasileira formada na sua maioria por europeus, indígenas, afrodescendentes.

É possível constatar que os trechos do documento mencionado acima, são complementivos e buscam o estudo integral da formação miscigenada do Brasil e de seus principais atores: o índio e o negro.

Nesse mesmo sentido, após a criação da LDB, o poder público também desenvolveu para auxiliar no currículo de história e no ensino da disciplina, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) norteados o ensino do conhecimento histórico e de outras áreas científicas. Para o denominado segundo ciclo, o PCN de História em suas páginas 45 e 46 traz os seguintes objetivos:

- reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que a sua coletividade estabelece ou estabeleceu com outras localidades, no presente e no passado;
- identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais;

- identificar as relações de poder estabelecidas entre a sua localidade e os demais centros políticos, econômicos e culturais, em diferentes tempos;
- utilizar diferentes fontes de informação para leituras críticas;
- valorizar as ações coletivas que repercutem na melhoria das condições de vida das localidades.

Sobre as propostas no ensino motivadas pelas mudanças curriculares realizadas pela LDB e pelos PCN's, Bittencourt (2018, p. 142) afirma:

Os currículos produzidos após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assim como as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – Brasil, 1998) se estenderam para todos os níveis de ensino e de sistemas escolares, incluindo escolas das comunidades indígenas e quilombolas. Constata-se que houve mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática. De forma inédita, como fruto das lutas de movimentos sociais foram introduzidas a História da África e das culturas afro-brasileiras e a história dos indígenas por intermédio das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estão em processo de integração em currículos ainda submetidos à lógica eurocêntrica, mas que anunciam uma formação política e cultural para o exercício de uma cidadania social com vistas a um convívio sem preconceito e democrático.

Percebe-se que as ações perpetradas pelo governo na década de 90, trouxeram dinamismo e significado para ensino da história. Este ficou renegado por décadas e foi descaracterizado principalmente no período do regime militar, onde o país passava por várias transformações internas e tinha o ensino de história como algo que deveria ser alterado e desmontado para que se fosse contada uma nova história para atender aos interesses do grupo que havia chegado ao poder naquele momento.

Ao interpretar criticamente a BNCC os professores de história da educação básica podem e devem mostrar que a história não se preocupa apenas com a cronologia daquilo que aconteceu (passado histórico), mas, sobretudo, procura compreender o passado (passado crítico) na busca ético-política de significados que impulsionem ações no presente em nome de um futuro mais democrático e menos injusto (MENDES, 2020, p. 125).

Contudo, percebe-se que o ensino de História em muitas realidades não atende, em sua maioria, a necessidade de determinados povos. Há ainda, resistência em si trabalhar a realidade do aluno pelos mais variados motivos.

A história local é apontada como forma de fazer o ensino de história se tornar algo mais inteligível ao estudante, facilitando a intervenção do sujeito nos espaços locais, amadurecendo suas perspectivas de reflexão sobre os espaços mais amplos. Assim, é necessário que a escola perceba os conhecimentos levados pelos jovens estudantes

que estão imersos em uma cultura de consumo (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 9).

No entanto, crê-se que estudar a História Local do educando é a melhor maneira de fazer com que o indivíduo conheça sua própria realidade e aprenda as circunstâncias que possibilitaram determinadas mudanças históricas em seu bairro ou município.

1.2 A História local ontem e hoje

A história enquanto disciplina, pensada nos idos do século XIX, de Elza Nadai nos fala tão bem, nasceu vinculada a genealogia das nações. Nesse sentido, não interessava a história local ou micro-história, senão as grandes narrativas sobre a origem do próprio Estado e a definição dos grandes vultos erigidos à categoria de heróis nacionais. Esse é um fato que não alcança apenas a Europa, mas é a forma como a história foi pensada no Brasil, especialmente a partir de dois espaços fundamentais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, e o Colégio Pedro II. O que muda, primeiro na Europa, é a discussão que avança sobretudo com a Escola dos Annales, e no Brasil, o reflexo da presença de muitos intelectuais europeus vindos dessa experiência histórica nos seus lugares de origem, a exemplo do Instituts franco-brésiliens de haute culture de Rio (1922) e de São Paulo (1925), fundamental, segundo Marieta de Moraes Ferreira (1999) para demarcar a influência francesa no Brasil.

Não quer dizer que a influência francesa tenha sido em termos de discussão da micro-história transplantada para o Brasil, mas de todo o ambiente de transformação no campo da pesquisa histórica que se processava lá, e que vai, no trânsito destes intelectuais, influenciar a educação, especialmente a partir das universidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A professora Marieta avalia, nesse estudo, que a influência dos professores franceses não foi tão relevante no sentido de produzir mudanças no modo de fazer história no Brasil, merecendo maior destaque a criação de uma cultura de intercâmbio Brasil-França, o que provocou uma atualização bibliográfica dos historiadores. É, todavia, por essa atualização, que pressupõe um acompanhamento das discussões que se fazia na França que podemos pressupor a influência dos desdobramentos dos Annales em termos de valorização da micro-história.

Discutir o momento atual, passa por refletir sobre as reformas curriculares que, na prática, deixam pouca margem para o estudo do local, ou de qualquer dos temas que não sejam os já eleitos pela orientação da BNCC e expressos nos documentos curriculares estaduais. Mas, há a

face prática, e o discurso. E o discurso da BNCC autoriza que o professor trabalhe, naquilo que chama de parte diversificada, os temas de história local, como o caso das quebradeiras de coco.

É importante olhar, para pensar os desafios da história local, a própria trajetória do ensino de história. No decorrer das décadas de 1970 e 1980, o discurso autoritário em favor de uma “falsa democracia racial” passou a ser mais amplamente questionado. Apesar de que, já no início dos anos de 1950, uma série de projetos de pesquisa sobre as relações raciais brasileiras produziu um discurso fortemente questionador da democracia racial.

Com o fortalecimento e ampliação do número de entidades da sociedade civil com destaque para associação comunitária e de bairro, buscando espaço de participação e de expressão das suas demandas específicas. Dessa forma, o retorno do regime democrático não poderia mais abrir mão de mecanismos participativos que levassem em conta, a força e as reivindicações dos movimentos sociais que se encontravam fortalecidos naquela época.

O ensino histórico é indispensável para o pleno progresso do indivíduo. No entanto, em função de sua complexidade, ministrá-lo se caracteriza um percalço para o educador que necessita gerenciar os entraves dos alunos em realizarem vinculações entre os tempos históricos. Logo, nesse aspecto observado, dada a extrema importância da aprendizagem histórica que é mediada pela atividade docente na sala de aula não pode-se conceber um fazer histórico que desconsidere a a essência do educando e o estudo da sua realidade, é preciso que haja mudanças profundas nesse enfoque de ensinar a História, porém, realizando a valorização da origem dos discentes que são os seres centrais no processo de aprendizagem porque toda a estrutura educacional gira em torno da formação integral dos indivíduos dos indivíduos conforme enfatiza a BNCC.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (BNCC, 2018, p.14-15)

Não obstante, essas situações deveriam conduzir o professor a autoexaminar-se sobre os “critérios de seleção de conteúdos significativos para os alunos que vivenciam, com intensidade, o presente marcado pelos ritmos acelerados das tecnologias” (BITTENCOURT, 2017, p. 7), e quais seriam os métodos infalíveis para o atingimento de uma aprendizagem de

caráter significativo. Refletimos que o professor embora, necessite cumprir com o plano de ensino orientado pelas escolas, cabe a ele criar dentro do seu plano de aula, discussões e debates que infiram na formação de uma consciência histórica para que os alunos possam estar inseridos dentro do processo histórico que realmente atenda aos interesses de considerar o regionalismo como ponto de partida para que a partir disso, posso expandir as possibilidades de aprendizagens partindo do local para o global.

O ensino histórico precisa estar amalgamado a realidade do aluno, a sua vivência e dentro desse processo o educador poder recorrer ao uso da história cotidiana do educando no sentido de leva-lo a compreender e se ambientar para as implicações pedagógicas que são fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência histórica no aluno. É indispensável que aluno estude a história do seu cotidiano, pois através dela é que ele se identificará como ser histórico e social, dotado de condições físicas e mentais para realizar as transformações necessárias em seu meio social e também percebê-las através das mudanças temporais para podê-las interpretar. A partir desse ponto o professor pode se aprofundar criando métodos que envolva a turma em uma simbiose que oportunizará aos discentes aprendizagens históricas pertinentes a sua origem.

De acordo com Heller (2008, p.17):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

Outra possibilidade de inserção de método para que alunos adquiram aprendizagens históricas significativas está na linha de Paulo Freire teórico que trata sobre a relevância de que o indivíduo aprenda e conheça sua realidade é Paulo Freire, esse autor relata em uma de suas obras, "o ato de ler" de 1988 que: "a leitura de mundo precede a leitura da palavra", mas adiante ele destaca seguindo esse pensamento que "linguagem e realidade se prendem dinamicamente". Paulo Freire foi e é um estudioso a frente de seu tempo, ora por reflexões notáveis, ora por direcionamentos intangíveis.

Quando ele expressa que a leitura de mundo preceda a leitura da palavra, ele procura antes fazer com que o indivíduo reflita sobre o ambiente que o rodeia, quer em uma leitura geográfica, como em uma leitura histórica. Esse pensamento induz a entender que o indivíduo precisa conhecer a si mesmo, como no conhecido aforismo grego: "Conhece-te a ti mesmo".

Conforme o exposto até o momento, há necessidade de utilizar a história oral das quebradeiras de coco, que são as mulheres tradicionais da localidade, no ensino de história na

construção de uma página na rede social “Facebook” com exposição de fotos antigas resgatando a história da comunidade de Coquelândia produzida pelos alunos da escola local que são descendentes dessas mulheres guerreiras.

O saber escolar, com base na história local, deve permitir aos estudantes as conexões entre o local, regional, nacional e mundial através do tempo. Entender os processos como dimensão da experiência humana fazendo surgir problematizações a respeito do espaço, do tempo e da sociedade e, desse modo, possibilita repensar a História em sala de aula, suprindo algumas barreiras de compreensão por parte do alunado (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 8).

Sobre os procedimentos metodológicos, será utilizado o método da pesquisa de história oral, por esta ter caráter qualitativo que tem como fenômeno de estudo a vida real, os ambientes naturais do meio, por isso, ela constitui-se como existencial e passa a questionar sobre o lugar de inserção do homem na natureza e sobre a ação organizada para lhe dar um sentido. Para Thiollent (2008, p.16):

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e feita em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Optou-se por focar o Ensino de História na particularidade da história local nesta pesquisa. Nesse mesmo sentido, Samuel enaltece:

Aplicar a história local na contemporaneidade se assemelha a tarefa de compreender que a história está presente em diversos lugares, em todos os momentos. De que o local, está diretamente relacionado aos espaços e contextos para além de um ambiente definido e onde as circunstâncias sociopolíticas, econômicas e culturais vivenciadas no cotidiano de cada indivíduo interfere e são modificadas por esses mesmos sujeitos (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 3).

As políticas de ações afirmativas almejam o tratamento igualitário, independente da raça/cor, por isso, e só por isso, é preciso, em certos momentos em algumas esferas sociais privilegiadas que seja aceito tratar como privilegiadas os desprivilegiados.

Articuladas ou não em movimento social, associações, cooperativas ou sindicatos, jovens, adultas ou idosas, negras, brancas ou de outras cores e pertencimentos étnico-raciais, casadas, vivendo relações estáveis ou fortuitas, ou sendo mulheres sós com seus filhos, existe um dado que iguala as diversas existências das quebradeiras de coco: a realização do trabalho de quebra de coco babaçu para o sustento de suas unidades domésticas (BARBOSA, 2013, p. 32).

É de conhecimento geral que o mundo sofre com as rápidas mudanças decorrentes das novas formas de trabalho. Nesse aspecto, mudanças sociais e econômicas são sintomas frequentes no cotidiano de indivíduos. Em relação aos últimos cem anos, percebem-se mudanças na estrutura social mais ligeiras que aquelas que acometeram séculos anteriores.

Pesquisar a história da localidade em que o indivíduo está inserido é mais gratificante e desafiador porque muitos patrimônios, prédios, monumentos, história imaterial são visíveis a olho nu, mas carregam um passado misterioso que na sua maior parte está longe do conhecimento histórico formal.

A história local tem se mostrado necessária por oferecer esse contraponto, por viabilizar o entendimento de um entorno do discente e por articular o passado e o presente nos vários espaços onde esse indivíduo frequenta, como por exemplo, escola, casa, cidade, trabalho e etc., e por situá-lo nas problemáticas do momento (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 7).

A busca constante pela universalização de políticas sociais e de combate à pobreza estava articulada a uma pauta que apresentava propostas mais específicas do povo negro, seja na saúde, educação, segurança pública, acesso à terra, mercado de trabalho e na promoção da cultura. Desta forma, se reloca o questionamento sobre a aplicabilidade da legislação e sobre quem seriam os sujeitos desse direito.

O cotidiano do indivíduo é palpável, é próximo, é histórico, mas traz em si características que são desperdiçadas por serem comuns, triviais, e o saber histórico busca trazer sentido as representações do cotidiano inserindo o educando dentro das particularidades de suas realidades promovendo reflexões viscerais.

1.3 – O trabalho dos alunos e a história local

A pesquisa de que trata o foco desta dissertação, foi realizada pelos alunos da turma única 2º ano no anexo Coquelândia do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa, a classe tinha 35 alunos devidamente matriculados e cursando. É importante salientar que o pólo de Ensino Médio regular de Coquelândia atende os educandos moradores de todos os povoados vizinhos como Esperantina I e II, Imbiral, São José da Matança, Olho D'água dos Martins, São Félix, localizados as margens da rodovia MA-386 – popularmente conhecida como “Estrada do Arroz, em alusão ao ciclo de plantação e comercialização desse grão que representou em décadas passadas, o “carro chefe” da economia do município de Imperatriz – se reúnem a noite

para acompanhar as aulas nessa localidade. O estudo sobre a vida das “Quabradeiras de coco” foi exclusivo para investigar a realidade da localidade e foi encabeçado pelos alunos moradores do vilarejo, porém, os alunos moradores dos demais distritos, que estavam matriculados na turma, participaram da aplicação da pesquisa dando suporte aos filhos do povoado que tiveram a missão de entrevistar suas matriarcas ou tias para coletarem as informações que subsidiaram o objeto desse estudo. A maior parte dos alunos pesquisadores trabalham em atividades braçais de pouca remuneração ou estão em ociosidade por influência da baixa oferta de emprego devido a localidade estar presente no perímetro rural do município e não comportar a presença de grandes empresas no distrito e a zona urbana ficar muito distante da localidade dificultando a mobilidade.

Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático. (THOMPSON, 2002, p.20)



Aluna Luiza Antonia Silva do 2º ano entrevistando sua avó quebradeira de coco



Aluna Fernanda Santos Silva do 2º ano entrevistando sua avó



Aluna Joana da Silva Alves do 2º ano entrevistando sua “mãe de criação”

As educandas Fernanda Santos Silva, Luiza Antonia Silva e Joana da Silva Alves eram alunas à época do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa e são destacadas como exemplos para evidenciar como foi realizada a pesquisa em seio familiar, ambas são primas e uniram-se para montar o ambiente para a entrevista a ser realizada com sua avó Dona Maria Luiza dos Santos Silva, 60 anos, moradora antiga do povoado Coquelândia, Imperatriz/MA, enquanto Joana entrevistou “mãe de criação” Dona Luiza, 60 anos, moradora antiga da localidade. Foi orientado por mim que além da realização do questionário, as discentes gravassem o momento de execução da aplicação do questionário para eternizá-lo e manterem em seus arquivos pois o momento da escuta representaria uma viagem pela história do distrito e de suas próprias vidas pois estavam diante de uma pessoa que não apenas sabe contar a história do lugar como também vivenciou todas as transformações que ocorreram desde a fundação até os tempos atuais.

Após a aplicação da pesquisa foi realizada pelo professor mediador da disciplina de história e geografia um encontro com os alunos pesquisadores por meio da plataforma Google Meet, uma vez que estávamos em período de pandemia, para que se pudesse verificar junto a turma quais percepções eles tiveram acerca da participação nesse momento de aula prática de

história local e quais reflexões realizaram durante o processo da sequência pedagógica que culminou na entrevista pelos alunos com as mulheres quebradeiras de coco.

Foram levantadas 3 questões bases para se entender como a proposta da pesquisa influenciou diretamente na maneira como os alunos caracterizavam a história local no processo de aprendizagem. A primeira indagação na abertura do encontro foi: Como vocês viam a história local? Os discentes disseram que não reconheciam esse termo, que passou a ser cunhado pelo professor de história da turma á época, no entanto tinham conhecimento que a história da localidade era importante para desenvolverem um sentimento de pertencimento, para se considerarem parte relevante na manutenção dos saberes e das tradições que se não forem transmitidas serão perdidas como o passamento das senhoras quebradeiras de coco que encontra-se com idades muito avançadas e não se preservando toda a ganha de saberes históricos das quebradeiras de coco ficará no imaginário popular dos indivíduos.

O segundo questionamento levantado foi o que se refere as dificuldades encontradas ao longo da aplicação da pesquisa, tomando como ponto de partida a fala das alunas Luiza Antonia e Fernanda que foram evidenciadas na imagem acima, as discentes compartilharam que um dos maiores entraves para a realização da pesquisa foi em convencer alguma membra da família a querer sentar para falar sobre a história do povoado e a formação da localidade, as algumas senhoras apresentaram resistências em falar sob o foco da câmera do celular que foi utilizar na coleta de vestígios sonoros, ressaltando sempre que não havia obrigatoriedade, no entanto, foi uma sugestão do professor para a produção de conhecimento para além ter um recurso a mais de coleta de informações e possibilitar que as educandas pudessem ter esse material vivo em seu acervo particular. Excetuando, essa situação de contrariedade ao uso das gravações com câmeras de celular, as alunas afirmaram que a entrevista foi tranquila sem transtornos.

Logo após, se levantou a terceira indagação, que visava extrair dos educandos suas percepções sobre como eles enxergaram a história local no ambiente da pesquisa. As discentes Fernanda e Luiza Antonia mencionaram que perceberam a história local em todos os momentos pois antes, foi esclarecido pelo professor regente da componente curricular, quais etapas seriam trilhadas pela turma durante os encontros para que buscasse adquirir uma consciência histórica por intermédio da pesquisa de história local voltada as mulheres tradicionais quebradeiras de coco. Os alunos disseram que viram na oralidade das idosas a história local que não é contada pelos livros e nem foi trabalhada pelos antigos professores de história ou geografia nos anos finais do ensino fundamental ou na 1ª série do Ensino Médio em sala pelos professores anteriores no intuito da promoção da consciência histórica.

De fato, todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados –proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc. Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres. (THOMPSON, 2002, p.16-17)

Pudemos perceber que a ideia de envolver os alunos no campo da pesquisa, colocando-os como agentes ativos de seus saberes por meio da aplicação da pesquisa de história oral foi fundamental para que tivessem um novo olhar sobre a sua vivência e suas origens e se reconheçam enquanto sujeitos protagonistas de suas histórias pois são dotados de aptidão para avaliarem sua realidade e lutarem por mudanças bruscas na localidade por entenderem que devem ser assistidos pelo poder público em suas necessidades, tal qual acontece na zona urbana.

CAPÍTULO 2

FALAS SILENCIADAS: A LUTA DAS MULHERES “QUEBRADEIRAS DE COCO” DO POVOADO COQUELÂNDIA

“As mulheres antigamente
 Não pensavam em se organizar
 Só cuidavam dos filhos e da casa
 E da roça pra trabalhar
 O marido só trabalha na roça
 E quando chega vai deitar”

(Grupo de Mulheres/Coribe-BA)

“Quebra cocos todo dia, que agonia, que agonia” essa paráfrase em cima da letra da música juventude transviada de Luiz Melodia retrata um pouco da realidade cotidiana em que as mulheres camponesas quebradeiras de coco do povoado Coquelândia-MA levam suas vidas com muita humildade, sem luxos, privilégios ou bens materiais financeiros, mas carregam dentro de si um passado permeado de lutas para sustentar suas famílias junto com ao esposo e em alguns casos na realização do trabalho com o auxílio dos filhos menores batalhando em busca da manutenção da família e para trazerem dignidade e formarem através dos seus exemplos, suas crianças pequenas dentro dos valores morais e religiosos que receberam de seus antecedentes.

Atualmente graças aos incentivos do Estado, muitas mulheres tem conseguido a tão sonhada aposentaria como trabalhadoras rurais, no entanto, mesmo com este subsídio estatal as mulheres permanecem ainda na luta exercendo a atividade econômica que foi a mola propulsora para conseguirem ajudar na manutenção das despesas familiares e na criação de seus filhos. É importante salientar que a ação da quebra de cocos se configurou como uma possibilidade para formação de uma associação local que teve a finalidade de somar forças e pensar estratégias para garantirem a preservação da atividade e a conservação da cultura histórica do povoado que tem na figura das mulheres camponesas a principal representação dos embates pelo direito de poderem ter asseguradas a sua fala e poderem se fazer ouvir dentro de um contexto voltado para o discurso da falsa igualdade que camufla as discrepâncias que existem entre os diferente grupos sociais sendo alguns enaltecidos e outros marginalizados.

Durante muito tempo a história foi contada única e exclusiva pela visão das elites e para atender aos diversos interesses de grupos que objetivam inserir uma narrativa homogeneizante na sociedade e esta deveria ser propalada, sobretudo, na escola para que criasse o pensamento

uniforme de que a história só teria relevância se abordasse as grandes disputas no país ou no mundo servindo de pano de fundo para a estabilidade de uma visão que desvalorizasse o rural, o regional e se pautasse naquilo que unifica e não no que expõe as chagas que foram cicatrizadas ao longo do tempo abafando os gritos de: "eu existo"! "eu sou brasileira"! "eu preciso manifestar o meu olhar"!

Neste capítulo busca-se fazer uma viagem sobre a luta agrária no país, tendo as quebradeiras de coco de Coquelândia como a referência no sentido de procurarmos apresentar a história de lutas e injustiças sociais que esse grupo tradicional sofreu ao longo do tempo, chegando muitas vezes a serem proibidas de executar sua atividade por determinação dos grandes proprietários de terras que tentavam subjugar-las para manterem seu poderio e afastando toda e qualquer ameaça de união social para lutarem pelo direito de realizar atividade de extração dos cocos, dentro das propriedades demarcadas como privadas.

2.1 Do babaçu, nada se perde, tudo se transforma!

O Babaçu (*Orbygnia speciosa*) é uma palmeira encontrada no Brasil em quantidade considerável nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Tocantins e Bahia. O Estado do Maranhão é o principal produtor de amêndoas de babaçu, participando com 94,70% da produção nacional que em 2007 foi de 114.874 toneladas, é a palmeira mais utilizada na indústria extrativista brasileira (IBGE, 2017).

O babaçu é uma palmeira da família botânica *Arecaceae*, existente em vários países da América Latina. Em relação ao Brasil, aparece em vários estados, sendo difundido o seu uso principalmente na Amazônia pelas populações do campo. Há uma predominância desta palmeira nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, na região conhecida como Mata dos Cocais (SANTOS et al, 2020, p. 110).

O babaçu é uma espécie de palmeira enorme, originária das regiões norte e nordeste do país. A região em que ocorre a predominância dessa árvore é chamada de Mata do Cocais, se localizando em um espaço de transição que estende da vegetação de Floresta Amazônica passando por Cerrado e Caatinga.

O babaçu, fruto de uma palmeira abundante no nordeste brasileiro, é fonte de renda para diversas famílias da região do médio Mearim. Todas as partes que compõem este fruto são aproveitadas. A casca serve para a combustão do fogão artesanal feito de barro e madeira; o mesocarpo, parte que se encontra entre a casca e amêndoa, serve para abastecer a culinária na forma de uma farinha que pode ser utilizada para fazer bolo ou mingau. Já da amêndoa é extraído o azeite de babaçu, de grande valor

econômico, esse azeite substitui o óleo usado na cozinha para o preparo de alimentos e, serve ainda, para fazer sabão (TEIXEIRA, 2019, p. 12).

Outro fator relevante é relação de competição entre os insumos utilizados para alimentação animal e o consumo humano. Com a escalada populacional em uma constante crescente, as fontes de alimentação que sustentarão o agronegócio têm a tendência de migrar para subprodutos que não estejam em competição direta com a alimentação humana.

Nesse sentido, Siqueira et al (2014, p. 4) inferem que:

O mesocarpo do babaçu é a camada marrom clara localizada após o epicarpo, com alto valor energético, rico em amido e fibras. A partir do mesocarpo são confeccionados muitos produtos, merecendo destaque a farinha, utilizada na alimentação humana e animal, por apresentar conteúdo orgânico e mineral (SIQUEIRA et al, 2014, p. 4).



Foto: Babaçuais de Coquelândia

O tempo que leva para a germinação dos cachos de babaçus até a sua maturação compreende cerca 9 meses, isso propicia a atividade de quebra dos cocos realizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais quebradeiras de cocos que tem nesta atividade uma ação econômica, mas manter viva essa cultura intergeracional que abrange as comunidades rurais dos estados da região amazônica, bem como o vizinho Piauí que compreende em seus limites extensas matas do bioma de cocais.

As potencialidades do babaçu são inúmeras, da geração de energia ao artesanato, diversas atividades econômicas podem ser desenvolvidas a partir da planta. O fruto apresenta maior potencial econômico para aproveitamento tecnológico e industrial, podendo produzir, aproximadamente, 64 produtos, tais como carvão, etanol, metanol, celulose, farináceas, ácidos graxos e glicerina (CASTRO, 2012, p. 16).

Nesse momento, há interação plena entre as quebradeiras e os frutos que se encontram aos montes nos cocais, elas utilizam de sua experiência baseado no empirismo para extraírem os compostos essenciais do babaçu que serão transformados em vários produtos e possibilitarão um rendimento financeiro que ajudará na manutenção econômica das famílias, que, na maior parte das vezes, possuem apenas esta como sendo a única fonte de dinheiro.

O babaçu é extraído pelo pequeno agricultor de forma bastante rudimentar, principalmente pela população feminina, onde a renda é obtida através da troca por gênero de consumo nas quitandas. Os maiores focos dos babaçuais encontram-se nos vales dos principais rios maranhenses, na mata de transição (GOMES, 2014, p. 24).



Foto: Quebradeiras de coco locais realizando a coleta do fruto

Da árvore do babaçu tudo se aproveita, a palha da palmeira transforma-se em cestos para armazenar outros objetos; as folhas, são utilizadas como cobertura das casas da população em substituição as telhas tradicionais oriundas das cerâmicas; a casca dos cocos que se amontoam após a quebra dos frutos dos babaçuais, acaba tornando-se carvão; a parte do caule, é transformada em adubo para as plantações.

Os frutos têm a forma de amêndoas e podem chegar a 15 cm de diâmetro em sua parte mais larga. Do babaçu se extrai a matéria prima utilizada na fabricação de margarinas, banha de coco, sabões, cosméticos. O resíduo da extração, chamado de torta de babaçu, é útil como forragem para o gado. O broto fornece palmito de boa qualidade e o fruto, enquanto verde, serve aos seringueiros para defumar a borracha. Ao amadurecerem, suas partes externas são utilizadas como alimentos (GOMES, 2014, p. 25).

As amêndoas, que são a parte mais valiosa e desejada dos cocos, tornam-se azeite, leite de coco, sabão e outros derivados que são produzidos pelas próprias quebradeiras de coco. Há ainda a produção de farinha, rica em muitos nutrientes, com a parte do mesocarpo do babaçu. É uma árvore versátil que apresenta muitas possibilidades de aproveitamento de seus compostos.

O babaçu é o principal elemento na socioeconomia regional, pois é utilizado nas construções, sejam elas casas, chiqueiros de porcos, galinheiros, depósitos de mantimentos, utensílios domésticos como cofos, abanos, a casca é utilizada para fazer carvão, o tronco na construção de pequenas pontes (SANTOS et al, 2020, p. 115-116).

O maior entrave enfrentado por estas mulheres trabalhadoras rurais para o exercício de sua atividade, está diretamente ligado à disponibilidade de cocais livres para o acesso e, por conseguinte, a extração de seus frutos. A maior parte das plantações de cocais está localizada dentro das faixas de terras demarcadas como áreas privadas a disposição do latifúndio, fator esse que dificulta a prática das quebradeiras em se tratando que há latifundiários que vetam a entrada das mulheres nas plantações para que se faça recolhimento dos cocos para a posterior quebra e retiradas das amêndoas de seu interior.

Tal situação vai de encontro à atividade extrativa, exercida principalmente por mulheres, na maioria de suas etapas (extração da amêndoa, fabricação do azeite e do mesocarpo, sabonete, sabão, etc.), com participação masculina pequena, atuando, principalmente, na coleta e transporte do coco para o quintal da casa, na coleta dos talhos e palhas para fabricação de cercas, coberturas de casas, etc. (SANTOS et al, 2020, p. 111).

Os autores acrescentam que:

Vale ressaltar que as quebradeiras de coco babaçu são agricultoras, que na maioria das vezes não possuem posses de terras, vivendo em comunidades, sendo boa parte delas as margens das rodovias. Em função das atividades diárias e da dificuldade em acessar a terra, as mulheres encontram na quebra do coco a base da subsistência familiar, visto que boa parte dessas, criam os filhos, geralmente numerosos sem a presença paterna, visto que boa parte dos homens não assume a paternidade e/ou migram em busca de trabalho (SANTOS et al, 2020, p. 111).

A grande maioria das matas de babaçuais atualmente encontram-se em propriedades privadas, pertencentes a fazendeiros que dificultam o acesso, não permitindo que as quebradeiras acessem as terras para que executem a colheita e quebra dos cocos babaçus. Existe neste aspecto toda uma



Foto: Mulheres da comunidade realizando a quebra do coco

2.2 Como tudo começou: os movimentos sociais no Brasil

Os movimentos sociais representam carências e demandas vivenciadas pelos sujeitos em suas realidades ao perceberem e compreenderem os anseios e injustiças vivenciadas frente à problemática das classes sociais como reflexo da sociedade capitalista. Eles por afinidades, promovem o agrupamento de grupos invisibilizados no sentido de se organizarem pela luta de uma causa para que se possa pleitear por justiça social, reivindicar direitos que são desrespeitados, buscar diálogo com as mais distintas entidades para que se possa alcançar os objetivos traçados dentro das metas estipuladas para o movimento.

Nesse sentido, Pinto (2015) defende que:

Os movimentos sociais despontam como os mais eloquentes indicadores para a análise do funcionamento da sociedade, pois traduzem o persistente movimento das forças sociais, possibilitam identificar tensões entre os diferentes grupos de interesses, bem como manifestam as veias abertas das complexas estruturas de desenvolvimento das sociedades (PINTO, 2015, p. 11).

A autora supracitada acrescenta ainda que:

É importante evidenciarmos que os movimentos se caracterizam pela imprescindibilidade de posicionar a sociedade de forma dinâmica, ou seja, de estabelecer perspectivas sociais que estão além das estabelecidas pelo Estado; no entanto, é preciso assimilar que, historicamente, o Estado, na condição de mediador das relações sociais no modo de produção capitalista e na correlação de forças favoráveis à classe detentora do poder econômico, acaba por favorecer os grupos que representam o capital (PINTO, 2015, p. 50).

Assim sendo, os movimentos consistem em ações sociais envolvendo sujeitos de uma sociedade em seu respectivo contexto em busca de mudanças, avanços e projetos que permitam mudanças constantes no contexto social, econômico e político. Outro aspecto importante a ser mencionado consiste na desvantagem diante da competição com a figura do Estado na luta contínua e constante em busca de significados a partir dos diálogos vivenciados entre sociedade e Estado.

Em cada contexto histórico, os movimentos sociais se evidenciam como um medidor das tensões da sociedade, das áreas de carência estrutural, dos focos de insatisfação, dos desejos coletivos, permitindo a efetivação de um genuíno mapeamento das relações sociais. Além disso, possui aspectos peculiares quanto às suas constituições e as motivações para a construção do seu objeto (PINTO, 2015, p. 11).

Sob a ótica de Teixeira (2019), o movimento das quebradeiras de coco é resultante do esforço de organizações dos movimentos sociais da década de 1950 em diante em um contexto em que a agricultura familiar se constitui enquanto política desenvolvimentista e de identidade na manutenção econômica e na preservação dos hábitos desses grupos.

Frente ao exposto, Costa (2002) acrescenta que as identidades culturais revelam uma ambivalência permanente da conotação de valores e entrelaçamento de dinâmicas de ostentação e ocultação em caráter situacional no qual se contextualiza interação e estratégia no seu acionamento.

A cultura deve ser compreendida como campo simbólico, por possibilitar aos sujeitos uma complexa rede de relações sociais capaz de significações por meio de símbolos, signos, práticas e valores. Nesse contexto, as comunidades passam a ser compreendidas a partir de suas singularidades, individualidades próprias e estruturas específicas (FURTADO et al, 2014, p. 107).

Nesse sentido, Perico (2009) reforça a ideia que a identidade abrange processos de desenvolvimento a partir das condições criadas para mobilização dos agentes locais para que sejam reforçadas as potencialidades e limitações. Falando sobre as questões da identidade cultural e sua composição, Seixas (2008), enfatiza:

A identidade cultural também se forma com arquétipos, compostos por fatores biogenéticos, mitos e narrativas que fixam a origem de certa sociedade. Esses elementos, por serem universais, transitam no inconsciente individual ou coletivo e emergem nas diversas formas de narrativa do cotidiano (SEIXAS, 2008, p. 97).

É de conhecimento geral que o mundo sofre com as rápidas mudanças decorrentes das novas formas de trabalho. Nesse aspecto, mudanças sociais e econômicas são sintomas frequentes no cotidiano de indivíduos. Em relação aos últimos cem anos, percebem-se mudanças na estrutura social mais ligeiras que aquelas que acometeram séculos anteriores.

A defesa à autonomia dos movimentos sociais em relação à políticas institucionalizadas, leva não somente a constituição de um novo sujeito social, mas a novos lugares para o exercício da política. Assim, o cenário sociopolítico vigente, em decorrência da ausência de políticas públicas na garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, tem demandado articulação, resistência e autonomia por parte destes, o que emergir novas práticas de resistência, bem como novos repertórios de luta (BARROSO et al, 2021, p. 117).

Nos dias atuais, alguns elementos centrais devem ser levados em consideração no que tange à dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos: 1) redes sociais envolvendo seus participantes; 2) identidades acionadas durante conflitos coletivos; 3) estruturas resultantes de compreensões partilhadas; 4) estruturas de oportunidades políticas.

Vale destacar que as quebradeiras de coco do Estado do Maranhão fazem parte do grupo de povos e comunidades tradicionais do Brasil, que possuem seus próprios modos de organização social, política e cultural, ocupam o território sem agredir seus recursos naturais, como faz o extrativismo predatório, sendo ele condição para a reprodução do grupo e para a transmissão de modelos de comportamento socialmente compartilhado e ancestrais entre os membros do grupo (BARROSO et al, 2021, p. 122).

2.3 A história do movimento das “Quebradeiras de Coco” no Brasil

Nos dias atuais, os discursos e debates giram em torno da figura do homem frente a sua dinamicidade, permeados por diversas mudanças provocadas em razão da velocidade das informações e modificações impactantes dos contornos da vida humana de maneira a buscar avaliações e reflexões sobre as transformações de cunho político, social, econômico e cultural, vivenciadas nos diferentes tempos e espaços.

Nesse sentido, Pinto (2015) argumenta que os movimentos sociais, sejam os antigos ou os novos, contextualizam-se com as diversas transformações econômicas decorrentes de deficiência estrutural da economia mundial, bem como pela mudança nos modelos de organização do trabalho e da produção.

Os movimentos sociais no Brasil a partir do início da década de 1990, diferentes de suas composições iniciais, que tiveram grandes embates, sobretudo, nas lutas por melhorias nas condições de trabalho, bem como, nas reivindicações salariais, sofreram mudanças significativas em seus contextos, enfocando nas lutas relacionadas às pautas étnicas, culturais, gênero, meio ambiente, fundiária.

No cenário brasileiro, o Maranhão é considerado um dos estados com maior índice de conflitos envolvendo trabalhadores rurais, entretanto, são conflitos que foram e continuam sendo, em sua maioria, causados por processos de privatização de terras e grilagem. Os movimentos sociais, nesse sentido, sugerem a existência de dinâmicas na sociedade, o que significa asseverar que, independentemente do tempo ou espaço, as sociedades humanas produzem novas formas de organização social (PINTO, 2015, p. 14).

A história é feita com o tempo, com experiência do homem, com sua história, com suas memórias e com suas lutas em busca de direitos que se articulam a outras lutas pelo reconhecimento de suas identidades, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura. Nesse aspecto, Gohn (2013a) menciona a expressão “novos sujeitos sociopolíticos e culturais” para externalizar o predomínio desse novo nicho que ascendeu após o período da redemocratização política nacional.

A luta pela terra no Brasil envolve uma trama de relações sociais, culturais e políticas; nasce das determinações objetivas impostas historicamente à produção camponesa. O que se assiste agora é a mobilização de uma pluralidade de sujeitos valendo-se de elementos culturais e étnicos que se expressam nos contextos históricos do desenvolvimento da modernização brasileira, inflingindo-lhes ameaças de expulsão e morte física ou cultural (CARRIL, 2017, p. 547).

A estrutura social brasileira ainda hoje, preserva relações familiares, políticas, do trabalho e propriedade privada da terra voltada para os interesses do mercado impregnados pelo passado escravista, patriarcal, androcêntrico, patrimonialista e de afirmação de superioridade branca. Essa estrutura dificulta com que os direitos de grupos coletivos, que tenham seus direitos garantidos dentro de uma perspectiva privatista e legalista do direito.

Os movimentos sociais são anseios coletivos que falam de si próprios, de igualdade socioeconômica, político e cultural, de justiça social, de empoderamento individual e coletivo, e sua relação se dá com a educação a partir da interação com os movimentos e em contato com as instituições educacionais no interior do próprio movimento social, dado o seu caráter educativo e suas ações dentro das representatividades (PINTO, 2015, p. 16).

Nesse contexto, Gomes (2014) defende que as quebradeiras de coco babaçu representam um movimento social feminino que forma uma identidade coletiva a partir da consciência ecológica, saberes vivenciados pela prática e detenção da autonomia da produção.

O movimento social das “quebradeiras de coco” nasceu no final dos anos 1980, movido por um sentimento de resistência que se caracterizava pelas mudanças sociais que ocorriam a época. Muitos conflitos se desencadeavam Brasil a dentro, sobretudo, em termos agrários ameaçando localidades tradicionais que eram ocupadas por várias gerações de famílias, mas que não detinham de comprovação documental do direito a posse das terras reconhecida pelo Poder Judiciário

O movimento das quebradeiras de coco é formado por mães, que além de realizarem as atividades domésticas, quebram o coco babaçu, constituem o movimento em prol de sua autonomia, lutam pela preservação do ecossistema em que habitam e pela auto determinação feminina no processo de luta política. As mulheres conhecidas como quebradeiras de coco babaçu compõem um movimento social que agrega consciência ecológica, luta pelo acesso livre aos babaçuais e a não derrubada indiscriminada de palmeiras. Esses fatores são responsáveis pela construção da identidade dessas mulheres (TEIXEIRA, 2019, p. 12).

Barroso et al (2021, p. 117) conceituam as quebradeiras de coco como: “trabalhadoras rurais que vivem do extrativismo, possuem uma identidade tradicional e estão organizadas em comunidades extrativistas nos Estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí”.

O Estado teve um papel fundamental no avanço do agronegócio da região, ao passo que além de oferecer incentivos fiscais, créditos e terras, também foi importante no desenvolvimento de aspectos ligados a melhoria da produção e da produtividade na agropecuária, com créditos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que vem há décadas desenvolvendo pesquisas quase sempre em favor desse setor produtivo (SANTOS et al, 2020, p. 103).

Acerca da atividade de quebra de cocos, Maranhão (1942, p. 9) cita:

A colheita do babassú é feita pela apanha do cocô no solo, debaixo das palmeiras. O fruto logo se torna amadurecido, cai ao pé da palmeira, e o homem só tem o trabalho de apanhar os côcos e conduzi-los ao quebramento, para a extração da amêndoa. [...] O quebramento do côco ainda é feito pelo processo rotineiro do machado e nêle se empregam as famílias dos habitantes do interior do Estado. O quebramento consiste no seguinte: - O operador prende o machado nos pés; conservando o gume pra cima, sobre a lâmina (gume) é colocado o côco com uma das mãos, enquanto a outra, que empunha um toro de madeira (macéta), desfere um golpe violento sob cuja força se abrem o endocarpo e o mesocarpo até a retirada da semente (amêndoa).

Motivados por interesses financeiros e econômicos, grileiros e grandes fazendeiros, buscando aumentar suas propriedades, usavam de atitudes violentas e injustas para ameaçar e expulsar os povos tradicionais de seus arredores. As famílias eram acudadas e era destinado a elas, pequenos lotes de terras que impossibilitavam o cultivo de roças e dificultavam o acesso às plantações de babaçu que foram encorpadas naquele momento aos territórios dos grandes donos terras.

Os trabalhadores eram dependentes dos contratos. Realizavam mutirões com a presença de toda a família para se ter um rendimento maior no final do trabalho e com a finalidade de quebrar a maior quantidade de coco possível. Geralmente, os grileiros/fazendeiros ficavam com as cascas do babaçu para a produção de carvão e, além de pagaram um valor muito baixo pelo quilo do coco, adulteravam o peso do produto a seu favor (TEIXEIRA, 2019, p. 25).

São comuns relatos de embates entre os funcionários das fazendas e as quebradeiras de cocos, em alguns casos, até mesmo com o uso da ameaça e da intimidação. A atividade econômica da quebra de cocos, se configura em muitos casos como sendo a principal fonte de renda para a subsistência desse grupo, que recebeu formação para executar essas tarefas de suas mães e avós que dominavam com primazia esta arte. Quando há resistência dos fazendeiros em permitir que elas adentrem a propriedade para fazer a coletas dos frutos, há nesse movimento um reforço em negar a importância histórica e social do trabalho desse grupo tradicional que habita a região por gerações

Quando ameacei de enfrentar os homens [os vaqueiros], me fizeram jogar as amêndoas para cima, montar num talo e sair galopando pela solta, debaixo dos risos e tiros. De medo de taca [surra], as outras [quebradeiras] pegaram seus machados e fugiram correndo deixando as amêndoas (TEMPOS NOVOS, 1990b, p.7).

Pressionadas em manter o seu “ganha-pão” e continuar exercendo a atividade da quebra de coco, as “quebradeiras” começam a debutar nos movimentos sociais e passaram a interagir

com outras mulheres com histórias de vidas semelhantes e que carregavam nas mãos e no coração as marcas de se fazer o que gosta e ajudar na manutenção das famílias por meio da utilização dos benefícios que as palmeiras de coco podem trazer aos indivíduos que colocam a mão na massa fazendo delas sua fonte de sustento.

Os efeitos deste processo são perceptíveis nos aspectos de concentração fundiária crescente, na mudança de uso da terra, na redução da diversidade de culturas cultivadas. O território vem ganhando nas últimas décadas, nova dinâmica atrelada a interesses internacionais em desfavor de um modelo de agricultura de economia familiar (SANTOS et al, 2020, p. 103).

No Estado do Maranhão, segundo relatam Barroso et al (2021), os trabalhadores rurais, em 1950, foram se organizando em defesa do plantio de roças em virtude de terem suas atividades ameaçadas pelos grandes proprietários de terras, investidores de pastos. Nesse contexto, importante ainda evidenciar que a coleta e quebra do coco babaçu era acessório ao plantio da mandioca.

A força política das mulheres, especialmente das quebradeiras de coco, do ponto de vista da história social, é o que as conduz às conquistas alcançadas na esfera do trabalho com o coco babaçu. Assim, a partir da descoberta do valor econômico no território maranhense e nacional, empresários e políticos, por meio das estruturas de poder locais, começaram a se envolver com a extração desse recurso no início do século XX (BARROSO et al, 2021, p. 126).

Nos anos 1980 explodiram os conflitos de terras, disputas que ameaçavam os territórios tradicionais, ocupados por anos e anos pelos mesmos grupos, mas que não possuíam documentação reconhecida judicialmente. Grileiros e fazendeiros, de forma violenta, ameaçavam e expulsavam essas comunidades, cercavam a mata, afastavam as famílias do babaçual, renegavam a elas pequenos pedaços de terra, onde não era possível fazer roça e nem acessar o babaçu.

A coleta do babaçu passa a ser atividade assalariada, por meio de um trabalho eventual para as Usinas de Açúcar instaladas no Maranhão. Mas foi só na década de 1980 que surgem as primeiras cooperativas nas regiões dos babaçuais pela representação dos trabalhadores rurais (BARROSO et al, 2021, p. 126).

Nesse mesmo período, as quebradeiras ingressaram no movimento sindical e puderam ter contato com mulheres que exerciam o mesmo ofício em outros estados, e muitas delas enfrentavam os mesmos conflitos. Perceberam, então, que não estavam sozinhas. Outras compartilhavam dos mesmos afazeres e, também, dos mesmos problemas. Para, então, a partir

dessa união se fortalecerem, foi criado no início dos anos 1990, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Em 1995, aconteceu o II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, promovendo um debate sobre a autonomia econômica desse grupo de mulheres, e no desenvolvimento de lideranças comunitárias. Respectivamente nasce o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. Seus membros e membras lutam pelo acesso livre aos babaçuais, como também por um processo de transformação da consciência na esfera doméstica e familiar a fim de colaborar nos processos de participação política das mulheres (BARROSO et al, 2021, p. 130).

Frente ao exposto, Ribeiro; Mittmann (2020) descrevem o MIQCB enquanto movimento composto por mulheres que exercem a atividade de quebrar o coco babaçu como principal fonte de renda familiar. Segundo as autoras, o referido movimento tem se constituído como instrumento de resistência e luta pelo direito de acesso aos recursos naturais e ao território, bem como tem representatividade cultural, econômica e social.

A formação da identidade cultural está relacionada com diferentes elementos culturais que apresentam significados distintos para cada indivíduo ou grupo social, levando em consideração valores sociais, modos de pensar, costumes, estilo de vida, grupos étnicos, etc.

Atualmente, o MIQCB presta assessoria às mulheres e está inserido na luta pelo acesso livre aos babaçuais desde 1991. Assim, é premente afirmar que, enquanto uma ONG, o MIQCB se constitui um importante parceiro de luta das mulheres, a partir de construções e deliberações coletivas, o que demonstra que os processos de transformação social fazem emergir novos repertórios de luta, principalmente no engajamento das mulheres na luta e em suas práticas, que, independentemente da forma ou do tipo de formatação jurídica, são práticas políticas autônomas (BARROSO et al, 2021, p. 130).

Compartilhando de pensamento, Cruz acrescenta que:

O MIQCB assume principalmente um caráter ideológico, em que se busca a educação e conscientização dessas trabalhadoras rurais. Assim, a união das quebradeiras de coco pode também ser enxergada como uma escola, em que se discutem os direitos das mulheres inseridas no universo machista do campo; os direitos pela terra e por uma vida digna, garantida por educação, saúde, renda e moradia de qualidade (CRUZ, 2019, p. 21).

As políticas de ações afirmativas almejam o tratamento igualitário, independente da raça/cor, por isso, e só por isso, é preciso, em certos momentos em algumas esferas sociais privilegiadas que seja aceito tratar como privilegiadas os desprivilegiados. Assim, entendemos que a luta das quebradeiras de coco para o efetivo acesso aos espaços onde estão as plantações

de cocais é necessária para a preservação da atividade e a própria sobrevivência do grupo que tem neste trabalho sua renda principal para manutenção de suas famílias.

2.4 – O Maranhão e a luta pelo coco

Da lista dos 77 militantes, a maioria do PC do B, envolvidos na Guerrilha do Araguaia, 17 eram mulheres, ou seja, 22% dessas pessoas que sonharam, lutaram e morreram no Araguaia eram mulheres. Esse é um dado introduzido aqui para corroborar com um argumento factual que não pode ser ignorado: as lutas sociais no Brasil são pensadas como coisas de macho. Mas, é preciso superar esse imaginário para podermos compreender o engajamento das mulheres maranhenses na luta pelo acesso ao coco e, a partir disso, garantir a subsistência de suas famílias. Pensar essa luta é pensar o Maranhã, estado da Amazônia, marcado por lutas em torno da terra e dos seus frutos.

Precisamos pensar a geografia do maranhão nos seus aspectos físico e social. É sobre dada geografia, física, que se dão as lutas sociais. Segundo o IBGE (2017), o Maranhão está localizado na região nordeste do Brasil, sendo um dos nove estados que compõem a região. O estado faz limite ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado do Tocantins, a leste com o estado do Piauí e a oeste com o estado do Pará. Sua superfície tem uma extensão de 331.983.293 km² do território brasileiro. De acordo com sua posição geográfica, está localizado no Hemisfério Sul e no Hemisfério Ocidental, ocupa a porção ocidental da região Nordeste e faz fronteira com a região Norte. É formado por um quantitativo de 217 municípios, dentre eles o município de Imperatriz.

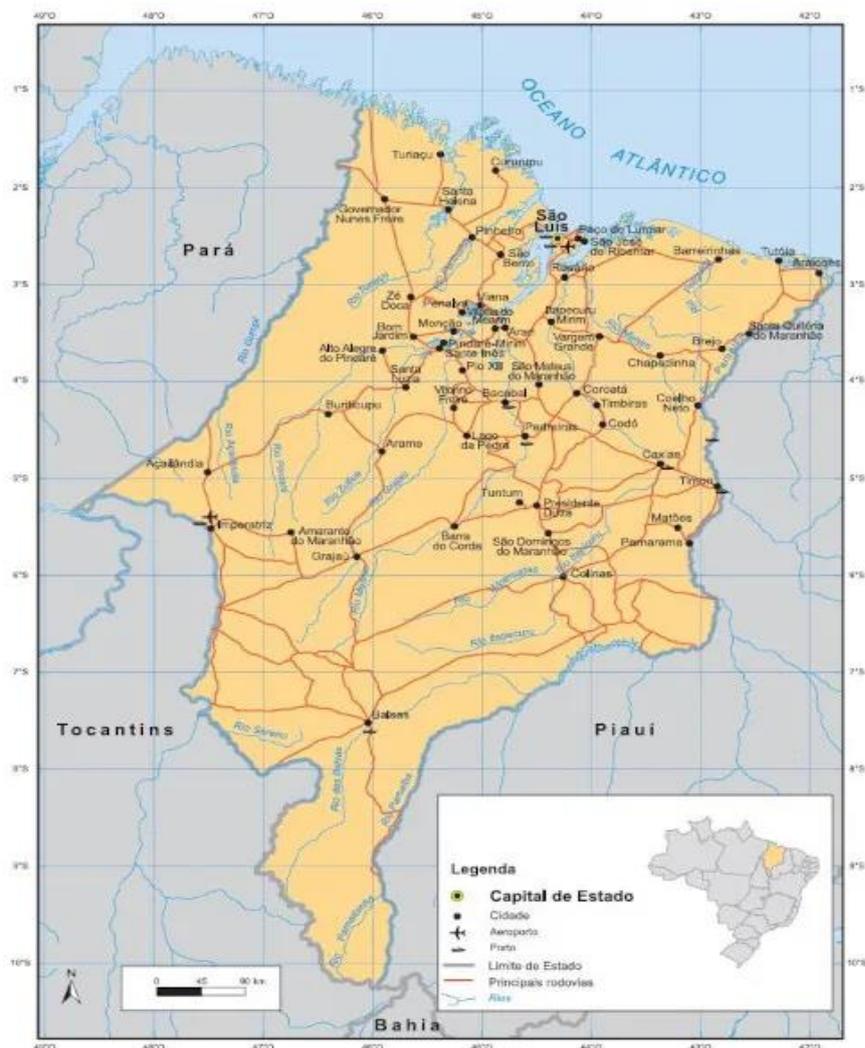


Figura: Mapa do Estado do Maranhão e estados limítrofes. Fonte: IBGE 2015

Mas isso não diz tudo sobre o que é essa terra de luta, o aspecto social da geografia. O Estado do Maranhão possui atualmente, cerca de mais de 400 mil famílias que dependem exclusivamente da atividade econômica do babaçu. Fato esse, que se comprova pelo Maranhão ser considerado o estado brasileiro com o maior número de babaçuais, com aproximadamente mais ou menos 10,3 milhões de hectares, consolidando mais da metade do que é encontrado em todo o território brasileiro (BARBOSA, 2013).

O histórico do povoamento e da ocupação do estado maranhense está caracterizada por conflitos e disputas, e por um modelo econômico de favorecimento aos grandes grupos de latifundiários, grileiros e do agronegócio, que com o passar do tempo capturaram terras para o emprego de atividades econômicas em detrimento do direito de milhares de famílias, de exercerem o trabalho rural de subsistência fazendo com que os grupos de agroextrativistas e

pequenos agricultores fossem retirados desses locais, bem como insuflados a participarem de conflitos envolvendo as batalhas por terras.

É no contexto de descrédito por parte de governos neoliberais do início dos anos noventa e no embate entre lógicas diversas – de um lado, as mulheres extrativistas; de outro, a burocracia estatal e os empresários do agronegócio –, aliado à luta cotidiana de longas datas, na superação de obstáculos à sobrevivência, que emerge o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MESQUITA, 2008, p. 57).

O modelo econômico vigente, associado a situações embaraçosas de conflitos na luta pelo direito à terra, e amplo descaso do Estado, despertaram nos grupos agroextrativistas e nos pequenos agricultores, o desejo por novas maneiras de organizarem em coletividade para formarem baluartes de resistências, em meio aos arroubos impiedosos dos grandes dominadores e agregadores de terras, na construção de um ideário de luta por meios de movimentos sociais que tornaram-se o meio de escape para romper com as perseguições e injustiças, da omissão dos poderes dominantes e da sociedade civil.

O Estado do Maranhão nesse aspecto, possui um legado evidenciado pela indiferença e pela desconsideração a determinados setores da sociedade, como é a realidade das mulheres extrativistas de coco babaçu, que procuraram por meio da organização de movimentos sociais, buscarem os mecanismos pertinentes para se mobilizarem com ações de formação e sistematização da causa com o objetivo de batalharem contra o modelo ultrapassado de progresso, que escancara as desigualdades sociais entre os menos favorecidos e os abastados, entre o rural e o urbano.

Neste sentido, as maiores dificuldades relacionadas aos embates pelos espaços agrários do Maranhão, nasceram com a implementação da lei de nº 2.979 de 17 de julho de 1969, conhecida como Lei de Terras, ou Lei Sarney de Terras, que cooperou de maneira substancial para a extensão desenfreada do agronegócio no Maranhão (GONÇALVES, 2000).

A Lei Sarney de Terras oportunizou a privatização de terras da União e incentivou o aumento de projetos relacionados ao agronegócio e a agroindústria, rechaçando os habitantes predecessores desses locais que na sua maioria eram compostos por indivíduos de origens africanas e indígenas, para outras localidades do estado (BARBOSA, 2013, p. 62); não obstante, a Lei de Terras trouxe consigo muitos percalços na sua implementação culminando em diversas batalhas pela ocupação de territórios.

Dessa maneira, a Lei Sarney foi reguladora para a repartição de milhares de hectares de terras governamentais cedidas a iniciativa privada na maior parte da jurisdição do Maranhão, tendo como narrativa adotada pelo poder público a de que os espaços agrários

ocupados pelos pequenos agricultores na adoção da atividade econômica de produção para a subsistência e os agroextrativistas, eram, de fato áreas comunas livres ou devolutas.

Nos espaços agrários maranhenses, a economia de subsistência era a principal atividade da agricultura extrativista, “seu grande diferencial é o de ser executada em meio aos palmeirais em uma espécie de consórcio, no qual as palmeiras são desbastadas e a roça dita - de toco – é implantada no terreno logo após a sua queima”. (JUNIOR, 2007, p.38).

Para os grileiros, latifundiários e grandes empresários do agronegócio, a terra apresenta um simbolismo enraizado atrelado a poder, conquistas, prestígio, reconhecimento, para os ex-ocupantes que foram retirados de suas terras, os espaços agrários caracterizavam, seu “ganha-pão”, sua luta pela sobrevivência, sua dignidade, Junior (2007, p. 37) ressalta que “a terra é garantia de ganho com as rendas do trabalho ou com a especulação fundiária” constituindo-se como acúmulo de valores, capital pujante, dissociado da aplicação e benefícios atuais.

Desse forma, a grilagem, impulsionada pela crescente expansão da agropecuária, conduziu um quantitativo substancial de famílias maranhenses a um patamar desolador de subserviência, resultando em um cenário preocupante de disputas, estabelecidas em restrições que iniciavam na concentração de terras nas mãos de poucos e resultavam na proibição da livre circulação de famílias dentro das demarcações de babaçuais, fato esse mencionado no capítulo 3 desta dissertação, narrado pelas mulheres quebradeiras de coco.

Ante esses dados, da geografia física, e das lutas que se dão pela subsistência de milhares de famílias sobre o território do Maranhão, é que se pode dizer que essa terra é amplamente significada pela luta das mulheres que resistem pelo direito de acesso aos babaçuais. Mulheres muitas vezes viúvas de homens vivos¹, que precisam, sozinhas ou na solidariedade de vizinhança, manter os filhos vivos. Trava-se aí o enfrentamento de dois projetos, um de vida, e outro da ganância que mata as palmeiras de babaçu e, com isso, põe a sobrevivência das famílias em risco. E é por tudo isso que essa luta precisa ter lugar na memória da comunidade de Coquelândia, especialmente das gerações mais jovens, como é o caso dos meus alunos da Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa.

¹ Segundo o Ricardo Rezende Figueira (RAMPAZZO, 2007) muitos homens deixam suas famílias no Maranhão para tentar a sorte principalmente no Pará, e não voltam mais. Desses, as mulheres pouco sabem. Podem estar vivos, mas podem estar mortos, assassinados pelo latifúndio escravista.

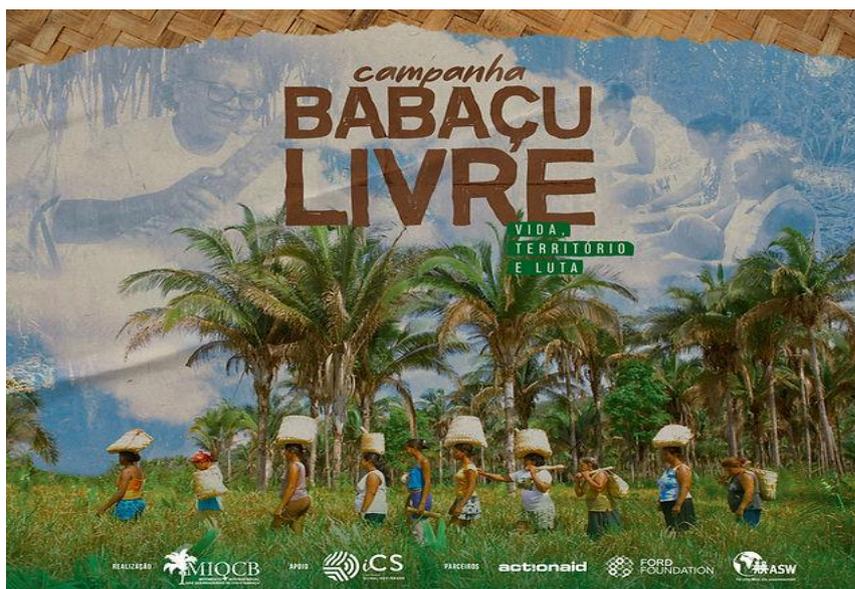
3 - O COCO BABAÇU: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS

O babaçu foi um fruto muito valorizado e requisitado no século passado, chegando a figurar entre os principais produtos de exportação maranhense, movendo a economia e fazendo com que fosse montado todo um aparato industrial para atender sua exportação e trazer recorde econômicos ao Maranhão. Acerca da produção econômica do coco babaçu, Amaral filho (1990) enfatiza:

Durante o período em que as exportações da amêndoa tiveram importância, elas foram organizadas e executadas pelas ‘Casas de Exportação’, localizadas no Estado do Maranhão [...] [que] não só organizavam essa atividade dos pontos de vista administrativo e cambial, como também produtivo [...] [além de ter] financiamento garantido pelos grandes comerciantes urbanos (AMARAL FILHO, 1990, p. 76).

Cordeiro (2008) nos mostra que na década de 1970 operando em bases tradicionais, o babaçu foi um dos principais produtos de exportação do Estado do Maranhão, com índices de produção que oscilavam para baixo principalmente nos momentos de alta do algodão e do arroz. Não obstante, Rêgo e Andrade (2006) destaca que apenas no começo dos anos 1990 as mulheres quebradeiras de coco começam as mobilizações para se organizarem e criarem as primeiras associações dando início as movimentos sociais em defesa do coco babaçu, neste período foram criadas as cantinas, que consistem em espaços destinados à compra de amêndoas de babaçu e à troca de mercadorias (gêneros alimentícios) diretamente nos povoados, e sua administração era realizada pelas próprias famílias camponesas. Esse sistema caracterizou-se pelo estabelecimento de redes de relações que primavam pela valorização da economia camponesa, sua subsistência e reprodução. O babaçu começa a ser visto como um bem escasso necessitando de políticas públicas de proteção.

Embora já exista legislação estadual vigente proibindo o desmatamento do cocais, nos municípios por intermédio dos enfrentamentos propostos pelas associações de quebradeiras de coco temos o advento do surgimento das leis municipais trazendo mais dispositivos jurídicos para a preservação deste fruto no afã de buscarem respaldo para aprovarem o “babaçu livre” assegurando o cuidado com as plantações de cocais possibilitando as quebradeiras de coco acesso as palmeiras de babaçu nas propriedades privadas. A batalha perdura no campo federal buscando reconhecimento da luta pela União. Nos tópicos seguintes deste capítulo trataremos de toda a disputa sobre a luta na conservação do babaçu na busca por aprovação de lei federal.



Cartaz de lançamento da campanha “babaçu livre” em 2021

Buscando dar mais visibilidade a luta das quebradeiras e procurando levar ao conhecimento social de uma forma mais abrangente, na expectativa de aderir novos apoios na batalha pelo fortalecimento na pauta do babaçu livre, já dura mais de 30 anos, e outras reivindicações das associações do grupo, na última quinzena de setembro de 2021, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que engloba os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, lançou oficialmente em seu canal na rede social YouTube, a campanha “Babaçu Livre: Vida, Território e Luta, objetivando valorizar o modo de vida das quebradeiras, o acesso livre as plantações de babaçu, a aprovação de novas leis do babaçu livre (principalmente nas esferas estadual e federal) e a fiscalização das leis que já existem. A data de lançamento desta campanha está atrelada diretamente a luta das quebradeiras de coco pois a data escolhida foi o 24/09, dia de reflexão da luta estadual das quebradeiras de coco, em Coquelândia, a lei estadual garantidora desta data é a nº 9428 de 02 de agosto de 2011 expressando em seu artigo 1º: “Fica instituído o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, a ser comemorado no dia 24 de setembro de cada ano. A auto definição é o critério fundamental para determinar o reconhecimento das quebradeiras de coco babaçu”, etc.

As quebradeiras de coco, também chamadas de guardiãs da florestas lutam pelo acesso aos recursos naturais que compõem a base de sustentação das comunidades agroextrativistas, garantindo o bem viver dessas mulheres guerreiras que lutam contra cercas eletrificadas, uso de agrotóxicos no babaçuais, além de violências físicas, psicológicas e ações predatórias dos poderes políticos e econômicos vigentes, da pecuária, dos madeireiros, da mineração, da

sojicultura, empresas de eucalipto, especuladores de terra, biopirataria que impedem que estas mulheres possam realizar o manejo do babaçu e demais saberes aos seus modos de vidas tradicionais.

3.1 – O babaçu e a economia de subsistência no Maranhão

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas – IBGE (2021), o estado do Maranhão possui em sua composição um quantitativo de 36,93% de sua população vivendo em áreas rurais. Esses números contrastam com a média nacional que concentra 15,28% de brasileiros morando no campo e apresenta o estado maranhense com números superiores a 50% em relação ao restante do país.

Olhando o momento atual do Maranhão que tem em sua população números consideráveis de pessoas vivendo na zona rural, reflete uma necessidade intangível que o poder público crie estratégias fundamentais para inserir este povo dentro de políticas públicas de desenvolvimento agrário e social garantindo dessa maneira, a regulamentação das atividades de subsistência que são urgentes, bem como fazendo-se cumprir a legislação vigente que versa sobre os grupos sociais que residem nos rincões do estado.

Quando pensamos na realidade das quebradeiras de coco, verificamos que no Maranhão, foram criadas leis estaduais como a lei nº 4.734 de 18 de junho de 1986 e a lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003 que orientam acerca da preservação das extensas das palmeiras de babaçuais, plantações essas presentes nas cidades maranhenses integrantes do bioma Mata dos Cocais, sendo caracterizada na grande maioria dos casos, como a principal fonte econômica das famílias que residem no campo. No entanto, a legislação estadual nada garantiu no que se refere ao direito das mulheres camponesas adentrarem as áreas privadas para fazerem a coleta dos cocos dentro da demarcação das cercas de arame farpada, uma vez que a maior parte das palmeiras estão em áreas latifundiárias e as quebradeiras tem acesso restrito para realizar a atividade para a manutenção familiar. Continuava a luta pelo acesso ao coco.

Em 1997, o município de Lago do Junco, no Maranhão, tornou-se o pioneiro na região dos cocais a aprovar uma lei a 007/97 na câmara municipal sendo sancionada pelo prefeito da época que garantia às quebradeiras de coco, além da proteção ambiental as palmeiras nativas daquela localidade, livre acesso ao babaçu pelas mulheres quebradeiras. Foi a primeira lei do chamado “Babaçu Livre”, movimento encampado pela sociedade civil organizada e pelas

lideranças do campo que almejam assegurar o direito ao livre acesso as florestas de cocais para que as quebradeiras de coco mantenham viva sua atividade intergeracional de sustento familiar por meio da coleta e quebra de cocos na extração das amêndoas contidas no interior dos frutos e que são destinadas a comercialização de subsistência. Este feito, foi um fator desencadeador para que vários municípios, pressionados pelos movimentos sociais do grupo das quebradeiras de coco, aprovassem leis regionais no estado, buscando regulamentarem o acesso dessas mulheres as áreas particulares. Sobre isso Cordeiro (2008) destacou que:

De lá para cá, outras cidades editaram leis municipais com base no livre acesso aos babaçuais. As leis municipais estão assim distribuídas nas legislações locais do Maranhão: Lei n. 05/97 e Lei n. 01/2002 de Lago do Junco, Lei n. 32/99 de Lago dos Rodrigues, Lei n. 255/99 de Esperantinópolis, Lei n. 319/2001 de São Luiz Gonzaga, Lei n. 1.084/2003 de Imperatriz, Lei n. 466/2003 de Lima Campos, Lei n. 52/2005 de São José dos Basílios, Lei n. 01/2005 de Cidelândia, Lei n. 1.137/2005 de Pedreiras. Há projeto de lei em tramitação no município maranhense de Capinzal do Norte. (CORDEIRO, 2008, p. 93-94)

Seguindo esse momento histórico na luta pela preservação da atividade das mulheres quebradeiras de coco e na subsistência desse grupo, o município de Imperatriz, no Maranhão sancionou no ano de 2003, pelo então prefeito a época Jomar Fernandes (PT), a lei nº1.084/03, vinte anos atrás, estabelecendo proteção e fiscalização aos babaçuais da cidade, bem como instituindo o livre acesso a essas plantações e reconhecendo a relevância histórica para a cultura local das quebradeiras e a necessidade da manutenção econômica desse grupo na prática dessa atividade. A referida lei define no seu primeiro artigo: “Art. 1º As palmeiras de babaçu existentes no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, são de livre acesso e uso comum das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias, que as exploram em regime de economia familiar e comunitária.” (IMPERATRIZ, 2003).

A instituição da lei nº1.084/03 foi um marco para as mulheres de Coquelândia na luta pela defesa do “pão de cada dia” pois tinham agora respaldo legal para continuarem executando suas atividades, onde a prática sempre ocorreu, mas em alguns casos, tinham a entrada nas fazendas impedidas a mando dos fazendeiros. Isso nos fez lembrar um dos questionamentos construídos em sala com os alunos pesquisadores que foram a campo trazer as percepções das quebradeiras de coco sobre suas experiências e a história da localidade. A indagação foi dirigida as quebradeiras de coco e tinha o seguinte enunciado:

Algum fazendeiro já proibiu vocês de quebrarem coco nas terras dele? Como é a relação com os donos de terra?

“Já sim, tem fazendeiros aqui que... ele não proibia mas agora estão arrendando tudo, né e aí já fala para a gente que não pode entrar para dentro que arrendou, é para juntar, é para queimar para fazer carvão, é assim tem um fazendeiro aqui que ele não, ele quebra dentro ele não deixa, até o nosso patrãozinho também que é o nosso comprador de azeite, ele dá o coco lá para a gente “panhar” o trator para carregar, para trazer para casa, para a gente quebrar, a relação são boa, a relação ela é boa que a gente não vai mesmo, “né”, porque é deles fazer o que? A gente contesta, a gente contesta né, mas ele não aceita”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Sim, proíbe! Ninguém quebra coco lá mais não”! a relação não tem, porque quase ninguém vê eles, mas a ordem é para não deixar entrar na terra para catar os coco”.

Dona Rita, 76 anos

“Eu já ouvi falar, mas comigo nunca, nunca tive problema com eles. O melhor em cada um em seu cada qual. Meu contato com eles é pouco, mas num tenho o que dizer.”

Dona Maria José, 60 anos

Entre as três entrevistadas que foram selecionadas para terem suas falas analisadas e refletidas neste trabalho dissertativo, duas afirmaram categoricamente que o acesso às florestas de cocais nas fazendas particulares era restrito sendo dificultado a ambas realizarem a extração dos cachos de cocos presentes naquelas propriedades. Curiosamente, a quebradeira de coco, que identificamos como Dona Maria José, de 60 anos, moradora tradicional do povoado Coquelândia, conhecedora como poucos da história do lugar e das mudanças sofridas ao longo do tempo pois ela faz parte da história viva da localidade, destoou retumbantemente das respostas de suas colegas de profissão quando foi colocado em pauta, a reflexão sobre a relação das quebradeiras x latifundiários em que ela deveria mencionar se já havia ou não sido proibida de adentrar as plantações de coco particulares para realizar sua prática. A mesma informou nunca ter ocorrido com ela nenhum tipo de proibição no sentido da pergunta e prosseguiu dizendo já ter ouvido falar que possivelmente tenha acontecido com alguma colega, mas não garantiu ser verdade. Ela finaliza afirmando que nessa relação o melhor é cada um em seu lugar, que tem pouco contato com os proprietários das terras e não tem do que se queixar.

O fato do contraste nas respostas acerca do questionamento citado acima, dirigido as mulheres quebradeiras de Coquelândia nos permite fazer várias ilações e algumas delas iremos explorar neste parágrafo: a primeira, é possível que Dona Maria José, 60 anos tenha parentesco com algum funcionário trabalhador dessas fazendas e sob o receio do impacto de suas falas durante a pesquisa pudesse gerar algum tipo de transtorno que culminasse em alguma retaliação para esse suposto familiar. A segunda, que julgamos ser a mais lógica, é refere a razão de ter sido entrevistada embaixo do enfoque da câmera do celular de uma das alunas (o professor organizador da ação orientou os educandos para gravar o momento no intuito de torna-lo perene e o professor pudesse se fazer presente, menos não estando no local, para interpretar as respostas das quebradeiras), a quebradeira possa ter ficado insegura em repassar as informações conforme seu entendimento por temer algum tipo de represália vinda dos grupos dominantes atuantes no setor do campo.

Situações como as relatadas acima, mostram que as disputas por espaço e reconhecimento de direitos no campo trazem nesse contexto, muitas nuances de resistência, no entanto, com o poderio estruturado do agronegócio associado a forte presença política na localidade ainda impõem aos indivíduos que lutam pelas atividades de subsistências no povoado, o silêncio como arma de neutralidade e de pacificação das injustiças que ocorrem nestes espaços de disputas. É preponderante que a AMIQCB continue realizando seu papel como entidade representativa das quebradeiras de coco do povoado, prezando sempre pelo esclarecimento e pela defesa do grupo para que as quebradeiras tenham autonomia para se expressar e sintam-se resguardadas de quaisquer transtornos oriundos desse processo de disputas.

Embora haja muitas disputas em andamento no tocante as questões rurais e sociais, pondo as quebradeiras de coco no epicentro do debate político, o governo do estado do Maranhão numa tentativa de regulamentar e incentivar o agroextrativismo maranhense e as interações entre as quebradeiras de coco e as palmeiras de babaçuais publicou a portaria nº 16 de 03/02/2012 via Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 69 da Constituição Estadual e atendendo ao disposto nas Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, concedendo licenciamento ambiental para a prática de subsistência das quebradeiras de coco. A referida portaria destaca em seus artigos:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios e as diretrizes para o procedimento simplificado de licenciamento ambiental das atividades de extrativismo do Coco Babaçu, realizadas tradicionalmente pelas Quebradeiras de Coco, constituídas por

integrantes das comunidades extrativistas tradicionais, no âmbito do Estado do Maranhão;

Art. 2º Para fins desta Portaria, são adotadas as seguintes definições:

I - Comunidades Extrativistas Tradicionais Organizadas:

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais de forma sustentável, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

II - Coco Babaçu: É um fruto drupáceo com sementes oleaginosas e comestíveis, produtos da Palmeira Babaçu, planta da família da palmeira arecaceae, denominada cientificamente de *Orbignya phalerata*, Mart, que se agrupam em cachos.

III - Quebradeiras de Coco: São extrativistas constituídos por pessoas físicas em sua maioria do sexo feminino ou pessoas jurídicas sob a forma de associações e/ou cooperativas, integrantes de comunidades tradicionais e que exercem atividades de exploração do Coco Babaçu, de modo sustentável;

IV - Exploração do Coco Babaçu: É a atividade de extração, coleta, armazenamento, beneficiamento, comercialização, transporte, utilização e consumo de produto "in natura", na forma de amêndoa, epicarpo mesocarpo e endocarpo ou na forma de subprodutos, tais como óleo, azeite, sabão, ração, leite de coco, farinha do mesocarpo, carvão vegetal, obtidos do coco da palmeira Babaçu, considerada de baixo impacto ambiental, nos termos desta portaria;

V - Licenciamento Ambiental Único Simplificado: É o procedimento administrativo simplificado, pelo qual o Órgão Ambiental, licencia de uma só vez e por meio da emissão de uma única licença, a localização, instalação e operação da atividade de comunitária de exploração do Babaçu, a ser realizada pelas Quebradeiras de Coco.

O licenciamento ambiental sob regulamento da portaria estadual acima, foi uma conquista relevante no que se refere aos direitos das quebradeiras de coco no estado maranhense, foi fato divisor de águas no reconhecimento das atividades dessas mulheres que até então não tinham nenhuma chancela do Palácio dos Leões sobre sua luta pelos direitos ao coco. Até então apenas leis municipais reconheciam a importância do trabalho das quebradeiras e esta portaria veio complementar subsidiar para que o movimento social das quebradeiras de coco consiga uma lei estadual ou federal ratificando o "Babaçu livre" nas terras do Maranhão.

É importante salientar que por parte do governo do estado, não há nenhuma legislação específica sancionada que regimenta a atuação das quebradeiras nas áreas privadas do campo, o que temos é a criação de uma lei de 17 de novembro de 2004 com numeração nº 8185/04 assegurando o livre acesso das populações extrativistas do babaçu às terras públicas para o desenvolvimento dessa atividade econômica. Seguindo com as conquistas adquiridas pelas batalhas travadas pelo movimento organizado da categoria para se ratificar a relevância e a necessidade da criação de políticas na esfera jurídica para preservação e continuidade do agroextrativismo de subsistência nos cocais maranhenses, as quebradeiras de coco conseguiram mais uma vitória tendo reconhecido desta vez pelo governo do estado, o direito das mulheres agroextrativistas acessarem as terras públicas para fazerem a coleta e a quebra dos cocos provendo dessa maneira o sustento financeiro para suas famílias que tem em muitos casos no

trabalho da quebradeiras a única ou a principal fonte econômica de sobrevivência da família. Porém a lei não faz nenhuma menção a reivindicação movimento social das quebradeiras que aguardam posicionamento do estado e da união para o estabelecimento do livre acesso as florestas de cocais presentes nas propriedades privadas. As leis do babaçu livre já são uma realidade em vários municípios maranhenses, por exemplo, no vilarejo de Coquelândia, território pertencente a cidade de Imperatriz/MA e encontra-se contemplado com a lei ordinária municipal nº 1084/03 do babaçu livre.

Embora exista no papel, a garantia pela legislação municipal de Imperatriz/MA por intermédio da lei nº1.084/03 que trata do babaçu livre para as comunidades tradicionais da cidade na realização da extração de subsistência dentro dos limites da jurisdição local e em consonância dos fatos narrados pelas quebradeiras de coco do povoado, muito tem de ser feito no que tange ao cumprimento da referida garantia jurídica que foi conquistada por essas mulheres para poderem manter viva a prática milenar da atividade que é necessária para a manutenção vital desde grupo. O poder público precisa fiscalizar, acompanhar, dar prosseguimento em denúncias no sentido de testificar o cumprimento efetivo da lei pelos latifundiários dando garantias que as mulheres trabalhadoras rurais terão seus direitos respeitados para o livre acesso aos babaçuais, presente nas terras dominadas pelo agronegócio

Percebemos com o discorrido até aqui que a prática de subsistência do agroextrativismo pelas mulheres camponesas maranhenses, em especial, de Coquelândia-MA precisa avançar na fiscalização pelos órgãos competentes para que essas mulheres que representam a história cultural do estado no campo e tem na sua atividade relações diretas como o meio ambiente utilizando seus frutos de modo adequado para perpetuar a prática e conseguirem manter a palmeira preservada, possibilitando assim que se conserve essa atividade local que é patrimônio dos maranhenses.

3.2 – História e meio ambiente: a proteção do babaçu no Maranhão

A mata de cocais do Maranhão representa um bioma regional que se caracteriza por extensas faixas de terras, com a predominância de palmeiras típicas da região de transição entre Amazônia e cerrado apresentando árvores com muitos metros de altura e que quando estão em período de produção dos frutos, evidenciam grandes cachos de coco sendo esses o objeto

principal das quebradeiras de coco para realizarem suas atividades de coleta e quebra dos cocos para a subsistência no campo.

O agroextrativismo promovido pelas mulheres camponesas, é uma prática muito antiga e intergeracional possibilitando que essas guerreiras do campo possam levar o sustento para suas famílias, conservando essa atividade econômica que está inserida dentro da cultura maranhense e encontra na luta delas forças para consolidarem como uma das atividades mais relevante na preservação d patrimônio cultural do Maranhão.

Quando falamos nos desafios das quebradeiras de coco para exercerem seu trabalho, logo vem à mente toda a discussão em volta do movimento “Babaçu Livre” que busca a criação de legislação específica nas esferas estadual e federal para se garantir o amparo legal na realização da atividade, sobretudo, nos espaços privados porque a maior parte das plantações de babaçuais estão inseridas na área considerada privada sob posse dos grandes fazendeiros da região. No entanto, não se reflete sobre quais ações do poder público estão sendo tomadas para preservação ambiental e replantio naqueles casos em que as palmeiras improdutivas foram descartadas. Este é o cerne que será abordado nos próximos parágrafos.

A temática ambiental é um assunto relativamente novo, e passou a fazer parte da pauta nas discussões sociais a partir dos últimos 40 anos com criação de dispositivos legais que vieram de encontro aos interesses comuns da sociedade na perspectiva de formar uma consciência coletiva pela preservação dos recursos naturais que são bens escassos e que se não forem cuidados por todos, ocasionarão desequilíbrios ambientais podendo comprometer, mormente, a sobrevivência das comunidades extrativistas de subsistência que representam grupos sociais marginalizados e invisibilizados nestes debates.

a lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, alterada pela Lei 7.804 de 18 de julho de 1989, expressa em seu art. 9º, inciso VI, que são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente “[...] a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas” (BRASIL, 1989). A Constituição Federal, carta magna nacional garantidora dos direitos e deveres do cidadão para com a nação trouxe artigo expresso reafirmado as preocupações com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais. Sobre a preservação ambiental, a Constituição Federal (1988), explicita em seu artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para o bem das futuras gerações, cabendo ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988, p.127).

A Constituição Federal (1988), neste sentido denota uma preocupação necessária no período da redemocratização da sociedade brasileira trazendo à tona as questões ambientais como sendo necessária a criação de políticas fomentadoras de reflexões sobre a causa do meio ambiente. No tocante as questões locais do Maranhão que teve em décadas passadas uma expansão do desenvolvimento econômico impulsionado grandemente pelas produções de coco babaçu que tinha entre outros destinos o mercado europeu e a Ásia, Amaral Filho (1990) reforça a ideia do aquecimento da economia estadual:

“O processo de aquecimento da economia do babaçu teve caráter efetivamente capitalista. A percepção de que algum lucro poderia ser obtido foi o ponto motivador da migração de capitais para essa atividade. A possibilidade de lucratividade sobre a exploração da amêndoa de babaçu a transformou em mercadoria e foco comum tanto de latifundiários como dos pequenos produtores de alimentos que, diferentemente dos primeiros, tinham nessa atividade uma alternativa a mais de obtenção dos meios de subsistência, retendo-se nos latifúndios repletos de palmeiras”. (AMARAL FILHO, 1990, p.31)

Em meio aos debates sobre a expansão da produção agrícola local, pesquisamos que várias leis municipais e estaduais foram promulgadas para garantirem a continuidade da produção agrícola de amêndoas de babaçu em reação ao declínio na atividade a partir das décadas de 1970 e 1980 e a sustentabilidade ambiental desta ação no intuito de se assegurar a continuidade das atividades associadas a preservação das plantações de palmeiras nativas configuradas como a principal fonte de recursos econômicos das famílias agroextrativistas. As leis nº 4290/81, nº 9370/11, nº 9537/11, nº 1084/03, nº 4734/86, nº 7824/03, nº 8185/04 foram aprovadas e implementadas no bojo de garantir a preservação das florestas de babaçuais em todo o Maranhão.

A lei nº 4290 de 3 de junho de 1981, trata da disposição sobre a organização do Instituto Estadual do Babaçu – INEB e deu outras providências no que tange a fiscalização das atividades agrárias no estado referente ao cuidado com os babaçuais nativos. Sobre a preocupação com a sustentabilidade, o INEB trouxe no parágrafo VI do artigo 2º um dos principais aspectos de

suas finalidades: “fiscalizar e orientar a utilização racional das áreas de ocorrências do babaçu, visando a conservação da espécie;” (MARANHÃO, 1981).

Já a lei nº 4734 de 18 de junho do ano de 1986 apresentou em sua disposição geral a proibição da derrubada indiscriminada das florestas de babaçu no estado, em seu artigo 1º estabelece que “Fica expressamente proibida a derrubada de palmeira de babaçu em todo o Território do Estado”(MARANHÃO, 1986), salvos em casos extremos justificados tendo a anuência dos órgãos competentes conforme define o artigo 2º da referida lei: “A fiscalização do contido nesta Lei caberá às Secretárias da Fazenda, Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, Justiça e Segurança Pública e Agricultura.” (MARANHÃO, 1986).

Em 2003, sob medida legal que alterou a lei citada no parágrafo anterior, foi outorgada a lei nº 7824 de 22 de janeiro de 2003 modificando aspectos importante da antiga lei como por exemplo a responsabilidade pela fiscalização na proteção das matas locais de babaçu. Segundo a nova redação do artigo 2º da lei: “A fiscalização e execução do contido neste dispositivo caberá à Gerência Estadual de Meio Ambiente por meio de seus órgãos.” (MARANHÃO, 2003), no parágrafo único do art. 2º temos as seguintes informações essenciais: “*Parágrafo único. Ao proceder a fiscalização, os órgãos responsáveis deverão contactar, prioritariamente, com os denunciantes, a comunidade ou as organizações dos trabalhadores envolvidos.*” (MARANHÃO, 2003). Percebe-se que as alterações na referida legislação buscaram atualizar e dinamizar o combate ao desmatamento das plantações de cocais no Maranhão.

No ano de 2011, a lei 4.734 de 18 junho de 1986 que versa sobre a proibição da derrubada ilegal de babaçu no estado sofre um novo adendo e desta vez abrindo espaço para a inserção de mais um inciso no artigo 1º promovendo claramente um relaxamento do combate ao desmatamento dos cocais, ampliando o leque de exceção beneficiando o agronegócio no intuito claro de permitir o avanço dos latifundiários sobre as matas preservadas, contudo, a lei nº 9.370, de 13 de maio de 2011 foi sancionada pela governadora do estado à época Roseana Sarney perdurando por pouco tempo. Em menos de oito meses, sob intensos protestos encampados pelos movimentos sociais como (MIQCB) defensores da luta das quebradeiras de coco pelo livre acesso aos babaçuais em propriedade particulares e pelo enfrentamento na proteção das palmeiras de babaçu, apoiados dos movimentos da sociedade civil e partidos políticos progressistas que contestaram efusivamente a nova alteração, principalmente, na tribuna da assembleia legislativa estadual, conseguindo após muito debate, a revogação do dispositivo por intermédio da lei nº 9.537, de 28 de dezembro de 2011 contendo a seguinte redação em seu artigo 1º: “Fica revogada a Lei nº 9.370, de 13 de maio de 2011, que

acrescentava o inciso IV no art. 1º da Lei nº 4.734/86, que proíbe a derrubada de babaçu e dá outras providências.”

No cenário nacional pouco se avançou na perspectiva de se aprovar a legislação federal referente ao a luta pelo “babaçu livre” tornando este recurso natural protegido e garantido a livre coleta dos frutos de cocos babaçu pelas mulheres trabalhadoras rurais na economia de subsistência. Em 2003, a deputada federal Terezinha Fernandes do (PT), esposa do prefeito de Imperatriz/MA á época, Jomar Fernandes (PT) que sancionou a lei municipal do babaçu livre no município imperatrizense de nº 1084/03 de 04 de novembro de 2003, apresentou um projeto de lei nº 747-A/03 regulamentando a proteção ambiental da palmeira de babaçu e o livre acesso aos cocais, nas propriedades privadas para a extração sustentável dos babaçus representados como a fonte de renda desse grupo social. O projeto chegou a ser apreciado por algumas comissões da Câmara dos Deputados, teve os textos alterados em alguns momentos, dando a entender que poderia ser levado a votação pela casa, no entanto, não vigorou sendo engavetado sem grandes explicações.

Quatro anos após o primeiro projeto de lei não prosperar na câmara federal, é proposto pelo deputado federal do Maranhão a época, Domingos Dutra (PT), um novo projeto seguindo a mesma linha do anterior engavetado: “Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências.”, projeto de lei nº 231, de 2007. O referido projeto caminhou em comissões da câmara dos deputados como na comissão da Amazônia, integração nacional e desenvolvimento regional, na comissão de meio ambiente e outras recebendo sempre parecer favorável, não obstante, em 2015 depois de percorrer todos os caminhos necessários até a sua avaliação pelo plenário do parlamento, a mesa diretora determinou pelo arquivamento da matéria baseada em seu regimento interno. Mais uma vez, a tão sonhada federalização da causa que já é regulamentada na esfera municipal e estadual sucumbiu no seu intuito de garantir a conservação das palmeiras e o livre acesso ao babaçu pela União.

Mesmo após um novo projeto de lei que trata da causa ambiental e da atividade de subsistência da prática das quebradeiras ser novamente arquivado, a bancada maranhense militante pelos direitos do ruralismo, propôs por intermédio da deputada federal no período e hoje senadora Eliziane Gama, um novo projeto de lei de nº 4690 de março de 2016: “proíbe a derrubada da palmeira babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e dá outras providências.” O novo projeto segue tramitando na câmara, tendo sua última atualização no ano de 2019 quando foi desengavetado

pela mesa diretora da casa para que continuasse sendo apreciado pelas comissões integrantes da estrutura avaliativa dos projetos lei.

Analisando o explicitado no parágrafos anteriores, enxergamos que houve muitos avanços no que tange as políticas de proteção ambiental para as palmeiras de coco babaçu, sobretudo nos municípios maranhenses onde a cidade de Lago do Junco, na região central do Maranhão foi a pioneira em aprovar legislação local neste sentido, dando respaldo político para que o movimento das quebradeiras de coco em outros municípios do estado usassem a promulgação desta lei como referência para as discussões políticas em torno da sanção da mesma lei nas cidades em pesam a presença e predominância das matas de cocais. Na esfera estadual desde 1981 com a criação do INEB e em 1986 com a aprovação dispositivo que proibiu a desmatamento das florestas de babaçu nos rincões do Maranhão, o governo do estado atuava na preservação das palmeiras nativas de babaçu locais, contudo, no âmbito federal a causa ambiental das quebradeiras de coco e da preservação das árvores de onde elas utilizam os frutos para a subsistência não tiveram por parte das bancadas em que a causa é conhecida, apoio para a discussão e aprovação. O sentimento que temos neste caso, é que a sanção federal de lei específica para garantir a conservação dos cocais e a atividade agroextrativista das quebradeiras contraria interesses do modelo econômico vigente que age intencionalmente no sentido de dificultar por meio de recursos legais a legitimação federal da luta das mulheres quebradeiras de coco.

3.3 – A importância do babaçu para a comunidade de Coquelândia

De acordo com os estudos de Carvalho e Silva (2015) e Pinheiro (2000), o extrativismo é, em grande parte, responsável por garantir a reprodução social das famílias, por meio tanto da comercialização quanto do consumo. Essas realidades agroextrativistas possuem uma natureza multifacetada. Já as para as estudiosas Godoi, Menezes e Marin, (2009), o agroextrativismo é uma das expressões do campesinato amazônico e o indivíduo camponês possui uma característica marcante, a diversidade historicamente construída por meio de formas distintas de apropriação e uso da terra e de outros recursos naturais.

A atividade agroextrativista realizada pelas mulheres quebradeiras de coco de Coquelândia é uma prática intergeracional repassada de uma geração para outra entre as mulheres habitantes da localidade sendo algo economicamente fundamental já que as roças de

lavouras não produzem o ano todo e era necessário um complemento da renda familiar para que as famílias pudessem passar pelos períodos de estiagem ou de invernos rigorosos representando esta a única fonte financeira de muitas famílias do povoado. Nesse contexto, surge na personificação das mulheres do campo, a cultura do trabalho nesta atividade da quebra de cocos requerendo entre outras coisas dessas guardiãs da floresta, atenção, paciência, empatia pois trata-se de uma ação repetitiva e cansativa podendo ser extenuante dependendo da intensidade e frequência com que se realiza este trabalho.

Durante a pesquisa aplicada pelos alunos do 2º ano único do Ensino Médio no Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa/Anexo Coquelândia, muitas mulheres idosas do distrito deram depoimentos contando um pouco de suas histórias e fazendo referências a história da localidade apresentando seus pontos de vistas e suas concepções sobre várias indagações que surgiram em sala durante as aulas com a turma do 2º ano no intuito de montarmos o questionário para ser aplicado na pesquisa-ação pela técnica de história oral.

Viviam do que antes da atividade de quebrar coco? Por que passaram a quebrar coco?

“É, era da roça, da lavoura, que o meu pai era lavrador, botava roça, e a gente já “trabaiava” junto com ele, aprendemos a “trabaiar”, a colher tudo. Passemos a quebrar coco, eu passei a quebrar a coco porque minha mãe era quebradeira. Sempre ela “trabaiô” sendo quebradeira de coco e nos ensinou, me ensinou e eu aprendi e gostei, viu, porque eu gosto de quebrar o coco, sou fanática por isso”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“É porque aqui é a região do coco, não tinha outra coisa, os homi ia, fazia a roça e as muié ficava quebrando coco para ajudar a sobreviver. Não tinha outa coisa, só coco”.

Dona Rita 76 anos

“Óia, eu aprendi a quebrar coco ainda menina, com minha mãe e sempre fiz isso né, me casei e continuei o trabaio, modo de quê tinha que ajudar o marido. Ele butava roça e eu rancava os bagues do coco.”

Dona Maria José, 60 anos

As falas das quebradeiras de coco acima extraídas das entrevistas concedidas aos nossos alunos, seus netos e netas, sobrinhos e sobrinhas, sintetizam o já afirmado por aqui, todas são mulheres fortes, de personalidades fortes, carregam em si a história de suas vidas e do local, compartilham saberes, são heroínas no fronte de batalha para a prática do agroextrativismo ajudarem os maridos, quando os possuem, no sustento da numerosa família, trazem em seu cotidiano a experiência da quebra de cocos repassada pelas suas mães. A necessidade as chamou para a quebra de cocos devido a grande abundância do fruto nas terras imperatrizenses, iniciaram e não pararam mais, são exímias profissionais nesta atividade.

Coquelândia respira babaçu até no nome significando “Terra do Coco” e não por acaso, dentro do povoado há imensas plantações de cocais, contudo, estas em sua grande maioria ficam dentro das propriedades privadas sendo esse um entrave para a continuidade da cultura de extração de subsistência do coco babaçu. Muitos fazendeiros inviabilizam a entrada das quebradeiras sobre vários argumentos na intenção de afastá-las de suas terras.

No ano de 2003, o então prefeito da época Jomar Fernandes, promulgou a lei ordinária municipal de nº 1084/03 para a conservação das árvores nativas de babaçu tornando proibida a derrubada das palmeiras de babaçuais em terras privadas de Imperatriz e estabelecendo o “babaçu livre” em todo o município possibilitando as mulheres camponesas acesso às plantações de babaçu nas áreas particulares na jurisdição do município, porém, a lei está apenas no papel e como não há fiscalização do seu cumprimento, os grandes latifundiários sabendo da existência de tal legislação age maneira a não respeitar o documento como permanecem com a vedação para as mulheres do campo de acessarem as palmeiras nas terras deles. É uma luta que continua mesmo com a lei em vigor. Será necessário aprovar uma nova lei para que se cumpra a que já vigora?

O distrito de Coquelândia possui várias atividades ligadas ao campo como a agricultura, a pecuária, a piscicultura, no entanto, é no agroextrativismo que se encontra uma importante atuação econômica tradicional que ajuda a mover o desenvolvimento da localidade por meio da quebra de cocos. A árvore do coco do babaçu tem dezenas de utilidades e propicia a produção de uma grande variedade de produtos, tais como a palha utilizada na cobertura de habitações e na produção do cofo, do tiracolo, do quibano, do abano e de esteiras. O talo é utilizado na feitura de cercas. O palmito é importante alimento de animais e também da população. A amêndoa se constitui no principal produto e sustentação da economia familiar ao produzir leite, óleo, sabão, xampu, doces, farinha, sabonete e tantos outros subprodutos. Do mesocarpo se produz chocolate, bolos, mingaus e outros alimentos de alto teor proteico. O babaçu oferece ainda a

casca, que pode ser aproveitada como alimento de animais domésticos e utilizada em grande escala na produção de carvão para uso industrial, absorvendo significativa mão-de-obra. Além de produzir esses e outros produtos, os babaçuais são indispensáveis para manter o equilíbrio da imensa área do território nacional abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Mato Grosso e Goiás. Percebe-se com o exposto até aqui que para Coquelândia o coco babaçu tem significado grandioso não só pelo retorno econômico, mas pela cultura formada nesse contexto regional ao longo do tempo.

Sobre a iniciativa privada, existe algum auxílio por parte da empresa Suzano Papel e Celulose (fica instalada nos arredores do povoado), na preservação da cultura das quebradeiras de coco?

“Existe sim, porque a gente ganha, o que a gente já ganhou associação, a gente ganhou já ganhou muita coisa, também, não é? o auxílio é isso que é que a gente ganha, e aí também nós, nós não, não só quando a gente solicita uma coisa aí é ligeiro a gente obtém que ela graças a Deus nos ajuda muito”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Ó tem a associação das quebradeiras de coco para ajudar nisso aí, mas não está, não está valendo não. Porque além de ser difícil para nós quebrar coco, o mais difícil é entrar dentro da fazenda que eles não deixam mais a gente quebrar, não deixa quebrar coco. Eles cortam as palmeiras tudo, não tem mais quase nada. Deixa lascar!”

Dona Rita, 76 anos

“Tem que nem eu falei, ela teve um papel importantíssimo para quebradeira de coco aqui nessa área exatamente por isso não só aqui para o povoado Coquelândia, mas São Félix, Petrolina, Ciriaco né, porque vem desde do começo, desde Olho d'Água até esses povoado aí que eu falei. E aí é a iniciativa privada que apoiou a gente e ajudou a construir e tem um papel fundamental na hora da preservação da cultura que eles incentivam a gente a continuar, aí como os jovens não são muito de quebrar coco, eles já investe em outra, em outra área como fazer artesanato, da curso de fazer sabonete, inclusive aqui as meninas fizeram esse curso de fazer sabonete, elas sabe, alguns dos jovens que quiseram elas, elas aprenderam. E aí é isso!”

Dona Maria José, 60 anos



Imagem da sede da unidade de beneficiamento do coco babaçu de Coquelândia

Em 2016, no dia 26 de outubro, visando fomentar o agroextrativismo da localidade e cumprindo obrigações da legislação industrial que orienta para as grandes empresas investirem em ações sociais e na sustentabilidade, a gigante nacional produtora de matéria prima de papel, Suzano Papel e Celulose, vizinha da comunidade tendo suas instalações solidificadas na “Estrada do Arroz”, rodovia que dá acesso a vila, inaugurou juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu a Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu do Grupo Barroquinas, em Coquelândia.

Esta unidade é resultado da política de relacionamento da Suzano com povos e comunidades tradicionais, tendo a criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu como um dos destaques deste processo. O objetivo da iniciativa foi a promoção de desenvolvimento local por meio de ações capazes de transformar as realidades socioeconômicas desses grupos de mulheres, construindo uma cultura inclusiva e empreendedora, onde os comunitários são protagonistas. O terreno e o prédio da Unidade foram doados pela Suzano Papel e Celulose através do apoio ao Conselho, seguindo a decisão do grupo. Esta Unidade atenderá diretamente 20 quebradeiras de coco e suas famílias e influenciará toda a região organizando as atividades de extração de amêndoas, azeite, óleo e outros produtos derivados. Com isso, será possível fortalecer a organização e a força de trabalho destas mulheres, gerando renda e Sustentabilidade às famílias beneficiadas.

Reflitando sobre o trabalho das quebradeiras de coco de Coquelândia, observamos que o apoio da iniciativa privada, na criação da unidade de beneficiamento do coco babaçu na localidade trouxe uma nova forma das quebradeiras se relacionarem com a atividade, tendo o suporte da mecanização na prática diária, porém, em razão da unidade representar um espaço reduzido, a maior parte das mulheres do povoado ainda continuam a realizar a quebra de cocos conforme foi-lhes repassado por suas mães, utilizam o método tradicional exigindo das mesmas muita destreza e paciência para que possa concluir as atividades.

Com a utilização do coco babaçu é possível transformar seu conteúdo em diversos produtos culinários para serem utilizados na alimentação. A produção de azeite de coco babaçu é um exemplo disso, pois o coco é coletado na natureza e passa por um processo artesanal até ganhar contornos de alimento. Abaixo apresentamos um fluxograma de todo o caminho percorrido pelo coco babaçu desde a sua retirada da plantação até a sua apuração na panela de alumínio tornando-se azeite.

FLUXOGRAMA DA PRODUÇÃO DO AZEITE DE COCO BABAÇU



Passo a passo da extração artesanal de azeite de coco babaçu

CAPÍTULO 4: O PRODUTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO COMO SUPORTE NA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL DO POVOADO.

No âmbito do mestrado profissional, segundo as autoras Moreira e Nardi (2009), o mestrando precisa desenvolver um produto educacional compreendido como um relato de uma experiência de implementação de estratégias ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino em uma área específica do conhecimento, no caso na História.

Considera-se o produto final ao término do processo de investigação na qual a dissertação se propôs a discutir na área da História, o resultado tangível referente de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa. O produto deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (BESSEMER; TREFFINGER, 1981). Deve apresentar, em sua descrição, as especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina (RIZZATTI, I. M. et al, 2020, p. 4).

Dessa forma o produto educacional pode ser definido como um objeto de aprendizagem (por ex. pequeno livro, manual de atividades, sequência didática, software, jogo educativo, etc.) desenvolvido com base em trabalho de pesquisa científica que visa disponibilizar contribuições para a prática profissional de professores da Educação Básica, futuros professores, professores do Ensino Superior e Formadores de professores. Geralmente, o produto apresenta uma proposta de ensino ou de formação de professores que foi desenvolvida pelo(a) mestrando(a) e seu (sua) orientador(a).

Nesta dissertação optou-se pela produção de uma cartilha informativa contendo a história do lugar, na versão não oficial, que a história não contempla, contudo, trouxe as contribuições de quem é a história viva do povoado e possuem propriedade para explanar sobre a história local, uma vez que a história da fundação da localidade está vinculada diretamente como o contexto geográfico rural em que a predominância das externas plantações de cocais foi utilizada para intitular o distrito que antes chama-se “Coco” e passou a se denominar Coquelândia. Nisso, entende-se que as mulheres quebradeiras de coco como precursoras de uma

das principais atividades agrárias possuem a vivência e conhecimento de todas os eventos que ocorreram na localidade, desde a sua criação até os dias atuais.

Como produto final desta dissertação, a cartilha informativa foi concebida por não apenas retratar a história local do povoado na ótica das quebradeiras de coco, mas por conter uma bagagem de significados históricos e sociais que se materializou como um instrumento de aprendizado histórico produzido com a participação ativa dos educandos que foram os agentes essenciais nesta pesquisa participante para que além de um mero trabalho para a dissertação de mestrado, fosse construída uma atmosfera que os estudantes fossem provocados a se envolverem nesta atividade que interessava, sobretudo, provocar o despertar deles para uma consciência histórica sobre o seu local de origem.

A cartilha informativa sobre o distrito de Coquelândia foi desenvolvida por esta trazer significados novos sobre a formação de um pensar crítico dos alunos do 2º ano do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa acerca da aprendizagem da história local do lugar porque acreditamos que com a existência de um material didático concreto de aporte para o estudo e preservação da história local, e bem como, no fomento da elaboração do produto deste dissertação com a participação dos alunos pesquisadores, promoverá a eternização da história do povoado, pois representará a consolidação da história narrada pelas quebradeiras de coco no aprendizado e nas reflexões históricas.

No que se refere as contribuições que o presente produto evidenciou para a luta das quebradeiras de coco, ele representou um divisor de águas no estudo da história da região por apresentar os conhecimentos históricos construídos na interação entre os alunos participantes e os objetos da pesquisa que foram e serão partilhados como fonte histórica de saberes empíricos, saberes esses que se incorporaram na história solidificando como mecanismo de manifestação das narrativas das quebradeiras de coco que sempre tiveram suas falas e experiências invisibilizadas no estudo da história formal.

Quando pensamos no estudo da história do povoado por intermédio do ensino de história enfocada na promoção da aprendizagem crítica, entendemos que o produto deste trabalho vai mais longe do seu objetivo normativo estabelecido pelo ProfHistória que é a produção de um material didático ao final da pós-graduação em complemento com a pesquisa para a conclusão desse grau de estudo. Os reflexos da elaboração desse instrumento pedagógico foram salutares pois ao longo do processo de realização da pesquisa, os discentes apresentaram olhares mais críticos para a história da sua localidade e passaram a envolverem-se mais na aprendizagem

histórica, obtendo destaque e melhoria de desempenho dentro das componentes curriculares de história e geografia por terem entendido seu papel enquanto ser histórico de compreender sua origem para poderem interferir de maneira transformadora em sua realidade.

Nas figuras a seguir, exemplificaremos como foi constituída a cartilha informativa que narra as falas das quebradeiras de coco dando visibilidade as suas histórias e oportunizando que os jovens do lugar conheçam o outro lado que a história formal não conta à luz das experiências e saberes carregados pelos anos de vivência dessas mulheres na comunidade e mantendo vivo o conhecimento histórico acerca das percepções desses guerreiras durante a prática antiga da quebra de coco na extração das amêndoas que são utilização na produção de vários produtos desde alimentares a cosméticos.



Imagem da capa da cartilha

COM A FALA, AS QUEBRADEIRAS DE COCO



“MINHA MÃE ERA QUEBRADEIRA. ...ME ENSINOU E EU APRENDI E GOSTEI, VIU, PORQUE EU GOSTO DE QUEBRAR O COCO, SOU FANÁTICA POR ISSO”.

FRAGMENTO DA ENTREVISTA DE DONA LUIZA, 60 ANOS

Imagem da sessão que abre as entrevistas coletadas com as quebradeiras de coco

A SENHORA PODE NOS CONTAR UM POUCO SOBRE A SUA HISTÓRIA?

“Posso sim, sobre a minha história posso falar um pouco para vocês, a minha história de vida aqui em Coquelândia, a minha trajetória foi sempre trabalhando, viu, com coco, quebrando coco, sou quebradeira de coco tenho muito orgulho da minha profissão pois dela que eu tirei e tiro o sustento dos meus filhos, criei meus filhos e vivo da quebra de coco também”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Posso sim “mia fia”, meu nome é Rita Ribeiro da Silva, tenho 76 anos, só de Coquelândia, tenho 50 anos, morei aqui a vida quase toda, casei, criei meus “fii”, tô ajudando a criar os neto, sempre vivi de quebrar coco, o marido ia pra “lavora” e nós ia atrás do coco pra quebrar e rancar os bagues do coco, “mia famia” veio de Passagem Franca do Maranhão, sempre “trabaiamos” com roça e essa profissão de quebrar o coco eu aprendi com “mia” mãe”

Dona Rita, 76 anos

“Sim, eu me chamo Maria Luiza Oliveira Silva, tenho 60 anos, tô dentro dos 61, moro aqui no Coco desde os anos 70. Sou viúva, tive 8 filhos, sendo que desses era 4 homem e 4 mulher, o Senhor levou 3. Ainda hoje quebro coco porque gosto, acho bom ir pro mato, juntar os babaçu e quebrar até rancar os bagues. Quando cheguei aqui nem energia tinha, era na lamparina. Graças a Deus hoje já tá mar mió as coisas.”

Dona Maria Luiza, 60, anos

Discorrendo sobre a composição da cartilha, temos na primeira página deste produto a sua capa com os dados da instituição realizadora do mestrado em ensino de história, o nome do autor da dissertação e o título que foi cunhado para identificar o que consta na proposta do material; na página dois temos a foto de uma das participantes da pesquisa, bem como a imagem de uma das alunas executoras da pesquisa, estudante do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa, segue ainda na página dois as citações com as reproduções das falas das mulheres camponesas sobre suas vidas e a localidade, citações essas extraídas da pesquisa que foi feita com as quebradeiras de coco e que teve a participação ativa dos educandos em todo o processo; na terceira página do documento histórico construído através dos relatos das quebradeiras consta com a continuidade do momento de narrativas onde as mesmas tem garantido a oportunidade de relatar suas lembranças sobre a sua própria história e a origem do povoado

4.1 Alunos pesquisadores e consciência histórica

A aplicação da pesquisa qualitativa desta dissertação ocorreu após a execução do planejamento que foi feito para que se pudesse contemplar esta ação dentro da grade curricular da disciplina de História para o Ensino Médio. O professor pesquisador realizou a incorporação do currículo inserindo a temática da história regional na aprendizagem histórica para que os educandos pudessem reafirmar suas identidades locais e a construção de um sentimento de pertencimento pois partimos do princípio que para no ambiente educação a aprendizagem histórica seja reflexiva e tenha eficácia propiciando aos educandos possibilidades de aprenderem novas habilidades e novos saberes, faz-se necessário que as atividades coloquem os alunos no centro de todo o processo e que estes sejam orientados de forma salutar por intermédio do educador para um aprendizado autônomo, significativo que traga novas experiências, novos olhares sobre a necessidade da aquisição de uma aprendizagem histórica ratificada essencialmente pela consciência histórica. Nesse sentido é importante frisar que o ensino de história possui currículos com direcionamentos normatizados que dão ênfase a prática docente para que o educador tenha um ponto de partida e possa ampliar as possibilidades de aprendizagens trazendo, principalmente, para o campo do debate e das discussões a história local dos indivíduos participantes do processo que necessita ser ativo, vivo, pedagógico, que o meio de vivência seja esse campo rico cheio de possibilidades de estudo com dimensões viscerais nas afirmações das identidades sociais e na luta pela preservação da história regional.

Para Rüsen (2015), a consciência histórica dos jovens está diretamente ligada às suas identidades e a formação delas pois é impossível dissociar a resignificação de como o indivíduo se reconhece, da aquisição plena de consciência sobre a sua história e de seu povo. Essa concepção dá abertura a diversos estudos empíricos que buscam compreender de que forma esses alunos constroem a sua percepção do passado e como o conhecimento histórico se constitui levando em consideração as suas identidades, o seu meio de vida, seus conhecimentos além da escola e as diferentes percepções que esses condicionantes podem gerar na aprendizagem de história. Durante muito tempo, o ensino de história se restringiu a um olhar eurocêntrico que desconsiderava a história e as culturas locais, dando pouca oportunidade para a construção de uma consciência histórica mais abrangente e inclusiva. Além disso, as mídias sociais, tais como redes sociais, contribuem para a construção desses conceitos pois permitem a comunicação e a disseminação de informações a partir de diversos pontos de vista, o que ajuda a desenvolver o sentido crítico dos jovens.

A consciência história e a aprendizagem histórica são duas expressões que estão comumente relacionadas pois ambas são extremamente necessárias utilizadas nas literaturas quando trata da didática no ensino de história e sua consolidação no favorecimento das aprendizagens pelos educandos que buscam e anseios por terem contato com ambientes de aprendizagem que despertem o interesse para a formação e apropriação de uma consciência sobre si e a sociedade para se identificar enquanto ser social.

Conforme Rüsen (2001, p. 57), a consciência histórica possui grande dualidade antropológica, onde o “[...] homem só pode viver no mundo, relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão”. Dessa maneira, aprendizagem só é viável quando os indivíduos se identificam como constituintes de uma evolução social e histórica.

Concernente com o pensamento de Rüsen, os autores Barrom e Cerri (2012), que estabelecem que “o conteúdo da consciência histórica é constituído e moldado pela narrativa histórica que conecta a interpretação do passado à compreensão do presente e projeta expectativas no futuro”. Nesse aspecto fica evidenciado que a consciência histórica nasce dos influxos sociais germinados pelas orientações familiares e do pensamento macro vigente.

Na ótica de Freire (2011 p.21 apud Espíndola 2019 p.56), “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nessa

visão, a aprendizagem histórica é indispensável, contudo, necessitará que o historiador crie os meios necessários para trazer isso a reflexão dos alunos, tornando o aprendizado significativo e norteador para que o indivíduo de fato obtenha a consciência da realidade histórica em que está inserido. Ratificando essa ideia, Freire (1980, p. 26) estabelece que a “inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem mundo”. A visão crítica está diretamente ligada à preparação intelectual do sujeito, tornando-o capaz de conhecer a condição histórica dos acontecimentos e permite que este possa agir de forma consciente perante aos fatos históricos.

Segundo Soares (2008), “é necessário habilidade, método e procedimentos de trabalho que ajude o professor em sua atividade e que facilite o aprendizado dos conteúdos de História. Procedimentos e métodos que valorizam somente a transmissão de conhecimento são a base de estrutura de muitos professores, pois, são processos que não requerem mais esforço elaborativos de novas temáticas ou atividades, a velha conhecida rotina de aula que se repete anos após anos”.

Para Gimonet (2007, p. 48), “a aprendizagem é um processo de mudança, uma construção e não uma colocação, uma acumulação, uma soma ou uma superposição de noções”. O ato de aprender consiste em observar, escutar, indagar e compreender racionalizando os conhecimentos.

Schmidt e Cainelli (2009), a disciplina de História auxilia na busca da conscientização e no evidenciar através dos conteúdos e reflexões as contradições do presente, sendo vista como instrumento de compreensão e atuação, onde o estudante passa a analisar as informações que ouve e vê, e não apenas memorizar e repetir informações, contribuindo para que este eleve o seu nível de consciência crítica e principalmente uma autonomia crítica analítica das informações que são lhe repassadas.

Rüsen (2015) reforça que as pessoas suprem as suas carências de orientação por meio da busca de respostas a suas inquietações e seus sofrimentos. O passado é uma das fontes de obtenção dessas respostas, desencadeando narrativas que são ressignificadas a partir das experiências do presente. Desta forma, as pessoas podem encontrar sentido e direcionar seus comportamentos.

Portanto, a formação da consciência história requer para além do ensinar história que o educador crie estratégias pedagógicas adequadas para a construção do ambiente de aprendizado histórico voltado para o fomento da participação deste discente dentro do processo de

aprendizagem, observando, ouvindo, registrando, entrevistando, verificando no sentido de colaborar no desenvolvimento da consciência história, condição essa essencial para formação do cidadão crítico preocupado com o meio e sensível as lutas de sua comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos este trabalho de pesquisa qualitativa compreendíamos que seria muito desafiador, mas que tudo fluiria com a naturalidade esperada, sabia-se que desenvolver um trabalho investigativo de história oral e com pesquisa participante traria responsabilidade muito grande pois estaria inserindo os alunos no campo dos estudos científicos e das análises de dados e informações.

Se não bastasse as peculiaridades de se realizar uma investigação histórica com o auxílio dos educandos moradores da zona rural de Imperatriz, fomos surpreendidos com a suspensão de aulas para evitar a propagação e proliferação do vírus COVID-19, estávamos diante de uma pandemia mundial. Graças a Deus que as respostas foram rápidas e logo estávamos com aulas remotas e para driblar a nova doença e manter o cronograma do trabalho optamos por realizar a investigação dos alunos em suas próprias famílias. As orientações ocorreram via aplicativo google meet e tudo foi se resolvendo na medida do possível.

Nosso objetivo com a aplicação dessa pesquisa, ia além do cumprimento de uma exigência de mestrado, fomos motivados em provocar nos educandos condições favoráveis para que eles desenvolvem a consciência histórica e pudessem se reconhecer enquanto habitantes do perímetro rural e despertassem o senso da coletividade para intervirem de forma eficaz no ambiente onde residem.

Nosso embasamento teórico contou com a contribuição dos estudos de Rüsen, Bittencourt, Nadai, Fonseca, Freire, Trompson, entre outros que alicerçaram as bases desse trabalho e deram sustentação para houvesse viabilidade e a dissertação fosse desenvolvida a contento para fomentar o ensino no norte do país.

Acredita-se que este trabalho será relevante no sentido auxiliar novas pesquisas sobre a história local e a vida das quebradeiras de coco porque o mesmo seguiu todos os protocolos e exigências do MEC trazendo mais possibilidades de incentivar novas pesquisas e proporcionar mais conhecimento aos alunos das escolas brasileiras!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. “Um quase objeto, algumas reflexões em torno da relação entre história e região”. In: DE ANDRADE LEAL, Maria das Graças; FARIAS, Sara Oliveira (Org). **História Regional e Local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino**. Salvador. EDUNEB, 2015.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís, Sioge, 1990.

ARAÚJO, Helciane de Fátima A. **Memória, mediação e campesinato**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís, 2000.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2013.

BARROM, W. C. C.; CERRI, L. F. **A teoria da história de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição à didática da História**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008, set./dez. 2012.

BARROSO, Betânia Oliveira; FREITAS, Jullyana Cristhina Almeida de; FIGUEIREDO, Lilian Rolim. Quebradeiras de coco Babaçu do Estado do Maranhão: repertórios de luta e resistência. **Revista Debates Insubmissos**, ano 4, v 4, nº 12, jan/abr, 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Revista estudos avançados**, v 32, nº 93, p.127-149, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**. Dossiê Ensino de História. Memória, História e Historiografia. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, vol. 13, nº. 25-26, 1992/1993, p. 193-222.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 7.804, de 18 de julho de 1989. **Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação**, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7804.htm>. Acesso em 20 de julho de 2022

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm> Acesso em 29 de outubro 2022.;

BRASIL. Congresso Federal. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 747-A de 2003.** Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. Brasília, 2003.;

BRASIL. Congresso Federal. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 231.** Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. Brasília, 2003.;

BRASIL. Congresso Federal. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº ____ de 2016.** Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. Brasília, 2016.;

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v 22, n 69, abr/jun, 2017.

CARVALHO, J. P. L.; SILVA, L. M. S. Lógicas agroextrativistas em contexto de mudanças socioeconômicas no Arquipélago do Marajó (Pará), Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15760/10865>. Acesso em: 29 de ago. 2022.

CASTRO, Kélvia Jácome. **Torta de babaçu: consumo, digestibilidade, desempenho, energia metabolizável, energia líquida e produção de metano em ruminantes.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização dos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão.** 114f. Dissertação apresentada no programa de mestrado da UFMA. Centro de Ciências Humanas, sob orientação de Horário Antunes de Sant'ana Júnior. 2008.

COSTA, António Firmino. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v 17, nº 48, fev, 2002.

ESPÍNDOLA, C. O. **Saberes e vivências dos estudantes na educação no campo: a aprendizagem histórica na Escola Família Agrícola Prof. Jean Hébette (Marabá-PA).** 2019. 145f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PPGRHIST), Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários á prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996;

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Tradução de Theierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Fabrícia Dias. **História e memória das quebradeiras de coco babaçu em Caxias-MA nos anos de 2000 a 2010**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Teresina: FAMEP, 2014.

GODOI, E. P. DE; MENEZES, M. A. DE; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2; Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.;

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.;

GONÇALVES, Márcia de A. **História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância**. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.;

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e prática**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.;

IMPERATRIZ (MA). **Lei Ordinária Municipal nº 1084/03, de 04 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, e dá outras providências. Imperatriz, 2003.;

JUNIOR, José C. A. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do médio mearim maranhense**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < <https://ayres1000.files.wordpress.com/2008/01/dissertacao-de-jose-costa-ayres-junior-ufsc-quebradeiras-de-coco-babacu-2007.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto. 2022.;

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.;

LIMA, Hayla Fernanda Moura; MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. A comunidade quilombola de Queimadas: a luta pelo reconhecimento e valorização da memória/história. **Revista Práxis Educacional**, v 16, n 39, p. 520-542, abr/jun, 2020.;

MARANHÃO. **O babaçu no estado do Maranhão**. São Luiz: Governo do Estado/Departamento Estadual de Estatística, 1942.;

MARANHÃO. **Lei nº 9428 de 02 de agosto de 2011**. Institui o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco. Maranhão, 2011.;

MARANHÃO. **Lei nº 4290 de 03 de junho de 1981**. Dispõe sobre a organização do Instituto Estadual do Babaçu – INEB e dá outras providências. Maranhão, 1981.;

MARANHÃO. **Lei nº 8185 de 17 de novembro de 2004**. Assegura o livre acesso das populações extrativistas do babaçu às terras públicas para o desenvolvimento dessa atividade econômica. Maranhão, 2004.;

MARANHÃO. **Lei nº 9370 de 13 de maio de 2011.** Acrescenta o inciso IV no art. 1º da Lei nº 4.734/86, que proíbe a derrubada de babaçu e dá outras providências. Maranhão 2011.;

MARANHÃO. **Lei nº 9537 de 28 de dezembro de 2011.** Revoga a Lei nº 9.370, de 13/05/11, que acrescenta o inciso IV no art. 1º da Lei nº 4.734/86, que proíbe a derrubada de babaçu e dá outras providências. Maranhão 2011.;

MARANHÃO. **Lei nº 4734 de 18 de junho de 1986.** Proíbe a derrubada de palmeira de babaçu e dá outras providências. Maranhão, 1986.;

MARANHÃO. **Lei nº 7824 de 22 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 4.734/86, que cuida da proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no Estado do Maranhão, e dá outras providências.;

MARANHÃO. **Portaria SEMA nº 16 de 03 de fevereiro de 2012.** Estabelece os critérios e as diretrizes para o procedimento simplificado de licenciamento ambiental das atividades de extrativismo do Coco Babaçu realizadas tradicionalmente pelas Quebradeiras de Coco, constituídas por integrantes das comunidades extrativistas tradicionais, no âmbito do Estado do Maranhão. Maranhão, 2012.;

MENDES, Breno. Ensino de História, historiografia e currículo de História. **Revista Transversos**, n 18, Rio de Janeiro, Abril, 2020.;

MESQUITA, Benjamim Avino de. As mulheres agroextrativistas do babaçu – a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. **Rev. Pol. Pública**. São Luis, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Artigo_5.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

MOREIRA, M.A. e NARDI, R. **O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática:** alguns esclarecimentos. R. B. E. C. T., vol 2, núm 2, mai./ago. 2009.;

NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Caetano do. História Local e o ensino de História: das reflexões conceituais às práticas pedagógicas. **VIII Encontro Estadual de História**, Feira de Santana, ANPUH, 2016.

OLIVEIRA, Valdiane da Cruz. **Extrativismo do babaçu:** trabalho, renda e inclusão social para as mulheres quebradeiras de coco babaçu, em Codó-MA. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2019.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e Território no Brasil**. Instituto Interamericano de Agricultura, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teórica e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005;

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Emater, Porto Alegre, v.1, n.2,

PINTO, Rosyjane Paula Farias. **Movimentos sociais, aprendizagem e mulheres do povoado de Coquelândia/Imperatriz/Maranhão**. Dissertação (Mestrado). Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, 2015.;

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.;

RÊGO, Josoaldo Lima; ANDRADE, Maristela de Paula. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária**. São Paulo, n. 3. p. 47-57, 2006.

RIBEIRO, Nilsa Brito; MITTMANN, Solange. Mulher, quebradeira de coco, militante na Amazônia: constituição subjetiva e autoria em Sou Filha de Quebradeira de Coco Babaçu. **Organon**, v 35, n 70, Porto Alegre, 2020.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. . **Actio: docência em ciências**, v. 5, p. 1-17, 2020

RÜSEN, Jörn. **Humanismo e Didática da História**. Tradução de Maria Auxiliadora Schmidt. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história I: Razão histórica: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SANTOS; Luciano Laurindo dos; CURY, Mauro José Ferreira; SANTOS, Luziane Laurindo dos. O coco e as cercas: dinâmicas territoriais das quebradeiras de babaçu no Bico do Papagaio. **Formação**, v 27, n 52, p. 101-121, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SEIXAS, Renato. Identidade cultural na América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica. **Cadernos PROLAM/USP**, v 1, ano 8, 2008.

SOARES, O. P. **Atividade de ensino de história: processo de formação de professores e aluno**. Araraquara: Junqueira e Marin editores, 2008.

TEMPOS NOVOS. **Maranhão**, n. 60, fevereiro de 1990b

TEIXEIRA, Raullyson Eduardo Leal. **As quebradeiras de coco babaçu na Comunidade de Catucá: vidas atravessadas pelos babaçuais**. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2019.

THOMPSON, Paul. **História Oral**. N 5, 2002, p.9-28

APÊNDICES

APÊNDICE A: Sequência Didática

Escola: Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa – Anexo Coquelândia

Professor: Wesley de Oliveira Almeida

Disciplina: História

Nome da aula: Conhecendo a nossa história

Duração: 4 aulas de 50 minutos

Turma: 2º ano ensino médio

Objeto do conhecimento: História de vida das quebradeiras de coco

Objetivo: Promover espaço para discussão e condições de compreensão da história de vida na localidade em que os alunos estão inseridos por meio das narrativas das suas matriarcas quebradeiras de coco na perspectiva da construção da consciência histórica

Competências Específicas (BNCC):

- 1) Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica;
- 2) Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos;

Desenvolvimento:

No primeiro o momento o educador irá socializar com os alunos através de aula expositiva, o contexto histórico da formação do município e as circunstâncias que levaram a concepção do povoado Coquelândia, bem como a proposta de investigação da história familiar dos alunos. Haverá também nesta oportunidade a divisão da sala em grupos.

Na segunda aula, daremos continuidade ao assunto e realizaremos uma dinâmica de elaboração de perguntas para montarmos o questionário de entrevistas de história oral.

Os alunos deverão munidos do questionário e do celular, gravar com suas mães ou avós, entrevista de investigação da história de vida de suas famílias.

Na terceira aula, será feita uma roda de discussões sobre a experiência de investigação. Os alunos serão provocados a relatar como foi participar da atividade, quais certezas ou dúvidas adquiriram. Cada grupo terá um tempo de até 10 minutos para externarem suas interações com a pesquisa de história oral.

Na quarta aula, será solicitada uma produção escrita para que os alunos relatem suas percepções sobre as respostas encontradas com a pesquisa e quais foram as descobertas que foram provocadas nesta atividade.

Recursos: Data show, computador, folha a4, celular, alunos, pesquisador, quebradeiras de coco

Avaliação: A avaliação será realizada através da participação dos educandos na aula proposta e no cumprimento das tarefas.

Referências: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

APÊNDICE B – Questionário construído em conjunto com os alunos para ser aplicado junto as Quebradeiras de coco na pesquisa de história oral.

- 1) Essa é uma entrevista para ajudar num estudo de História sobre Coquelândia. A gente queria conhecer Coquelândia a partir da história das pessoas da comunidade. A senhora pode nos contar um pouco sobre a sua história?
- 2) De onde é sua origem? Sempre moraram em Coquelândia ou vieram de outra região?
- 3) Viviam do que antes da atividade de quebrar coco? Por que passaram a quebrar coco?
- 4) Como era povoado quando vocês chegaram?
- 5) Nessa atividade de quebrar coco quais as maiores dificuldades?
- 6) Quais as dificuldades você enfrentou ao longo de sua trajetória realizando quebra de cocos?
- 7) Algum fazendeiro já proibiu vocês de quebrarem coco nas terras dele?
Como é a relação com os donos de terra?
- 8) Em algum momento houve alguma ajuda do governo, da prefeitura ou de outros órgãos para melhorar o trabalho e a vida de vocês?
- 9) Qual a realidade atual das quebradeiras de cocos no povoado? É possível se sustentar com esse trabalho? Existe valorização da profissão?
- 10) Quando surgiu a associação das quebradeiras de coco e qual a sua importância para a continuidade do trabalho da quebra de cocos?
- 11) Que relação a senhora faz entre a atividade de quebrar coco e a história da comunidade?
- 12) Sobre a iniciativa privada, existe algum auxílio por parte da empresa Suzano Papel e Celulose (fica instalada nos arredores do povoado), na preservação da cultura das quebradeiras de coco?
- 13) Descreva como é o passo a passo da atividade de quebrar coco.
- 14) Que perigos fazem parte da atividade de quebrar coco?

APÊNDICE C – Entrevistas transcritas da pesquisa em história oral realizada pelos alunos com as Quebradeiras de Coco de Coquelândia-MA.

Entrevista 1 – Dona Maria Luiza dos Santos Silva, 60 anos, moradora antiga do povoado Coquelândia, Imperatriz/MA.

Essa é uma entrevista para ajudar num estudo de História sobre Coquelândia. A gente queria conhecer Coquelândia a partir da história das pessoas da comunidade. A senhora pode nos contar um pouco sobre a sua história?

R= “Posso sim, sobre a minha história posso falar um pouco para vocês, a minha história de vida aqui em Coquelândia, a minha trajetória foi sempre trabalhando, viu, com coco, quebrando coco, sou quebradeira de coco tenho muito orgulho da minha profissão pois dela que eu tirei e tiro o sustento dos meus filhos, criei meus filhos e vivo da quebra de coco também”.

De onde é sua origem? Sempre moraram em Coquelândia ou vieram de outra região?

R= “É, meu pai minha mãe eles vieram de outra região sim, aqui do Maranhão mesmo, mas só que é no outro estado, na cidade de Colinas, eles são de lá, de Colinas do Maranhão, agora eu me nasci em São Miguel do Tocantins, mas fui criada aqui Coquelândia, eu vou fazer 60 anos, mas toda a vida morando aqui em Coquelândia, criei meus filhos, estou criando tudo aqui em Coquelândia”.

Viviam do que antes da atividade de quebrar coco? Por que passaram a quebrar coco?

R= “É, era da roça, da lavoura, que o meu pai era lavrador, botava roça, e a gente já “trabaiava” junto com ele, aprendemos a “trabaiar”, a colher tudo. Passemos a quebrar coco, eu passei a quebrar a coco porque minha mãe era quebradeira. Sempre ela “trabaiô” sendo quebradeira de coco e nos ensinou, me ensinou e eu aprendi e gostei, viu, porque eu gosto de quebrar o coco, sou fanática por isso”.

Como era povoado quando vocês chegaram?

R= “Ah, quando nós chegemos aqui era diferente, quando eu me entendi, meu pai eu não sei dizer, não é? porque quando eu me entendi era diferente, porque aqui quando eu me entendi para saber de alguma coisa, aqui era tipo era as casinha tudo de taipa, era diferente não tinha essa infraestrutura que tem aí, aqui ainda não tinha casa de telha, tudo era de palha, as escola era feita de taipa, a igreja, a capelinha ali era de taipa, era assim, agora não, hoje em dia está tudo mais... tá melhor ainda, isso”.

Nessa atividade de quebrar coco quais as maiores dificuldades?

R= “Ah, é todas elas as dificuldades, porque só o fato, a gente quebra no mato, “né” aí no verão é bom, mas no inverno é ruim demais, é tombo, levando tombo, é “levantano”, tudo isso”.

Quais as dificuldades você enfrentou ao longo de sua trajetória realizando quebra de cocos?

R= “É só mesmo, só essa mesmo, no inverno, porque no inverno é muito ruim viu, porque tinha época do inverno, agora não porque já melhorou mais para a gente, mas tinha época do inverno que você tinha que ir ou de um jeito ou de outro porque se você fosse hoje quebrava o coco, vendia, comprava arroz de você jantar e almoçar no outro dia, aí depois, tinha que ir para fazer a trajetória, era essa, maior dificuldade era essa que eu achei era essa, agora não que agora está melhor já melhorou, eu sou quebradeira de coco sim, mas eu tenho outro meio deu sobreviver, mas eu nunca deixei de quebrar coco porque eu já estou imaginando quando eu tiver mais véia do que eu já tô, que não possa mais ir quebrar”.

Algum fazendeiro já proibiu vocês de quebrarem coco nas terras dele?

Como é a relação com os donos de terra?

R= “Já sim, tem fazendeiros aqui que... ele não proibia mas agora estão arrendando tudo, né e aí já fala para a gente que não pode entrar para dentro que arrendou, é para juntar, é para queimar para fazer carvão, é assim tem um fazendeiro aqui que ele não, ele quebra dentro ele não deixa, até o nosso patrãozinho também que é o nosso comprador de azeite, ele dá o coco lá para a gente “panhar” o trator para carregar, para trazer para casa, para a gente quebrar, a relação são boa, a relação ela é boa que a gente não vai mesmo, “né”, porque é deles fazer o que? A gente contestar, a gente contesta né, mas ele não aceita”.

Em algum momento houve alguma ajuda do governo, da prefeitura ou de outros órgãos para melhorar o trabalho e a vida de vocês?

R= “Dá prefeitura não. Para melhorar o nosso trabalho das quebradeiras de coco não, da prefeitura não, mas sim da Suzano sim. Temos uma casa ali associação, que a nossa associação de quebradeiras de coco. Foi a Suzano que nos proporcionou e o que nos ajudou, ainda hoje ela nos ajuda, nos ensinou muita coisa também e aí é isso”.

Qual a realidade atual das quebradeiras de cocos no povoado? É possível se sustentar com esse trabalho? Existe valorização da profissão?

R= “A realidade das quebradeiras de coco sim é essa, é a nossa realidade, não é, porque e é possível sim sustentar, que a gente tira o sustento do nosso suor da nossa tarefa de quebra de coco, a gente não tem benefício de governo, a não ser quando a associação faz algum curso aí vem povo da Imperatriz para cá”.

Quando surgiu a associação das quebradeiras de coco e qual a sua importância para a continuidade do trabalho da quebra de cocos?

R= “A nossa associação ela surgiu, eu não sei diretamente o ano, só sei que tem que 6 anos, tá com 6 anos mais ou menos 6 anos que ela foi construída para nós, a minha importância para continuidade do trabalho de coco é muito grande e ter uma expectativa grande tristeza também, porque se eu enquanto eu puder, eu tô quebrando, agora já que eu falei já estou preocupado quando eu não puder mais quebrar, e aí também tem o jovem né, a jovem não quer seguir a nossa profissão, e aí o medo que a gente tem é de daqui alguns anos, não ter mais a nossa sabe, não tem mais quem se interessa pela nossa profissão, porque os jovens de hoje não querem mais né”.

Que relação a senhora faz entre a atividade de quebrar coco e a história da comunidade?

R= “Oh meu pai, tem sim, tem haver sim, porque a comunidade aqui, a gente, nós que somos a quebradeira de coco, somos muito unida né, aí tem a ver porque a gente se reúne para o trabalho, então da comunidade também tem muita coisa boa, que é tanto faz ser do lado da igreja, da, de tudo, tudo é uma relação boa, a gente tem essa relação sempre, a nossa profissão umas com as outras da quebra de coco com a comunidade também porque nós começamos o trabalho aqui quando era tudo novo ”.

Sobre a iniciativa privada, existe algum auxílio por parte da empresa Suzano Papel e Celulose (fica instalada nos arredores do povoado), na preservação da cultura das quebradeiras de coco

R= “Existe sim, porque a gente ganha, o que a gente já ganhou associação, a gente ganhou já ganhou muita coisa, também, não é? o auxílio é isso que é que a gente ganha, e aí também nós, nós não, não só quando a gente solicita uma coisa aí é ligeiro a gente obtém que ela graças a Deus nos ajuda muito”.

Descreva como é o passo a passo da atividade de quebrar coco.

R= “O passo a passo do dia a dia a trajetória é grande porque a gente começa na segunda, se não tiver chovendo, vai a segunda, terça, quarta, quinta até a sexta-feira, e o sábado a gente vai torrar o coco, vai tirar o azeite que é para entregar pro patrãozinho lá comprar para a gente pegar aquele dinheiro e comprar o que a gente tem a necessidade para sobreviver?”

Que perigos fazem parte da atividade de quebrar coco?

R= “Ah, muitos perigos, faz muitos perigo porque tem perigo de a gente se cortar, que a gente corta mesmo o dedo, tem perigo, a gente tem medo que tem onça nos mato, tem cobra, tudo são coisas que tem perigo né e no inverno é da gente cair, se machucar todos são, mas atividade é perigosa mas é boa.”

Entrevista 2 – Dona Rita Ribeiro da Silva, 76 anos, moradora antiga do povoado Coquelândia, Imperatriz/MA.

Essa é uma entrevista para ajudar num estudo de História sobre Coquelândia. A gente queria conhecer Coquelândia a partir da história das pessoas da comunidade. A senhora pode nos contar um pouco sobre a sua história?

R= “Posso sim “mia fia”, meu nome é Rita Ribeiro da Silva, tenho 76 anos, só de Coquelândia, tenho 50 anos, morei aqui a vida quase toda, casei, criei meus “fii”, tô ajudando a criar os neto, sempre vivi de quebrar coco, o marido ia pra “lavora” e nós ia atrás do coco pra quebrar e rancar os bagues do coco, “mia famia” veio de Passagem Franca do Maranhão, sempre “trabaiamos” com roça e essa profissão de quebrar o coco eu aprendi com “mia” mãe”.

De onde é sua origem? Sempre moram em Coquelândia, ou vieram de outra região?

R= “Eu *prefiri* outra região, eu morava em Passagem Franca, mas é aqui no Maranhão, aí mudei para cá em 70, aí quando eu cheguei aqui tinha pouca coisa assim, porque ainda era novo, aí o povo vivia era mais de quebrar coco, eles quebrava o coco e carregava na costa dos burro e levava para Imperatriz, isso aí eu conheci bastante.”

Viviam do que antes da atividade de quebrar coco? Porque passaram a quebrar coco?

R= “É porque aqui é a região do coco, não tinha outra coisa, os *homi* ia, fazia a roça e as *muié* ficava quebrando coco para ajudar a sobreviver. Não tinha *outa* coisa, só coco”.

Como era o povoado quando vocês chegaram aqui?

R= “Pouca gente. Muito fraco, o povo tudo fraco. Tinha nada. Era fraco”!

Nessa atividade de quebrar coco, quais as maiores dificuldades?

R= “Era achar quem comprasse as amêndoa, não é amêndoa que a gente chama? Porque era difícil para tirar daqui pra levar para cidade. Era difícil tinha que sair na costa do burro e daqui lá, era 26 km. Longe! Muito difícil!”

Quais as dificuldades você enfrentou ao longo de sua trajetória realizando a quebra de coco?

R= “Só isso mesmo, porque não, não, não tinha outro trabalho para a gente, só tinha coco. Não aparecia outro serviço *pras muié* fazer.”

Algum fazendeiro já proibiu vocês de quebrarem coco nas terras dele? Como é a relação com os donos de terra?

R= “Sim proíbe! Ninguém quebra coco lá mais não”! a relação não tem, porque quase ninguém vê eles, mas a ordem é para não deixar entrar na terra para catar os coco.

Em algum momento houve alguma ajuda do governo, da prefeitura ou de algum outro órgão para melhorar o trabalho e a vida de vocês?

R= “Antes não, antes não tinha ajuda de ninguém, mas agora depois de 6 anos para cá, a prefeitura arruma um servicinho e ficam rodando aí. Está melhorando!”

Qual a realidade atual das quebradeiras de cocos no povoado? É possível se sustentar com esse trabalho? Existe valorização da profissão?

R= “Ah, não quebra para sustentar porque não dá, é pouco. Não dá para sustentar nada, é só para quebrar um galho.”

Quando surgiu a associação das quebradeiras e qual a sua importância para a continuidade do trabalho de quebra de cocos?

R= “Tem *poco* tempo, mas ou menos uns 6 anos, eles faz palestra pra gente, eu acho bom, traz uns curso. A associação tem uma preocupação com a gente. Isso é muito importante.”

Que relação a senhora faz entre a atividade de quebrar cocos e a história da comunidade?

R= “Eu vejo assim, aqui é uma terra farta, tudo que planta dá e a quebra de coco tem a haver com todo mundo, se você perguntar, boa parte das *muié* daqui já quebraram coco alguma vez. Isso tá presente no nosso povo. Todo mundo já quebrou um coco.”

Sobre a iniciativa privada, existe algum auxílio por parte da empresa Suzano Papel e Celulose (fica instalada nos arredores do povoado), na preservação da cultura das quebradeiras de coco?

R= “Ó tem a associação das quebradeiras de coco para ajudar nisso aí, mas não está, não está valendo não. Porque além de ser difícil para nós quebrar coco, o mais difícil é entrar dentro da fazenda que eles não deixam mais a gente quebrar, não deixa quebrar coco. Eles cortam as palmeiras tudo, não tem mais quase nada. Deixa lascar!”

Descreva como é o passo a passo da atividade de quebrar cocos? Que perigos fazem parte da atividade?

R= “Não tem perigo não! Não tem, a gente já é muito costumado, o servicim da gente fazer normal mesmo. Não tem perigo não!”

Entrevista 3 – Dona Maria José Silva, 60 anos, moradora antiga do povoado Coquelândia, Imperatriz/MA.

Essa é uma entrevista para ajudar num estudo de história sobre Coquelândia. Mas a gente queria conhecer Coquelândia a partir da história das pessoas da comunidade. A senhora pode nos contar um pouco sobre a sua história?

R= “Sim, eu me chamo Maria Luiza Oliveira Silva, tenho 60 anos, tô dentro dos 61, moro aqui no Coco desde os anos 70. Sou viúva, tive 8 filhos, sendo que desses era 4 homem e 4 mulher, o Senhor levou 3. Ainda hoje quebro coco porque gosto, acho bom ir pro mato, juntar os babaçu e quebrar até rancar os *bagues*. Quando cheguei aqui nem energia tinha, era na lamparina. Graças a Deus hoje já tá *mar mió* as coisas.”

De onde é sua origem? Sempre moraram em Coquelândia, ou vieram de outra região?

R= “Minha *famia* é de Grajaú, *samos* natural de Grajaú que é ainda Maranhão, cheguei pra cá, era menina, *famia* grande, desde sempre *ajudano* mamãe nas *coisa* de casa e papai levava meus irmão *pa* roça.”

Viviam do que antes da atividade de quebrar coco? Porque passaram a quebrar coco?

R= *Óia*, eu aprendi a quebrar coco ainda menina, com minha mãe e sempre fiz isso né, me casei e continuei o *trabaio*, modo de quê tinha que ajudar o marido. Ele *butava* roça e eu rancava os *bagues* do coco.”

Como era o povoado quando vocês chegaram?

R= “Quando nós *cheguemo* aqui era tudo *mar* difícil, a estrada era só o buraco e no inverno num tinha cristão que passasse. Não tinha energia, a gente vivia na lamparina de queresone. Escola tinha, mar num tinha os professor tudo, as pessoas era mais fraca de condição. Hoje não, hoje tá *mar mió* as *coisa*, até ônibus todo dia tem, coisa que *num* tinha antigamente.”

Nessa atividade, de quebrar coco, quais as maiores dificuldades?

R= “As *dificuldades* são poucas, é mais que daqui uns ano num vai ter quase quebradeira de coco porque os jovens querem nem *cunversa*, mas sempre *trabaiei* no coco é uma coisa que gosto de fazer.”

Quais dificuldades você enfrentou ao longo de sua trajetória realizando a quebra de cocos?

R= “*Óia, dificuldade maió é dinheiro, é um trabaio que a gente tira só o de cumer, mas eu não me queixo porque pió é ficar sem comida no armário*”

Algum fazendeiro já proibiu vocês de quebrarem coco nas terras dele? Como é a relação com os donos de terra?

R= “Eu já ouvi falar, mas comigo nunca, nunca tive problema com eles. O melhor em cada um em seu cada qual. Meu contato *cum* eles é pouco, mas num tenho o que dizer.”

Em algum momento houve alguma ajuda do governo, da prefeitura ou de algum outro órgão para melhorar o trabalho e a vida de vocês?

R= “Governo só aparece em tempo de política, quando precisa da gente, na hora que diz assim, terminou, ninguém sabe nem da notícia, nem o telefone eles atende. Quem ainda ajuda nós aqui é a Suzano, eles que construíram a associação, são pessoas que sempre visita, traz curso, palestra, agora dizer que governo olha pra nós é mentira.”

Qual a realidade atual das quebradeiras de cocos no povoado? É possível se sustentar com esse trabalho? Existe valorização da profissão?

R= “É, no atual momento é essa dificuldade que a gente tá tendo. É o pessoal está ajuntando coco e vendendo inteiro, mas é possível sim, se sustentar com a quebra do coco até porque que nem todo mundo aqui conhece a minha história. Eu tenho 7 filho e eu criei eles, a maioria foi quebrando coco.”

Quando surgiu a associação das quebradeiras e qual a sua importância para a continuidade do trabalho de quebrar de cocos?

R= “Associação, tem o que, 4 ano que ela surgiu, antigamente já tinha associação na Estrada do Arroz só que nós não fazia parte dela. E aí quando a gente se juntou, formou um grupo. Inclusive o nome do grupo era “As Barroquina”, aí com a vinda da Suzano, como ela tinha que investir em área social na comunidade, eles procuraram a gente a fazer parceria, a gente aceitou e aí vai fazer. Até chegar na associação tem um pouco mais, dos 5, 6 anos é que tinha de reunião, tinha encontro, mais encontro até chegar o projeto de compra pra fazer a associação ser concluído, pra fazer a associação, a casa, a gente tem a casa da associação, a gente tem a máquina que é a forrageira de triturar o coco torrado. A gente tem partileira, a gente

tem balança, tudo que a gente tem, a gente conseguiu através da Suzano, lá dentro vocês, quando vocês entrar, vocês vão ver, entendeu? Aí vocês vão saber, eu vou dizer que é a balança, que é a forrageira, é... as partileiras tudo que a gente tem lá.”

Que relação a senhora faz entre a atividade de quebrar cocos e a história da comunidade?

R= “Foi a relação, ela foi essencial. Para muita, muita família porque na verdade tinha *famia* que até o marido era quebrador de coco sobrevivia de quebrar coco, aí então foi muito essencial e isso ajudou no sustento da nossa *famia*, *então eu penso assim que a nosso o trabalho faz parte da história daqui*”

Sobre a iniciativa privada, existe algum auxílio por parte da empresa Suzano Papel e Celulose (fica instalada nos arredores do povoado), na preservação da cultura das quebradeiras de coco?

R= “Tem que nem eu falei, ela teve um papel importantíssimo para quebradeira de coco aqui nessa área exatamente por isso não só aqui para o povoado Coquelândia, mas São Félix, Petrolina, Ciriaco né, porque vem desde do começo, desde Olho d'Água até esses povoado aí que eu falei. E aí é a iniciativa privada que apoiou a gente e ajudou a construir e tem um papel fundamental na hora da preservação da cultura que eles incentivam a gente a continuar, aí como os jovens não são muito de quebrar coco, eles já investe em outra, em outra área como fazer artesanato, da curso de fazer sabonete, inclusive aqui as meninas fizeram esse curso de fazer sabonete, elas sabe, alguns dos jovens que quiseram elas, elas aprenderam. E aí é isso!”

Descreva como é o passo a passo da atividade de quebrar cocos? Que perigos fazem parte da atividade?

R= “O passo a passo aí, primeiro a gente vai pro mato, caça o coco, junta só num lugar de baixo do mato, geralmente é debaixo de uma árvore, a gente senta 3, 4 mulheres até 6 a gente já foi, aí vai só quebrar, o risco que tem é cortar um dedo, machucar uma unha. Muitas vezes a gente corta dedo, machuca a unha, mas isso é normal, é como qualquer outra profissão tem riscos.”

APÊNDICE D: Percepção dos educandos sobre a interação com as quebradeiras de coco durante a realização da pesquisa de história oral.

Realize uma produção textual com no mínimo 20 linhas explicitando:

- Como foi a aplicação da pesquisa;
- Quais fatos lhe chamaram mais atenção;
- A luta das quebradeiras de coco na construção da identidade local;
- Como se sente depois dessa atividade;
- Como a aprendizagem histórica ocorreu;
- Como essas aulas práticas auxiliam na aquisição da consciência histórica;

APÊNDICE E: Termo de Consentimento livre e esclarecido

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um PESQUISA DE HISTÓRIA ORAL. Esse tipo de pesquisa é importante porque possibilita que grupos invisibilizados tenham voz e possam através de seus relatos contribuir na formação de uma consciência história por meio de suas histórias de vida. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre a pesquisa de história oral e solicitar a sua permissão para que o mesmo seja publicado em meios científicos, principalmente, na dissertação de mestrado profissional da qual esta pesquisa será parte fundamental.

O objetivo desta pesquisa é possibilitar por intermédio das interações entre os alunos-pesquisadores e as senhoras quebradeiras de coco, condições de construção da consciência histórica que será promovida durante a aprendizagem histórica fomentando nos educandos criticidade, sentimento de pertencimento, identidade com o local, respeito as suas raízes.

A descrição da pesquisa de história oral envolve o risco de quebra de confidencialidade (algum dado que possa identificar o(a) Sr.(a) ser exposto publicamente). Para minimizar esse risco, **NENHUM DADO QUE POSSA IDENTIFICAR O(A) SR(A) COMO NOME, CODINOME, INICIAIS, REGISTROS INDIVIDUAIS, INFORMAÇÕES POSTAIS, NÚMEROS DE TELEFONES, ENDEREÇOS ELETRÔNICOS, FOTOGRAFIAS, FIGURAS, CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS** (partes do corpo), entre outros serão utilizadas sem sua autorização. Fotos, figuras ou outras características morfológicas que venham a ser utilizadas estarão devidamente cuidadas (camufladas, escondidas) para não identificar o(a) Sr.(a)

Sua participação nesta pesquisa de história oral é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a realização da pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação nesta pesquisa de história oral e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante desta pesquisa de história oral, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e pelo tempo que for necessário. Garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com o relato de caso, conforme especifica a Carta Circular nº 166/2018 da CONEP.

É garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a participação nessa pesquisa e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: "Memórias de Quebradeiras de coco de Coquelândia-MA: O ensino de história local e a formação da consciência histórica".

_____ Nome do participante ou responsável	
_____ Assinatura do participante ou responsável	Data: ____/____/____

Eu, **Wesley de Oliveira Almeida**, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	
	Data: ____/____/____

APÊNDICE F: O produto didático-pedagógico (cartilha)

LUTA, RESISTÊNCIA & APRENDIZAGEM

HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: A MEMÓRIA SOCIAL DA LUTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DE COQUELÂNDIA.

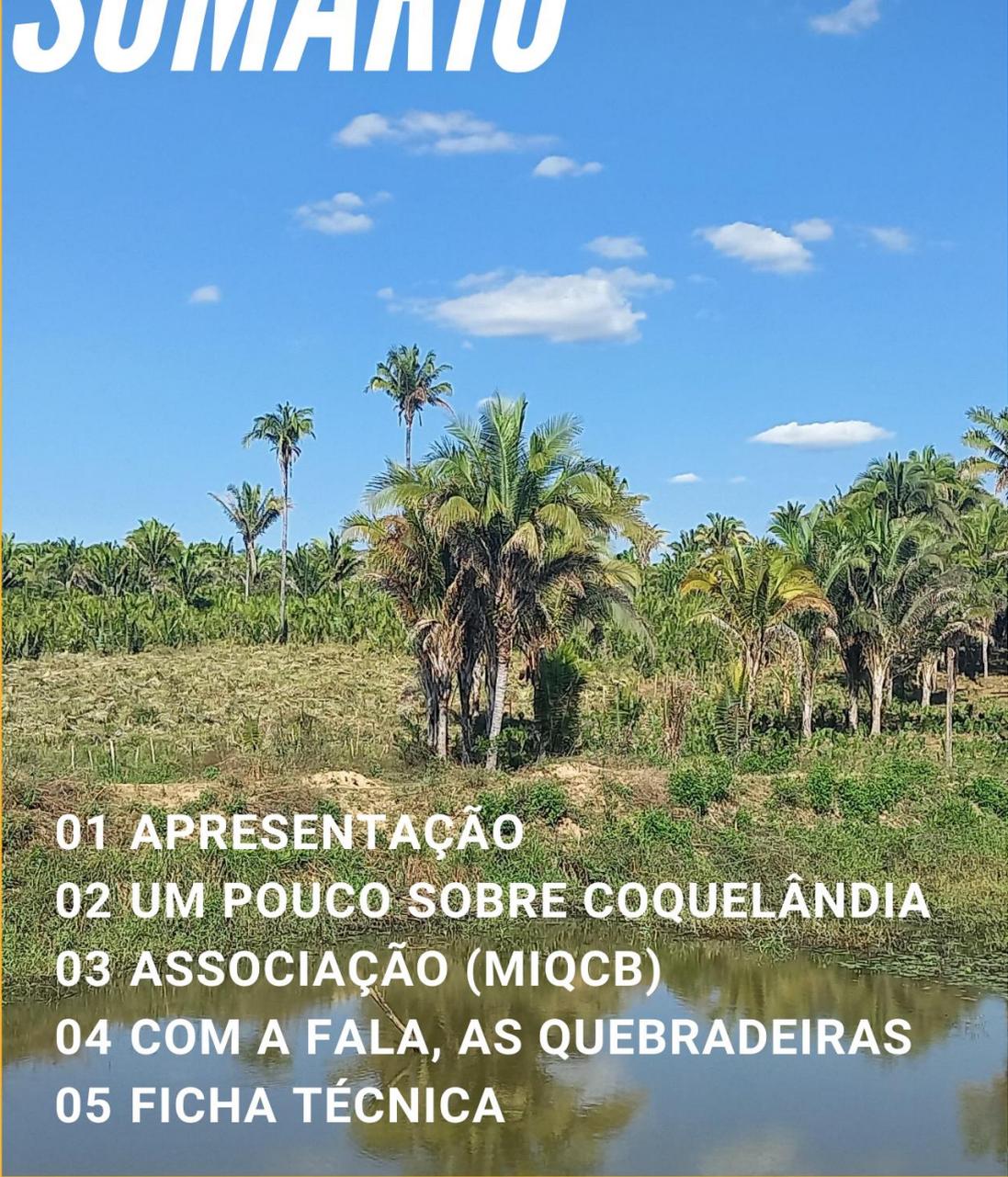
“É PORQUE AQUI É A REGIÃO DO COCO, NÃO TINHA OUTRA COISA, OS HOMI IA, FAZIA A ROÇA E AS MUIÉ FICAVA QUEBRANDO COCO PARA AJUDAR A SOBREVIVER. NÃO TINHA OUTA COISA, SÓ COCO”.

TRECHO DA ENTREVISTA COM A QUEBRADEIRA DONA RITA RIBEIRO, 76 ANOS

ARAGUAÍNA-TO (2023)



SUMÁRIO

- 
- A photograph of a tropical landscape. In the foreground, there is a body of water reflecting the sky. The middle ground is dominated by a dense grove of palm trees of various heights and species. The background shows a clear blue sky with a few scattered white clouds. The overall scene is bright and sunny.
- 01 APRESENTAÇÃO**
 - 02 UM POUCO SOBRE COQUELÂNDIA**
 - 03 ASSOCIAÇÃO (MIQCB)**
 - 04 COM A FALA, AS QUEBRADEIRAS**
 - 05 FICHA TÉCNICA**

APRESENTAÇÃO

ESTA CARTILHA FOI DESENVOLVIDA EM PARCERIA COMO OS ALUNOS DA TURMA 2º ANO ÚNICO DO ANEXO DE COQUELÂNDIA DO CENTRO DE ENSINO DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA QUE PARTICIPARAM DE UMA PESQUISA DE HISTÓRIA LOCAL PELA HISTÓRIA ORAL E TEVE COMO OBJETIVO CONTRIBUIR NA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DO POVOADO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DAS NARRATIVAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DO LOCAL PARA TRAZER NOVOS SIGNIFICADOS E APRENDIZADOS SOBRE SEU AMBIENTE DE ORIGEM.

ESSE MATERIAL IRÁ CONTRIBUIR NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA LOCAL COMO SUPORTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO TOCANTE A VALORIZAÇÃO DA ORIGEM DOS ALUNOS E FORMAÇÃO DE UM PENSAR CRÍTICO PARA QUE SE TENHA UM EDUCANDO ENVOLVIDO NAS QUESTÕES SOCIAIS E IDENTITÁRIAS.

SOBRE NÓS

UM POUCO SOBRE COQUELÂNDIA



O povoado de Coquelândia está localizado na Estrada do Arroz, a uma distância de 36 Km da sede do município de Imperatriz-MA. Seu relevo é ondulado de forma suave, com predominância de áreas planas, o que torna essas terras propícias à agricultura e à pecuária. O clima é o tropical, úmido e quente, com a presença de apenas duas estações: a chuvosa e a seca. A primeira se estende de dezembro a abril; e a segunda, de maio a dezembro, com temperatura registrada em torno de 29° (NASCIMENTO, 2001).

Sua população é estimada em 12 mil habitantes. No tange ao período em que essas famílias habitam nesse povoado, Lopes (1998) avalia que somente uma pequena parcela da população é considerada tradicional; a maior parte dos moradores integram o grupo de moradores recente, trazidos para lá, sobretudo pelo fluxo migratório das décadas de 1960 e 1980.

ASSOCIAÇÃO (MIQCB)

PG

A Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), regional Imperatriz é a entidade oficial que atua na luta pelos direitos e pela preservação das atividades históricas de coleta e quebra de cocos para mulheres camponesas do povoado Coquelândia.

A criação da associação foi fruto de intensas lutas e reivindicações para que as mulheres trabalhadoras rurais da localidade pudessem através do movimento social participar de debates, reuniões, encontros de cunho político-social para que tivessem sua representatividade garantida sendo elas as pessoas que atuam cotidianamente na atividade e não podiam estar aquém das discussões promovidas relacionadas a sua atividade.

Associação é responsável por trazer para o povoado fomentos de formações, prestações de serviços do governo, cursos de qualificação profissional entre outras atividades para beneficiar as associadas.



COM A FALA, AS QUEBRADEIRAS DE COCO



“MINHA MÃE ERA QUEBRADEIRA. ...ME ENSINOU E EU APRENDI E GOSTEI, VIU, PORQUE EU GOSTO DE QUEBRAR O COCO, SOU FANÁTICA POR ISSO”.

FRAGMENTO DA ENTREVISTA DE DONA LUIZA, 60 ANOS

COMO ERA O POVOADO NO INÍCIO QUANDO CHEGARAM?

"Pouca gente. Muito fraco, o povo tudo fraco. Tinha nada. As estradas eram ruins, as casa era coberta de paia, nem colégio tinha. Era fraco!"

Dona Rita, 76 anos

"...aqui era tipo era as casinha tudo de taipa, era diferente, não tinha essa infraestrutura que tem aí, aqui ainda não tinha casa de telha ...a igreja, a capelinha ali era de taipa, era assim, agora não, hoje em dia está tudo mais... tá melhor ainda, isso".

Dona Maria Luiza, 60 anos

"Quando nós chegemo aqui era tudo mar difícil, a estrada era só o buraco e no inverno num tinha cristão que passasse. Não tinha energia, a gente vivia na lamparina de queresone. Escola tinha, mar num tinha os professô tudo, as pessoas era mais fraca de condição. Hoje não, hoje tá mar mió as coisa, até ônibus todo dia tem, coisa que num tinha antigamente."

Dona Maria José, 60 anos

DE ONDE É SUA ORIGEM? SEMPRE MORARAM EM COQUELÂNDIA OU VIERAM DE OUTRA REGIÃO?

“É, meu pai minha mãe eles vieram de outra região sim, aqui do Maranhão mesmo, mas só que é no outro estado, na cidade de Colinas, eles são de lá, de Colinas do Maranhão, agora eu me nasci em São Miguel do Tocantins mas fui criada aqui Coquelândia, eu vou fazer 60 anos mas toda a vida morando aqui em Coquelândia, criei meus filhos, estou criando tudo aqui em Coquelândia”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Eu prefiri outra região, eu morava em Passagem Franca, mas é aqui no Maranhão, aí mudei para cá em 70, aí quando eu cheguei aqui tinha pouca coisa assim, porque ainda era novo, aí o povo vivia era mais de quebrar coco, eles quebrava o coco e carregava na costa dos burro e levava para Imperatriz, isso aí eu conheci bastante.”

Dona Rita, 76 anos

“Minha familia é de Grajaú, samos natural de Grajaú que é ainda Maranhão, cheguei pra cá, era menina, familia grande, desde sempre ajudano mamãe nas coisa de casa e papai levava meus irmão pa roça.”

Dona Maria José, 60 anos

A SENHORA PODE NOS CONTAR UM POUCO SOBRE A SUA HISTÓRIA?

“Posso sim, sobre a minha história posso falar um pouco para vocês, a minha história de vida aqui em Coquelândia, a minha trajetória foi sempre trabalhando, viu, com coco, quebrando coco, sou quebradeira de coco tenho muito orgulho da minha profissão pois dela que eu tirei e tiro o sustento dos meus filhos, criei meus filhos e vivo da quebra de coco também”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Posso sim “mia fia”, meu nome é Rita Ribeiro da Silva, tenho 76 anos, só de Coquelândia, tenho 50 anos, morei aqui a vida quase toda, casei, criei meus “fii”, tô ajudando a criar os neto, sempre vivi de quebrar coco, o marido ia pra “lavora” e nós ia atrás do coco pra quebrar e rancar os bagues do coco, “mia famia” veio de Passagem Franca do Maranhão, sempre “trabaiamos” com roça e essa profissão de quebrar o coco eu aprendi com “mia” mãe”

Dona Rita, 76 anos

“Sim, eu me chamo Maria Luiza Oliveira Silva, tenho 60 anos, tô dentro dos 61, moro aqui no Coco desde os anos 70. Sou viúva, tive 8 filhos, sendo que desses era 4 homem e 4 mulher, o Senhor levou 3. Ainda hoje quebro coco porque gosto, acho bom ir pro mato, juntar os babaçu e quebrar até rancar os bagues. Quando cheguei aqui nem energia tinha, era na lamparina. Graças a Deus hoje já tá mar mió as coisas.”

Dona Maria Luiza, 60, anos

QUE RELAÇÃO A SENHORA FAZ ENTRE A ATIVIDADE DE QUEBRAR COCO E A HISTÓRIA DA COMUNIDADE?

“Oh meu pai, tem sim, tem haver sim, porque a comunidade aqui, a gente, nós que somos a quebradeira de coco, somos muito unida ...essa relação sempre, a nossa profissão umas com as outras da quebra de coco com a comunidade porque nós começamos o trabalho aqui quando era tudo novo”.

Dona Maria Luiza, 60, anos

“Eu vejo assim, aqui é uma terra farta, tudo que planta dá e a quebra de coco tem a haver com todo mundo, se você perguntar, boa parte das muié daqui já quebraram coco alguma vez. Isso tá presente no nosso povo. Todo mundo já quebrou um coco.”

Dona Rita, 76 anos

“Foi a relação, ela foi essencial. Para muita, muita família porque na verdade tinha família que até o marido era quebrador de coco sobrevivia de quebrar coco, aí então foi muito essencial e isso ajudou no sustento da nossa família, então eu penso assim que a nosso o trabalho faz parte da história daqui”.

Dona Maria José, 60 anos

ALGUM FAZENDEIRO JÁ PROIBIU VOCÊS DE QUEBRAREM COCO NAS TERRAS DELE? COMO É A RELAÇÃO COM OS DONOS DE TERRA?

“Já sim, tem fazendeiros aqui que... ele não proibia mas agora estão arrendando tudo, né e aí já fala para a gente que não pode entrar para dentro que arrendou, é para juntar, é para queimar para fazer carvão, é assim tem um fazendeiro aqui que ele não, ele quebra dentro ele não deixa, até o nosso patrãozinho também que é o nosso comprador de azeite, ele dá o coco lá para a gente “panhar” o trator para carregar, para trazer para casa, para a gente quebrar, a relação são boa, a relação ela é boa que a gente não vai mesmo, “né”, porque é deles fazer o que? A gente contesta, a gente contesta né, mas ele não aceita”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Sim, proíbe! Ninguém quebra coco lá mais não!” a relação não tem, porque quase ninguém vê eles, mas a ordem é para não deixar entrar na terra para catar os coco.

Dona Rita, 76 anos

““Eu já ouvi falar, mas comigo nunca, nunca tive problema com eles. O melhor em cada um em seu cada qual. Meu contato cum eles é pouco, mas num tenho o que dizer.”

Dona Maria José, 60 anos

QUANDO SURTIU A ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONTINUIDADE DO TRABALHO DA QUEBRA DE COCOS?

“A nossa associação ela surgiu, eu não sei diretamente o ano, só sei que tem que 6 anos, tá com 6 anos mais ou menos 6 anos que ela foi construída para nós, a minha importância para continuidade do trabalho de coco é muito grande e ter uma expectativa grande tristeza também, porque se eu enquanto eu puder, eu tô quebrando, agora já que eu falei já estou preocupado quando eu não puder mais quebrar, e aí também tem o jovem né, a jovem não quer seguir a nossa profissão, e aí o medo que a gente tem é de daqui alguns anos, não ter mais a nossa sabe, não tem mais quem se interessa pela nossa profissão, porque os jovens de hoje não querem mais né”.

Dona Maria Luiza, 60 anos

“Associação, tem o que, 4 ano que ela surgiu, antigamente já tinha associação na Estrada do Arroz só que nós não fazia parte dela. E aí quando a gente se juntou, formou um grupo. Inclusive o nome do grupo era “As Barroquina”, aí com a vinda da Suzano, como ela tinha que investir em área social na comunidade, eles procuraram a gente a fazer parceria, a gente aceitou e aí vai fazer. Até chegar na associação tem um pouco mais, dos 5, 6 anos é que tinha de reunião, tinha encontro, mais encontro até chegar o projeto de compra pra fazer a associação ser concluído, pra fazer a associação, a casa, a gente tem a casa da associação, a gente tem a máquina que é a forrageira de triturar o coco torrado. A gente tem partileira, a gente tem balança, tudo que a gente tem, a gente conseguiu através da Suzano, lá dentro vocês, quando vocês entrar, vocês vão ver, entendeu? Aí vocês vão saber, eu vou dizer que é a balança, que é a forrageira, é... as partileiras tudo que a gente tem lá.”

Dona Maria José, 60 anos

“Tem poco tempo, mas ou menos uns 6 anos, eles faz palestra pra gente, eu acho bom, traz uns curso. A associação tem uma preocupação com a gente. Isso é muito importante.”

Dona Rita, 76 anos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO N. DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA – PPGEHIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

PRODUTO PEDAGÓGICO ELABORADO COMO PARTE
INTEGRANTE DA DISSERTAÇÃO: **MEMÓRIAS DE
QUEBRADEIRAS DE COCO DE COQUELÂNDIA-MA -
O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A FORMAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA** PARA CONCLUSÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL.

MESTRANDO: PROFº ESP. WESLEY DE O ALMEIDA

ORIENTADOR: PROFº DRº MOISÉS P. DA SILVA

ARAGUAÍNA-TO
FEVEREIRO DE 2023